

Organizador
Carlos Augusto Pereira dos Santos

HISTÓRIA do Brasil

em aulas performáticas
Império e República

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos



Carlos Augusto Pereira dos Santos

Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Graduado em Estudos Sociais e História pela UVA (1990 e 2015). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (2000) e Doutor em História do Norte e Nordeste do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE (2008), pós-doutor em Estudos Culturais do Programa Avançado de Cultura Contemporânea PACC/UFRJ (2016). Autor de vários livros sobre história local, especialmente nas temáticas do cotidiano, cultura, história do trabalho e trabalhadores. É membro do Coletivo de Historiadores de Camocim.

Organizador
Carlos Augusto Pereira dos Santos

HISTÓRIA do Brasil em aulas performáticas Império e República

Sobral-CE
2024

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

História do Brasil em aulas performáticas - Império e República

© 2024 copyright by: Carlos Augusto Pereira dos Santos (org.)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com.br
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com.br

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico
Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial
Andrea Rodrigues de Andrade
Camila Teixeira Amaral
Cícero João da Costa Filho
Cid Morais Silveira
Felipe Azevedo Cazetta
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
João Batista Teófilo Silva
Juliana Magalhães Linhares
Valéria Aparecida Alves

Revisão
Danilo Ribeiro Barahuna

Diagramação e capa
João Batista Rodrigues Neto

Catálogo
Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

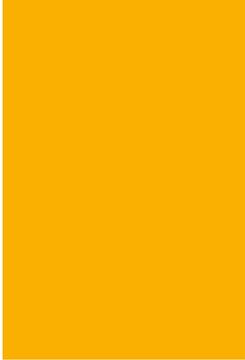
H673 História do Brasil em aulas performáticas - Império e República /
Organizado por Carlos Augusto Pereira dos Santos. - Sobral, CE:
Sertão Cult, 2024.

164p.

ISBN: 978-65-5421-164-2 - papel
ISBN: 978-65-5421-163-5 - E-book
Doi: 10.35260/54211635-2024

1. História do Brasil. 2. História- Didática. 3. História- Educação. I. Santos, Carlos Augusto Pereira dos. II. Título.

CDD 981.31
371.3



SUMÁRIO

DA SALA DE AULA AO LIVRO – O PRAZER DA PUBLICAÇÃO COMPARTILHADA 5

Carlos Augusto Pereira dos Santos

O BRASIL IMPÉRIO EM SALA DE AULA – ENSINO E TEATRO..... 17

Everton Pinto Lino

Levi Morais Timbó

LIBERDADE NA RUA DO OUVIDOR: UMA ANÁLISE A PARTIR DO LIVRO BRASIL IMPERIAL..... 35

Gizele Lima dos Santos

Joycielle Araújo Oliveira

O SEGUNDO REINADO EM DIVERSOS OLHARES DO ENSINO: O BRASIL PREPARADO PARA DOM PEDRO SEGUNDO..... 45

Francisca Milane Ferreira Pinto

Ícaro Janderson Linhares

REVOLTAS DURANTE O SEGUNDO REINADO NO SERTÃO DO CRATO: METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO DE PERFORMANCES..... 59

Felipe Gurgel Fernandes Bernardo

Gabriela dos Santos Albuquerque

A REVOLTA DA VACINA (1904) E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO: AS DIFICULDADES DO ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE NEGACIONISMO CIENTÍFICO..... 75

Ana Cássia de Sousa Carneiro

Andressa Sâmela Mendes Aragão

A PRIMEIRA FASE REPUBLICANA: MOVIMENTOS RELIGIOSOS POPULARES NO BRASIL 97

Francisco Denilson Caixeiro da Luz

Lara Malheiro Fernandes

CONHECENDO O MST ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO: RELATO DE UMA AULA SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO 113

Samyr Silveira Dourado

Suellen Maria Félix da Silva

“ELE ACHAVA QUE TINHA QUE SER PELA VIA PACÍFICA E EU, PELA LUTA ARMADA, NA LEI OU NA MARRA”: LIGAS CAMPONESAS, GÊNERO E O ENSINO DE HISTÓRIA..... 127

Nicole Santana de Freitas

Ryan Farias Jorge

IDENTIDADE COLETIVA NACIONAL: O SAMBA E O FUTEBOL COMO CONSTRUTORES DA IDENTIDADE BRASILEIRA 147

Andressa Maria Carvalho Alves

Pablo Rocha Sampaio Carneiro

Rodolfo Lincoln França de Vasconcelos



DA SALA DE AULA AO LIVRO – O PRAZER DA PUBLICAÇÃO COMPARTILHADA

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Durante uma aula caindo para o monótono, quando o monólogo já durava mais de quinze minutos, desafiei os alunos a saírem daquela pasmaceira. Mal sabiam eles que aquele ato, subitamente, de alguma forma, era fruto da reflexão de mais de uma década de labor acadêmico sem maiores sentidos. Eu também estava querendo sair da pasmaceira. Naquele instante, todos fomos tomados pelo inopinado do desafio de sairmos da letargia que nos acometia naquele semestre (2011.1). E qual seria a mágica para que a ementa de Historiografia Brasileira ganhasse sentido e vida para nós? Após algum tempo analisando algumas sugestões, propus escrevermos um livro sobre os memorialistas locais de cada município de origem dos alunos daquela turma.

Até então, minhas experiências com publicação se resumiam a pequenos artigos publicados em jornais de Camocim-CE, além de um opúsculo intitulado “*Lugares do passado, lembranças do presente. História e memória no jornal O Literário*”, no ano de 2005, que organizei com escritores locais.¹ Isto é, eu já tinha sentido o prazer indescritível da materialidade da palavra escrita, medida ou desmedida, e das consequências para quem escreve e para quem lê.

No entanto, a partir dali percebi que podia trazer aquele *frisson* para a minha prática em sala de aula e compartilhar com os alunos aquele

1 SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos Santos (Org.). *Lugares do passado, lembranças do presente. História e memória no jornal “O Literário”*. Camocim-CE. Edição dos Autores, 2005.

mesmo prazer. Na verdade, o que fizemos em *Sobrescritos...*² foi um pequeno experimento de produção artesanal do artefato chamado livro. Chamo aqui o livro de artefato, não no sentido de um componente da cultura material escolar, muito estudado no campo da educação, mas, ao propor o experimento de escrevermos um livro para sairmos do lugar comum que a disciplina estava se tornando, pensei mais numa ação pedagógica mesmo, em busca de um objetivo para a dinâmica de sala de aula.³ Produzimos os textos, e os próprios alunos criaram a capa, o *layout*, a diagramação e o nome de fantasia da editora (Macaxeira). Fizemos as cópias, encadernamos os exemplares (cerca de sessenta) em espirais e realizamos o lançamento. De fora mesmo, só veio o registro do livro.

Superada a pasmeira, segui buscando outras possibilidades de publicação, incentivando o máximo possível que as monografias por mim orientadas se tornassem artigos para a *Revista Homem, Espaço e Tempo*, do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Àquela altura, já havíamos criado a revista acadêmica do Curso de História (*Revista Historiar*, 2009), na qual ficamos como editor até o ano de 2012, coordenando a edição de sete volumes.⁴

-
- 2 SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos Santos (Org.). *Sobrescritos: Considerações sobre a produção de cronistas, memorialistas e historiadores da região noroeste do estado do Ceará*. 1ª. ed. Sobral: Edição do Autor, 2011.
 - 3 Para uma discussão sobre o livro como artefato no campo da educação, ver: PIRES, Raquel Lopes; AMORIM, Sara Raphaela Machado de. O livro enquanto artefato da cultura material escolar e elemento de profissionalização da docência. *Revista Brasileira de História da Educação*, 23, e274, 2023. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v23.2023.e274>. Acesso em: 21 jun. 2024.
 - 4 Neste sentido, desde 2009, publicamos com alguns alunos artigos de autoria compartilhada como: LIMA, Francisco Petrônio P.; SANTOS, C. A. P. “Entrego meu peito à bala, mas não entrego o Ipu ao Madureira”. Comunistas e religiosos nos espaços do trabalho em Ipu-CE. (1935-1946). *Revista Homem, Espaço e Tempo*, v. 1, p. 112-123, 2009; AZEVEDO, Dalila Arruda; SANTOS, C. A. P. Curral dos flagelados: disciplinamento e isolamento no campo de concentração na obra “O Quinze”. *Revista Homem, Espaço e Tempo*, v. 1, p. 85-95, 2013; SANTOS, Maria Janicléia; SANTOS, C. A. P. Poder e trabalho no campo de concentração de Ipu. *Revista Historiar - Revista Eletrônica do Curso de História Universidade Estadual Vale do Acaraú*, v. 06, p. 8-18, 2014; OLIVEIRA, Gilmar Rodrigues; SANTOS, C. A. P. Entre cartas e faturas: Uma interpretação do comércio cearense a partir dos documentos das casas comerciais de Granja. 1880-1892. *Revista Homem, Espaço e Tempo*, v. 11, p. 55-77, 2017 e CARVALHO, Milena P.; SANTOS, C. A. P. Resíduos de tradição e modernidade nas quadrilhas juninas: um olhar sobre a Beija-Flor do Sertão. Coreau-CE. *Revista Homem, Espaço e Tempo*, v. 01, p. 131-149, 2021.

Contudo, a experiência de publicação em periódicos internos não suplantou o “fetiche” do livro. Eu avaliava que éramos muito pobres neste quesito de publicação e, se ainda não tínhamos uma possibilidade real para buscarmos uma produção em periódicos mais qualificados, poderíamos seguir a trilhar o caminho dos livros, até mesmo, para buscar mais experiência.

Deste modo, a psasmaceira também foi sacudida com a aprovação de um projeto pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, do Ministério da Educação, de um Programa de Educação Tutorial em nosso curso. Com efeito, um programa dessa natureza propicia aos alunos, sob a orientação de um tutor, melhores condições para a realização de atividades complementares na sua formação acadêmica, visando atender plenamente as necessidades do curso, assim como da ampliação dos objetivos programáticos, trazendo uma melhor qualidade acadêmica. Em outras palavras, o PET seria um parceiro para sairmos da psasmaceira mais rápido.

Por ter escrito e inscrito o projeto, com a anuência dos meus pares, tornei-me o primeiro tutor do PET-HISTÓRIA/UVA (2011-2013). Com alguns alunos daquela turma de Historiografia Brasileira, onde se deu o despertar para a publicação, senti ser possível, com algum recurso do programa, editar os resumos de nossas atividades durante nosso tutorado. *Um PET no sertão*⁵, portanto, funcionou como uma espécie de relatório das atividades produzidas por aqueles alunos bolsistas, cujas trajetórias acadêmicas, em sua maioria, atingiram a pós-graduação e atualmente estão atuando nas redes de ensino municipais e estadual do Ceará e de outros estados do país, até mesmo chegando ao seu próprio curso como professor efetivo do magistério superior.⁶

O ano de 2013 foi muito profícuo no compartilhamento de produções com os alunos. Além do livro acima citado, pude também abrir outra frente de publicação sobre a história local de meu município, Camocim. Neste sentido, meus ex-alunos camocinenses, Carlos Manuel

5 SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos (Org.). *Um PET no sertão*. 1ª. ed. Sobral: Edições UVA, 2013.

6 No mais recente concurso para Professor Efetivo da UVA, o ex-petiano e doutor em História, Thiago Braga Teles da Rocha foi aprovado na área de História Contemporânea. Vários outros egressos do curso e do PET já são mestres e doutores.

do Nascimento e Francisco da Rocha Pereira, tiveram seus trabalhos de conclusão de curso publicados juntamente com um artigo de minha autoria, com recursos próprios e com uma parceria da Prefeitura Municipal, o livro *Sobre Camocim*. Política, trabalho e cotidiano.⁷

Aqui, nesta breve apresentação, não é o lugar para discutirmos os embates teóricos sobre a história local. No entanto, observando a pouca produção de história nesta área (a maior produção são de memórias), não somente em Camocim, mas nos municípios de abrangência do Curso de História da UVA, resolvi me inserir neste campo, muito inspirado nas reflexões do historiador britânico Raphael Samuel, como na passagem:

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos.⁸

Ainda em 2013, das aulas ministradas no Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), surgiram duas publicações financiadas pelo referido programa: a primeira, “*Histórias do Ceará: experiências de pesquisas dos alunos e professores do PARFOR/UVA. Sobral-CE. 2009-2011*”⁹, escrita por alunos/professores das redes públicas de vários municípios da zona noroeste do Ceará, da turma que funcionou no município de Sobral. Nesta publicação, compartilhamos a organização do livro com o Prof. Agenor Soares e Silva Júnior. A segunda redundou das aulas ministradas aos alunos do Curso de Especialização em História do Ceará, oferecido pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Ao final da disciplina, cada aluno descreveu sua cidade sob um prisma histórico e cultural que despertava sua atenção como

7 SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos; PEREIRA, Francisco Rocha; NASCIMENTO, Carlos Manuel do. *Sobre Camocim: política, trabalho e cotidiano*. 1ª. ed. Sobral-CE: Edições Universitárias/Universidade Estadual Vale do Acaraú. 2013. O livro teve uma tiragem de 1.000 exemplares,

8 SAMUEL R. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v. 9, n. 19, p. 219-242, 1989.

9 SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos; SILVA JÚNIOR, Agenor Soares e. (Orgs.). *Histórias do Ceará: experiências de pesquisas dos alunos e professores do PARFOR/UVA. Sobral-CE. 2009-2011*. 1ª. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013. Livro com tiragem de 1.000 exemplares.

pesquisador. Recolhemos estes trabalhos e organizamos a obra, que se chamou “*Cidades Visíveis*”. Aspectos históricos e culturais”.¹⁰

Vale ressaltar a importância do Parfor nesta fase do Curso de História da UVA, voltando-se mais para as questões da licenciatura e incrementando uma cultura da publicação em nosso curso, dentro dos princípios do programa. Deste modo, o Parfor “é uma ação da Capes que visa contribuir para a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de educação básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam”.¹¹

Dois anos depois de *Sobrescritos...* encontrei uma outra turma que topou tornar a “história mais próxima de nós”. Dessa vez, lecionando História do Brasil III (República), incuti neles que os conteúdos estudados na disciplina, em maior ou menor grau, poderiam ter uma correspondência próxima da realidade em que nós vivíamos. Nestas propostas (e nas seguintes) eu sempre me colocava, além de organizador, autor de artigo também a ser publicado nestas coletâneas, no sentido de mostrar a viabilidade do projeto. Daí surgiu a obra *A História Próxima de Nós!*¹² Desta vez, contratamos uma editora local que estava surgindo em Sobral. Assim, fizemos, a partir uma cota, uma tiragem de 300 exemplares.

Lembram daquela história da pasmaceira? Pois bem, em 2014, alguns alunos do município de Ipu, ao concluírem o curso de História, resolveram não dar chances a ela e continuaram estudando e, de quebra, ao som do riacho Ipuçaba descaindo na Bica do Ipu, fundaram o Grupo Outra História, com a missão precípua de criar, entre outras coisas, um projeto editorial. Inicialmente com o meu incentivo e do Prof. Dênis Melo, surgiu a série *Trilhas do Sertão - escritos de cultura e política nos interiores do Ceará*, que, dez anos depois, já está no oitavo volume, cada vez mais se abrindo para outras autorias e territorialidades.¹³

10 SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. (Org.). *Cidades Visíveis. Aspectos históricos e culturais*. 1ª. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013. O livro teve uma tiragem de 1.000 exemplares.

11 Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor/parfor>. Acesso em: 18/06/2024.

12 SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *A História próxima de nós!* 1ª. ed. Sobral: EGUS, 2014.

13 Inicialmente os primeiros números da série eram apenas os membros do Grupo Outra História. Posteriormente, foram sendo aceitos professores do Curso de História da UVA e de outras IES cearenses.

No primeiro volume desta série, compartilhei com o ex-aluno Francisco Petronio Lima o artigo “*Sermões, bandeiras e enxadas: religiosos e trabalhadores na formação do Círculo Operário do Ipu (1932-1946)*”.¹⁴ Desta série, organizei o terceiro volume (2016) juntamente com os professores Francisco Denis Melo e Raimundo Alves de Araújo.¹⁵

Escrever, já se disse em algum lugar, é um ato político. E, na maioria das vezes, de resistência. Desde que completei a trajetória acadêmica de estudos com o doutorado em 2008, voltei minha atenção para a história local no sentido de disponibilizá-la para o maior número de pessoas. Embora tenha conseguido publicar a dissertação de mestrado e a tese de doutorado, pela Universidade Federal do Ceará e Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, respectivamente,¹⁶ comecei a insistir junto às autoridades do meu município, no sentido de se publicar e adotar um livro didático de história.

Foi o desafio a que me propus depois de ter tido a cidade de Camocim como objeto de estudo acadêmico a escrita destes conhecimentos de forma didática. Mesmo que saibamos que a escrita de um livro didático (assim como qualquer outro tipo de livro) passa por processos de escolhas, recortes, sínteses, simplificações, face às questões levantadas pela história e a historiografia, em algum momento, os alunos precisam começar a se apropriar da sua própria história e, como nos diz Carlos Alberto Vesentini, o livro didático é “uma das primeiras vias pelas quais a linguagem da história é absorvida por qualquer um”.¹⁷

14 LIMA, F. P. P.; SANTOS, C. A. P. *Sermões, bandeiras e enxadas: religiosos e trabalhadores na formação do Círculo Operário do Ipu (1932-1946)*. In: FARIAS FILHO, A. V.; ARAÚJO, R. A. (Org.). *Nas trilhas do sertão: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará*. (1850-1930). 1ª ed. Sobral: Sertão Cult, 2014, v. 01, p. 65-88, 2014.

15 SANTOS, Carlos Augusto Pereira; MELO, Francisco. Denis; ARAUJO, Raimundo Alves. (Orgs.) *Nas Trilhas do Sertão: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará*, Volume 3. 1. ed. Sobral: Edições UVA/Sertão Cult, 2016.

16 SANTOS, Carlos. Augusto Pereira dos. *Cidade Vermelha: a militância comunista nos espaços do trabalho*. Camocim-CE. 1927-1950.1. ed. Fortaleza: NUDOC/UFC, 2007 e SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Entre o Porto e a Estação: Cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE*. 1920-1970.1ª. ed. Fortaleza: INESP, 2014. v. 500. 250p.

17 VESENTINI, Alberto. “Escola e livro didático de História”. In: SILVA, Marcos A. (Org.). *Repensando a História*. 6 ed. São Paulo: Marco Zero, 1984, p. 89.

Finalmente, em 2015, tivemos um projeto aprovado para elaboração do livro didático *Historiando Camocim*, lançado em 2017.¹⁸ Mais uma vez, o compartilhamento da publicação foi fundamental para a execução deste projeto. Para a transposição didática desta obra, convidei minha ex-aluna do Curso de Especialização em História do Ceará, Gleiciane Freitas, que desempenhou dignamente a missão dada, nesta obra, que reputo da maior importância para o município de Camocim.

Voltemos ao Parfor. Em 2017, foi formada uma turma de alunos/professores no município de Camocim. A partir das várias disciplinas que ministrei nesta turma procurei desenvolver a cultura do compartilhamento de publicação, aproveitando as oportunidades que o programa possibilitava. Por outro lado, era uma chance de contemplar um pouco mais a escrita da história do município. Deste modo, duas publicações brotaram desta turma. A primeira, foi uma coletânea de pequenos textos que, inicialmente, se prestaram para a publicação de postagens no blog *Camocim Pote de Histórias*, que mantenho há mais de uma década no ar. Recolhidos em livro, publicamos o *Camocim é um Pote de Histórias*, em organização compartilhada com o Prof. Raimundo Nonato Rodrigues de Souza.¹⁹ Ao final do curso, fomos contemplados com uma segunda publicação, que, dessa vez, reuniu os TCCs dos alunos/professores, com textos defendidos e aprovados pelo colegiado do Curso de História da UVA. Veio à luz, portanto, o livro *Reflexões práticas inovadoras e relatos de experiência PARFOR (UVA)*, que, em seu conjunto, trouxe também os textos dos alunos da turma do município de Pacujá-CE. Neste sentido, a experiência desta publicação foi um compartilhamento e um prazer em dose dupla. E a organização foi tripla. A professora Edvanir Maia da Silveira e o professor Denis Melo me ajudaram nessa tarefa.²⁰

Com a visibilidade dessas publicações, pelo menos em âmbito local e regional, consegui, junto à Prefeitura Municipal de Camocim, a criação

18 SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos; FREITAS, Gleiciane. *Historiando Camocim*. 1. ed. Sobral: Edições UVA/ Global Gráfica, 2017. Este livro teve uma tiragem de 2.000 exemplares.

19 SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos; SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de (Org.). *Práticas Pedagógicas no âmbito do PARFOR/UVA: as práticas inovadoras do curso de História. Camocim é um Pote de Histórias*. 1ª. ed. Recife-PE: Gráfica e Editora Liceu, 2018.

20 SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos; SILVEIRA, Edvanir Maia da; MELO, Francisco Denis; (Orgs.). *Reflexões práticas inovadoras e relatos de experiência PARFOR (UVA)*. 1ª. ed. Sobral: Edições UVA, 2021. Livro com tiragem de 300 exemplares.

de um projeto editorial em auxílio ao livro didático *Historiando Camocim*, adotado nas escolas do município, cujo objetivo é publicar o maior número possível de obras escritas por memorialistas e historiadores que tenham Camocim como tema, funcionando como paradidáticos. Deste modo, desde 2017 se vem publicando obras de minha autoria e de outros historiadores locais, que estão disponibilizadas gratuitamente no sítio da Prefeitura Municipal (<https://camocim.ce.gov.br/livros/>) com o nome de “Série História Camocinense”.

De algum modo, ter a “Série História Camocinense” como uma aba já na primeira página de apresentação do sítio da Prefeitura Municipal de Camocim facilita o acesso dos internautas. Por outro lado, não podemos dizer ainda que seja uma ferramenta consolidada de consulta, posto que os sítios ligados ao poder executivo (e também ao legislativo e ao judiciário) mudam muito de configuração, conforme as gestões e as cores ideológicas destes governos. Contudo, se isso vier a acontecer no futuro (esperamos que não), mostrará uma desconexão com as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) que também atingem a produção e a divulgação do saber histórico.

Voltando ao nosso “arquivo digital” tupiniquim, ao todo, atualmente, são 17 obras reunidas para consulta e *download* grátis. Nesta série, venho promovendo publicações compartilhadas ou não de vários alunos egressos do Curso de História da UVA e do Parfor/UVA/Camocim, como exemplo: *Um voo na memória e na história do avião camocinense*, com o historiador Paulo José Silva Santos;²¹ *O Terra e Mar: roteiros históricos e sentimentais de Camocim na obra de Carlos Cardeal*,²² com a historiadora Petrília Paulinni Sales Fialho; “*Camocim respirava esse ar de música: história e memória dos festivais de música em Camocim-CE*”;²³ com o historiador Francisco da Paz Pessoa, além de outros já citados anteriormente.

21 SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos; SANTOS, Paulo José Silva. *Pinto Martins*. Um voo na memória e na história do avião camocinense. 1ª. ed. Sobral: Sertão Cult, 2019. Tiragem de 500 exemplares.

22 SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos; FIALHO, Petrília Paulinni Sales. *O Terra e Mar: roteiros históricos e sentimentais de Camocim na obra de Carlos Cardeal*. 1ª. ed. Sobral: Sertão Cult, 2019. Livro com tiragem de 500 exemplares.

23 SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos; PESSOA, Francisco Paz. “*Camocim respirava esse ar de música*”: história e memória dos festivais de música em Camocim-CE. 1986-2003. 1ª. ed.

Retornando ao cotidiano de sala de aula, em 2019 encontrei uma daquelas turmas em que os olhos dos alunos brilham quando se fala de publicação. Quase sempre eles estão no 8º período, escrevendo TCC e loucos por uma oportunidade de publicação, especialmente para quem está propenso a buscar uma vaga de emprego ou mesmo seguir a carreira acadêmica. Este detalhe tem sido o diferencial, já me confessaram vários deles. Portanto, em 2019, organizei um belo livro com meus alunos da disciplina de História do Brasil III, dentro daquela perspectiva de aproximar os conteúdos estudados com os temas pesquisados pelos alunos. Surgiu então o livro “*Nossa Gente, Nossa História. O Ceará Republicano*”.²⁴

Após o período pandêmico do COVID-19, no mesmo sistema de compartilhamento, tanto de textos, como de recursos, organizamos mais duas obras com alunos no formato e-book.²⁵ Em 2021, foi publicado o livro *Histórias Daqui e Dali: religiosidade, culturas, políticas e literatura*.²⁶ Mais recente, em 2023, mais uma turma foi alçada à condição de autora com a obra *Páginas Republicanas*.²⁷ Importante ressaltar que, nestes três últimos livros, o nível dos artigos melhorou sensivelmente.

Diferente não é este que agora se desenha pela qualidade dos artigos, cujos títulos e autores estão enfeitados no sumário supra. No entanto, algo em sua tessitura difere dos demais na sua concepção. Desta vez, não foi feito somente uma aproximação conteudística dos períodos do Império e da República brasileiros com as temporalidades e territorialidades contemporâneas. Tudo isso resultou em aulas performáticas realizadas e apresentadas pelos alunos em sala de aula e, a partir delas, propôs-se a escrita dos artigos levando-se em conta o “fazer-se” da aula,

Sobral: Sertão Cult, 2021. Livro com tiragem de 200 exemplares.

- 24 SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos (Org.). *Nossa Gente, Nossa História*. O Ceará Republicano. 1ª. ed. Sobral: Sertão Cult, 2019. Tiragem de 300 exemplares.
- 25 Face aos custos de uma publicação, a partir destas obras realizadas com alunos, optamos pela publicação no formato *e-book*, com hospedagem na página da Editora Sertão Cult. Alguns livros físicos foram impressos sob demanda dos autores.
- 26 SANTOS, Carlos Augusto. Pereira dos. *Histórias Daqui e Dali: religiosidade, culturas, políticas e literatura*. 1ª. ed. Sobral: Sertão Cult, 2021. 244p. *E-book*. Disponível em: <https://repositao.openjournalsolutions.com.br/index.php/omp/catalog/book/98>.
- 27 SANTOS, C. A. *Páginas Republicanas*. 1ª. ed. SOBRAL: Sertão Cult, 2023.280p. *E-book*. Disponível em: <https://repositao.openjournalsolutions.com.br/index.php/omp/catalog/book/58>

as dificuldades e potencialidades do trabalho coletivo, a repercussão entre os colegas de sala de aula e as implicações com o ensino de história.

De algum modo, esta apresentação em forma de balanço serve para lançar um olhar retrospectivo sobre minha trajetória de publicação compartilhada com alunos e colegas do Curso de História da UVA, num momento em que vivo a expectativa de um encerramento próximo das minhas atividades como professor universitário, visto que, caso não apareça uma oportunidade de publicar desta forma nos próximos dez meses, esta será a última. Ou não!

Camocim, 19 de julho de 2024.

Parte 1:

Brasil Império

1

O BRASIL IMPÉRIO EM SALA DE AULA ENSINO E TEATRO

Everton Pinto Lino¹
Levi Morais Timbó²

Introdução ao Primeiro Reinado

A chegada da família real portuguesa à América Portuguesa, no final de 1807, marcou um ponto de virada crucial na história da colônia. A mudança da Corte Real para o Rio de Janeiro desencadeou uma série de transformações sociais, políticas e econômicas que, ao longo de algumas décadas, culminaram na independência da colônia, que, mais tarde, se tornaria o Brasil.

A presença da Corte Real no Rio de Janeiro teve uma influência profunda na vida cotidiana da colônia. A cidade passou por significativas mudanças urbanísticas e infraestruturais para acomodar a realeza, o que, por sua vez, impulsionou o seu desenvolvimento e sua economia. Essa transformação urbana foi apenas um reflexo das mudanças mais amplas que estavam ocorrendo em toda a colônia. Politicamente, a presença da Corte Real desestabilizou a relação entre Portugal e sua colônia

1 Graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral-CE.

2 Graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral-CE.

americana. O vácuo de poder deixado em Portugal permitiu que as elites locais começassem a reivindicar mais autonomia e participação nas decisões políticas. Esse movimento foi fundamental para o surgimento do processo de independência, que seria liderado por Dom Pedro I.

Para a fundamentação deste trabalho, usaremos a obra “História do Brasil Império”³, de Miriam Dolhnikoff, que fornece uma visão valiosa desse período crucial da história brasileira. O livro nos permite compreender os eventos que desafiaram a estabilidade do Império de Dom Pedro I e as lutas políticas e sociais que moldaram a nação brasileira em seus estágios iniciais.

Por que a coroa portuguesa demonstrou inicialmente uma notável falta de preocupação com o Brasil, mesmo sendo parte de seu império, e quais foram as consequências disso para o desenvolvimento do país? Como essa negligência impactou a infraestrutura, a administração e o progresso econômico do Brasil? A cultura de exploração, representada pela exploração de recursos naturais e mão de obra escrava, era um dos pilares do relacionamento entre Portugal e o Brasil; de que forma essa cultura de exploração influenciou a economia brasileira e contribuiu para o sistema de escravidão? Quais foram os efeitos, em longo prazo, dessa exploração no desenvolvimento social e cultural do Brasil? De que maneira a forma como o povo brasileiro era enxergado pela Coroa Portuguesa, inicialmente? Como uma colônia distante e periférica influenciou as políticas e a administração colonial? Como essas percepções iniciais afetaram a identidade cultural dos brasileiros e sua busca por autonomia ao longo da história? Como isso se reflete nas narrativas culturais contemporâneas do Brasil? São indagações!

Os direitos de cidadania consagrados na Constituição brasileira tinham, na prática, abrangência desigual. Em uma sociedade escravista, profundamente hierarquizada, os homens livres que não pertenciam à elite, fosse a econômica, política ou letrada, viviam em situação permanente de fragilidade social. Eram Sujeitos a arbítrios e violências que negavam os direitos a eles concedidos pela Lei. Essa realidade marcava também os demais países na-

3 DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

quele período. A luta pelo respeito aos direitos previstos em lei e por sua ampliação marcou a história das diversas sociedades, assim como está presente nos dias atuais (Dolhnikoff, 2017, p. 92).

Aqui podemos compreender a realidade complexa da cidadania durante o período imperial brasileiro. Ele destaca como, apesar das garantias legais, a prática era marcada por uma desigualdade significativa, especialmente para aqueles que não faziam parte da elite econômica, política ou letrada. Isso incluía os homens livres que enfrentavam uma fragilidade social constante, sujeitos a abusos e violências que negavam seus direitos legais. Além disso, ao mencionar que essa realidade não era exclusiva do Brasil, o trecho nos lembra que outras sociedades enfrentavam desafios semelhantes naquele período. É interessante notar como a luta pela ampliação e respeito aos direitos, mencionada no texto, continua relevante até os dias atuais, destacando a importância contínua da busca por igualdade e justiça social, nos faz refletir sobre o exercício à cidadania tanto no passado quanto na atualidade.

Em 1826, em troca do reconhecimento da independência pela Inglaterra, D. Pedro assinou um tratado com o governo britânico que previa o fim do tráfico negreiro. No Parlamento, a reação à assinatura do tratado foi estridente. Deputados revezavam-se em discursos com duras críticas ao Governo Brasileiro por ter assinado o acordo com a Inglaterra. Interessante foi que as críticas não eram apenas em razão dos prejuízos à economia nacional com o fim do abastecimento de escravos. Esse ponto foi reiteradamente salientado pelos deputados, que afirmavam que a economia brasileira pereceria sem a contínua entrada de escravos trazidos da África. Mas também outros aspectos foram motivo de ácida crítica pelos parlamentares e diziam respeito à disputa que travavam na definição do arranjo institucional do Novo Estado que estava sendo construído (Dolhnikoff, 2017, p. 46).

Nessa citação, podemos observar um importante debate em torno da continuidade do tráfico negreiro durante o período imperial brasi-

leiro. A assinatura do tratado entre D. Pedro e o Governo Britânico, em 1826, que tinha o objetivo de pôr fim ao tráfico de escravos, gerou uma reação não tão amistosa entre os empresários e o Parlamento Brasileiro. Os deputados, por exemplo, expressaram duras críticas ao governo, não apenas por comprarem a briga da elite cafeeicultora, da qual muitos faziam parte, pregavam prejuízo à economia nacional com o fim do abastecimento de escravos, mas também por questões relacionadas à disputa pelo arranjo institucional do novo Estado em construção. Essa polarização reflete a complexidade política e econômica da época, em que os interesses da elite econômica e política, que dependiam do trabalho escravo para sustentar seus privilégios, confrontavam-se com aqueles que viam no fim do tráfico uma oportunidade para reformas sociais e políticas mais amplas. Esse debate não se limita apenas à sociedade imperial, transcende até a luta por uma nação mais justa, democrática e igualitária no contexto em que vivemos.

Escrevemos com objetivo de explorar em detalhes esses eventos e seu impacto na formação da identidade brasileira. Além disso, visa a oferecer clareza sobre como esses tópicos podem ser abordados de maneira educativa em sala de aula, enriquecendo o entendimento dos estudantes sobre a história e a construção da nação brasileira.

Pensando em uma aula teatral

Pensamos em realizar uma aula teatral sobre esse conteúdo do Primeiro Império do Brasil porque queríamos envolver os alunos com o tema. Nós acreditamos que essa abordagem educacional vai muito além da leitura de livros ou de uma aula monótona. A encenação cria um ambiente de aprendizado mais envolvente, pois permite que os alunos vivenciem determinados eventos históricos de uma maneira mais pessoal, visualizando e compreendendo de forma mais vívida esses acontecimentos, e isso irá estimular o interesse e a curiosidade, tornando o conteúdo mais cativante.

A verdadeira intenção do conhecimento histórico não é explicar um fenômeno concreto como caso particular de uma regra geral. Seu verdadeiro objetivo vem antes da

compreensão de um fenômeno histórico em sua singularidade e unicidade: o que interessa ao conhecimento histórico não é saber como os homens, os povos e os Estados se desenvolvem em geral, mas, ao contrário, como este homem, este povo, este Estado veio a ser o que é; como todas essas coisas puderam acontecer e encontrar-se aí (Almeida, 2016, p. 66).

Ao interpretar personagens históricos durante uma encenação podemos nos conectar emocionalmente com as figuras do passado, compreender as motivações e os desafios enfrentados por esses indivíduos, e isso tende a resultar em uma melhor retenção de conhecimento em longo prazo, possibilitando aos alunos lembrarem mais facilmente o que aprenderam. Uma aula assim deve despertar uma motivação para o aprendizado, pois estaremos ativamente envolvidos na construção do conhecimento, muitas vezes relacionando o passado com o presente para entendermos como ações geradas lá influenciaram e influenciam o mundo atual que vivemos.

Ao fazer o roteiro teatral para nossa aula prática, além de aprender mais sobre a história, nossa equipe⁴ acabou desenvolvendo habilidades valiosas como pensamento crítico, coletividade, comunicação, pesquisa e criatividade. Percebemos também que, ao criarmos personagens e cenários, podemos trabalhar todos os nossos sentidos. Buscamos, particularmente, desenvolver a visão, a audição e o tato, contribuindo para uma experiência de aprendizado mais rica e estimulando diferentes áreas do nosso cérebro, isso tudo por meio do teatro.

Portanto, através dele o aluno pode criar e desenvolver valores morais, principalmente o respeito às diferenças; integrar-se ao grupo; fazer uso da escrita e da linguagem falada e gestual; desenvolver a expressão corporal; conhecer a si mesmo; e expressar o que pensa do mundo e das pessoas, o que aspira, e o que receia. Sem dúvida nenhuma, o teatro na escola é um exercício de criatividade-

4 Membros da equipe: Everton Pinto Lino, Geiza de Oliveira de Souza, Lauro Henrique Oliveira Silva, Levi Morais Timbó e Thais Mota de Sousa.

de, tanto por parte do aluno como por parte do professor (Almeida, 2016, p. 66).

Uma aula performada de maneira teatral será uma experiência que proporcionará ao aluno uma base sólida para a compreensão da história e seu impacto na sociedade. Assim, o teatro se mostra como uma abordagem altamente eficaz para o ensino de história, tornando o conteúdo mais envolvente, emocional e memorável, abrindo espaço não apenas para ensinar fatos históricos, mas também para ajudar a entender as nuances deles e a apreciar como esses eventos transformaram o mundo em que vivemos. Dentro do contexto educacional, o teatro desempenha diferentes papéis. O Teatro-Pedagógico utiliza-se como ferramenta para fixar conhecimentos e disciplinas específicas, como História, Geografia ou Matemática, por meio da encenação e dramatização de conteúdos. Já o Teatro-Educação vai além, buscando fins socioculturais e artísticos, muitas vezes oferecidos como atividades extracurriculares. Esta abordagem tem um compromisso mais amplo com o desenvolvimento das habilidades interpessoais, intrapessoais e a promoção da expressão artística e cultural dos alunos.

Embora o teatro na educação seja ainda pouco explorado pelas escolas no Brasil, ele é, sem dúvida, uma atividade pedagógica que promove não só a inclusão, mas também a socialização dos alunos no ambiente escolar, de forma produtiva. Amplia o universo cultural e o desenvolvimento das diversas habilidades como a interpretação e produção de texto, a leitura oral, a criatividade, as inteligências musical, intra e interpessoal e a cenestésica (Coeelho, 2014, p. 2122).

Ambos os enfoques acima referidos contribuem para o desenvolvimento integral dos alunos, estimulando não apenas as habilidades cognitivas, mas também as emocionais, sociais e artísticas, enriquecendo o processo educativo de forma abrangente. As aulas de História podem ser transformadas em experiências mais envolventes e imersivas ao incorporar as inteligências de Gardner (1995)⁵ e o teatro. A inteligência

5 GARDNER, Howard. *Inteligências-Múltiplas Perspectivas*. São Paulo: Artmed, 1995.

linguística, por exemplo, pode ser aproveitada ao explorar documentos históricos da época, como escritos, cartas e diários. O teatro entra como uma ferramenta para recriar eventos históricos por meio de encenações, ajudando os alunos a compreender os contextos, emoções e interações humanas por trás dos fatos. Além disso, a inteligência espacial pode ser aplicada na reconstrução visual de mapas, arquitetura, vestimentas e objetos históricos.

O teatro entra mais uma vez ao permitir a recriação desses ambientes, proporcionando uma compreensão mais profunda da vida e das condições daquela época específica. Outra aplicação está na utilização da música. Muitos momentos históricos têm uma trilha sonora culturalmente relevante. Integrar música da época em encenações teatrais pode ajudar os alunos a se conectarem emocionalmente com os eventos e com as pessoas daquela época.

As inteligências interpessoal e intrapessoal também são beneficiadas. O teatro permite que os alunos assumam papéis históricos, promovendo empatia, compreensão e respeito por diferentes perspectivas históricas. Isso estimula a inteligência interpessoal. Ao mesmo tempo, a reflexão sobre esses papéis pode alimentar a inteligência intrapessoal, ajudando os alunos a entenderem melhor suas próprias motivações e emoções ao interpretar personagens históricos. Assim, integrar o teatro como uma ferramenta para explorar a História pode tornar as aulas mais dinâmicas, interativas e memoráveis. Isso oferece aos alunos não apenas conhecimento factual, mas também uma compreensão mais profunda e empática dos eventos e das pessoas que moldaram o passado.

Pensando nisso, utilizamos do Teatro-Pedagógico para elaborar uma peça de teatro, que será apresentada posteriormente. Também foi necessário Inteligência Linguística, Inteligência Espacial, Inteligência Corporal-Cinestésica, Inteligência Interpessoal e Intrapessoal para atender a necessidade do público que assiste e também para melhor compreender o que está sendo produzido.

Também é interessante ser apresentada a influência de Peter Slade e o Jogo Dramático Infantil. Peter Slade foi um pesquisador inglês pioneiro no campo do teatro com crianças. Sua abordagem se baseava em atividades conhecidas como “jogos dramáticos infantis”, nos quais as

crianças se engajavam em situações imaginárias e encenações, explorando a espontaneidade, a criatividade e a individualidade. Esses jogos visavam não apenas estimular a imaginação e a expressão teatral, mas também promover a liberação de emoções, permitindo que as crianças explorassem diferentes papéis e situações. Slade acreditava que o teatro poderia ser um meio poderoso para o autoconhecimento, ajudando as crianças a compreenderem melhor a si mesmas e a lidarem com suas emoções de forma criativa e saudável. Ao introduzir o jogo dramático infantil e as técnicas teatrais nas aulas de história, é possível criar experiências mais imersivas e significativas para os alunos, por exemplo, permitindo que eles recriem eventos históricos por meio de encenações. Isso não apenas ajuda a tornar a história mais viva, mas também oferece aos alunos a oportunidade de se colocarem no lugar dos personagens históricos, compreendendo melhor os contextos e os dilemas enfrentados naquela época.

Além disso, o teatro pode ser uma ferramenta valiosa para explorar e vivenciar culturas e costumes de diferentes períodos históricos. Os alunos podem utilizar o jogo dramático para mergulhar nas nuances culturais de determinadas épocas, o que facilita a compreensão e a identificação com os aspectos históricos estudados.

A aula teatral na prática e o que buscar expor para os alunos

A necessidade de ensinar sobre o Primeiro Império brasileiro é de suma importância para ajudar os alunos a compreenderem a formação do Brasil como nação, podendo explorar temas como a vinda da família real portuguesa para sua colônia nas Américas, as causas da Revolução do Porto, o contexto político em que se deu a independência do Brasil, entender a formação do Império e como as elites políticas pensavam na época, as mudanças econômicas, sociais e culturais que ocorreram durante esse período da história brasileira, entre outras coisas que foram moldando a identidade do nosso país. Através do estudo desse período, os alunos podem desenvolver habilidades de análise crítica, compreen-

são de causas e efeitos históricos, e apreciação da diversidade cultural que formou a nação.

Pensando nisso, adaptamos um roteiro teatral para levarmos essa história para sala de aula. Buscando aproximar os alunos da história de maneira descontraída para o trabalho ficar mais cativante e despertar o interesse deles para entender o cenário da época, utilizamos uma escrita contemporânea dividindo a aula em dois momentos: no primeiro, temos um narrador relatando fatos históricos em ordem cronológica; e no segundo, personagens construídos para fazer humor e instigar os alunos a pensarem sobre o passado encenado. Cada personagem foi pensado além daquela figura, tentamos nos aproximar também do lugar de onde eles falavam e tudo que os envolvia. Por exemplo, ao retratar Dom Pedro I não estaríamos retratando apenas ele, mas sim o pensamento da antiga família real portuguesa e as ações do Primeiro Reinado, mesmo que de maneira mais descontraída, assim como a figura de Frei Caneca, no qual utilizamos um pensamento mais abrangente para explorar a Conferência do Equador e todas as oposições que havia ao reinado de Dom Pedro I na época. Construímos também dois personagens para representar os pensamentos distintos existentes entre as elites políticas da época. Para isso, utilizamos duas figuras que divergiam nas ideias do período, que foram Vergueiro de Campos e José Bonifácio de Andrada e Silva. Além dos capítulos do livro⁶ da Miriam Dolhnikoff, nos embasamos em outras fontes que falam sobre os debates da Assembleia Constituinte de 1823⁷.

Os últimos personagens seriam apenas figurantes, um para ser um soldado de D. Pedro no episódio da independência e outro para ser D. Pedro II no episódio da passagem do cubo, o qual foi utilizado durante a atuação como sendo o Brasil, que ao ser passado da mão de Dom Pedro I para a mão de Dom Pedro II, nos faz lembrar um dado, primeiro sendo jogado por um jovem inexperiente em terras americanas, como um passatempo, e por último ficando nas mãos de uma criança como se realmente fosse um brinquedo. Utilizamos-nos dessa metáfora para

6 Os capítulos “Independência: deixar de ser português e tornar-se brasileiro” e “Uma nova nação, um novo Estado”, do livro “História do Brasil Império” de Miriam Dolhnikoff.

7 Os Discursos Parlamentares de José Bonifácio de Andrada e Silva, e a análise feita por Eduardo Martins em “O diário da Assembléia Geral de 1823 e os discursos de cidadania”, foram essenciais para a construção da fala dos personagens Bonifácio e Vergueiro na peça.

refletir sobre a gestão política do Brasil durante a chegada da Família Real Portuguesa até o final do Primeiro Reinado.

Roteiro da Aula Teatral

NARRADOR: No final de 1807, a Família Real Portuguesa chega ao Brasil, pois, ao se aliar à Inglaterra, teve que adotar a estratégia de se mudar para a colônia na América Portuguesa para escapar de uma possível invasão francesa ao seu território. Em 1808, D. João abriu os portos da América Lusitana para o mundo, que antes eram de acesso exclusivo de Portugal, como uma estratégia econômica que favoreceu principalmente a Inglaterra. A Corte se instala no Rio de Janeiro, resultando em um governo que iria administrar aquele território americano.

D. PEDRO: Argh... Estou cansado de me mudar. Já estamos em outra cidade de novo, e esta consegue ser pior que a anterior. Esse lugar fede. Espero que papai crie coragem e voltemos logo para casa, mas não vai fazer isso enquanto aquele tal de Napolitano estiver fazendo uma bagunça por lá. Pelo visto vou ter que aprender a gostar dessa tal de América. Lugarzinho quente como o inferno. Pelo menos tenho toda a mordomia de casa aqui, se não... não quero nem pensar no que eu seria capaz de fazer. Um dia, esse lugar vai ser todinho meu, e eu vou fazer o que eu quiser. (D. Pedro brinca com um pequeno cubo, onde podemos ver a bandeira do Brasil).

NARRADOR: 1815, cinco anos depois do fim da guerra contra a França. A colônia deixa de ser colônia oficialmente e passa a ser o Reino Unido a Portugal e Algarves, mudando o estatuto do Brasil. Em 1817, começa uma revolta pernambucana, os rebeldes queriam tornar Pernambuco independente, pois não concordavam com os impostos criados para financiar a manutenção da Corte no Rio de Janeiro, porém foram derrotados pelas tropas do governo. Em 1820, aconteceu a Revolução do Porto, uma revolta armada que teve início na cidade do Porto, em Portugal, na qual os rebeldes exigiam o retorno da Corte para Lisboa. Os rebeldes foram vitoriosos, e D. João IV teve que embarcar para Portugal, deixando seu filho D. Pedro no Rio de Janeiro como regente

para dirigir a América como sendo o príncipe herdeiro. Ainda nesse período iria surgir o maior impasse entre os líderes de Portugal e os da América. Os luso-americanos queriam um governo no Rio de Janeiro para lidar com os interesses da América, os portugueses queriam um império com centro em Lisboa. Isso fez com que as Cortes promulgassem, em 1821, um decreto ordenando a volta de Dom Pedro a Portugal e outro decreto extinguindo os tribunais criados por D. João IV no Brasil, o que enfraqueceria o governo autônomo no Rio de Janeiro. Isso levou as elites americanas a articularem a permanência de D. Pedro, que em 1822 influenciado pelo cenário político decidiu permanecer no Brasil desafiando as Cortes de Lisboa, em 9 de janeiro no que ficou conhecido como Dia do Fico. As elites da América começavam a querer se separar do reino europeu e para isso tiveram que apoiar D. Pedro, começando uma disputa de interesses no território brasileiro entre o Governo do Rio de Janeiro e o de Lisboa. Então, em 6 de agosto, D. Pedro lança um manifesto rompendo com Portugal, destacando a “tirania portuguesa” que tirava a liberdade brasileira. Mas só em 7 de setembro que o Brasil viria a ser independente, pois em Portugal não se aceitava mais um governo autônomo na América. Em outubro, D. Pedro foi coroado imperador do Brasil.

D. PEDRO: NÃO CONTAVAM COM A MINHA ASTÚCIA!

SOLDADO: Essa não é a fala.

D. PEDRO: INDEPENDÊNCIA OU MORTE! É isso aí, ali ó, vai fazer o (retrato). Faz pose para o retrato.

NARRADOR: Após a Independência, ficaram alguns questionamentos na sociedade, sobre como a nova nação corresponderia a todo o território da América portuguesa ou este se fragmentaria em vários pequenos países? República ou Monarquia: Qual seria o regime adotado pelo novo ou novos Estados? Que elementos seriam mobilizados para criar a nova identidade nacional? Como atender às demandas da economia agrária? Manter ou não a escravidão? Nesse contexto, foi convocada uma Assembleia Constituinte, que iria oferecer às elites das províncias a possibilidade de participarem na tomada de decisão do governo sobre

esses questionamentos que se tinha sobre o que seria aquele recém-formado império.

D. PEDRO: Senhores. Bonifácio (fala com desdém). Estamos reunidos aqui hoje para fazer um importante debate sobre... coisas importantes, certo? Vamos começar logo com isso. As regras: não vale chute nas partes íntimas, nem sapatadas (risos). Vamos, comecem! (Afinal, quem seriam os Brasileiros?).

VERGUEIRO: Indico que a palavra brasileiros seja modificada por cidadãos, pois entre nós há escravos e indígenas que, sendo brasileiros, não são membros de nossa sociedade!

BONIFÁCIO: É incrivelmente chocante que alguém da elite política, como vocês, possam fazer afirmações tão discriminatórias. Rotular os indígenas e os escravos como não cidadãos com base em sua visão elitista é inaceitável. A falta de empatia é surpreendente, ou nem tanto!

VERGUEIRO: Nós não podemos deixar de fazer esta diferença ou divisão de Brasileiros, e Cidadãos Brasileiros. Segundo a qualidade da nossa população, os filhos dos negros, crioulos cativos, são nascidos no território do Brasil, mas, todavia, não são cidadãos Brasileiros. Devemos fazer esta diferença: Brasileiro é o que nasce no Brasil, e Cidadão Brasileiro é aquele que tem direitos cívicos.

BONIFÁCIO: A atitude de vocês em dividir a população entre “Brasileiros” e “Cidadãos Brasileiros” com base na qualidade da população é revoltante. A cidadania deve ser baseada em princípios de igualdade e justiça, não em critérios elitistas. Suas palavras revelam um profundo desdém pela igualdade.

VERGUEIRO: Os índios que vivem nos bosques são Brasileiros, contudo não são Cidadãos Brasileiros enquanto não abraçam a nossa civilização. Convém, por consequência, fazer esta diferença por ser heterogênea a nossa população.

BONIFÁCIO: É inaceitável que vocês menosprezem os povos indígenas como não cidadãos apenas por não abraçarem sua visão de civilização.

Sua visão é nefasta, um exemplo claro de preconceito e desrespeito pela diversidade cultural.

VERGUEIRO: Os Índios, porém estão fora do grêmio da nossa sociedade, não são súditos do Império, não o reconhecem, nem por sua consequência suas autoridades desde a primeira até a última, vivem em guerra aberta conosco; não podem de forma alguma ter direitos, porque não têm, nem reconhecem deveres ainda os mais simples. E quanto aos escravos eles não passam de habitantes no Brasil!

BONIFÁCIO: As afirmações de vocês, que se consideram parte da elite política, são indignas. Rotular os índios como “fora do grêmio da sociedade” e negar direitos básicos aos escravos demonstra uma completa falta de humanidade. Vocês se acham o último copo de cachaça no sertão, é profundamente condenável.

NARRADOR: Porém, a Constituinte foi fechada, porque D. Pedro se sentiu ameaçado em relação ao enfraquecimento do poder Executivo. Em março de 1824, o imperador outorgou a Constituição. A Nova Carta não foi elaborada e aprovada por uma assembleia, o que ia contra os princípios liberais, porém ela manteve algumas ideias que surgiram na Constituinte, como a adoção de uma monarquia constitucional, de uma assembleia de representantes bicameral: Deputados e Senadores. Houve a separação dos cidadãos brasileiros e dos brasileiros genericamente, ainda separando a cidadania política e a cidadania civil. Na Cidadania Civil: Homens e mulheres livres (exceto os indígenas) tinham direitos civis e eram protegidos e respeitados pelo Estado. Na Cidadania Política: Precisava ser homem, livre, mais de 25 anos e possuir determinada renda. (Votante: 100 mil réis; Eleitor: 200 mil réis; Deputado: 400 mil réis; Senador: 800 mil réis). Houve também a divisão dos quatro poderes (Legislativo, Judiciário, Executivo e o Poder Moderador). Também em 1824 vai acontecer a Confederação do Equador, que foi uma revolta armada por pernambucanos liderada por Frei Caneca.

FREI CANECA: Me chamo Joaquim da Silva Rabelo, jaz falecido. Eu fui morto por defender meus ideais, ideais estes que eram também pregados por outros padres, tinham muitos amigos e aliados como parte da elite de Pernambuco, senhores de engenho, comerciantes de exporta-

ção, traficantes de escravos, magistrados e padres, com apoio de camadas de homens livres pobres. Já sabem que eu sou? Sou o Frei Caneca, um dos líderes da Confederação do Equador. Lutávamos contra aquela constituição de 1823, que era descabida. A criação do Poder Moderador... ora mais, ainda me perguntam o porquê, era óbvio que fortalecia ainda mais aquele sujeito ali. A gente das províncias éramos feitos de besta, fomos a luta e as más línguas diziam que queríamos criar o nosso próprio país. Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, nós conseguiríamos ser autônomos e o nosso país teria no nome Confederação do Equador..., mas nossa revolução foi por água abaixo, fui preso e condenado a morte, lá em Recife onde fui executado em praça pública.

NARRADOR: Porém, mesmo após o governo derrotar a Confederação do Equador, a oposição a D. Pedro continuou, de forma interna, no império, ainda que mais contida. Em 1826, ficou clara essa oposição, quando em uma Assembleia Geral, a Constituinte resultou em um distanciamento do imperador, evidenciando as divergências que existiam no império. No mesmo ano, D. Pedro assinou um tratado com a Inglaterra que previa o fim do tráfico negreiro, e em troca a Inglaterra reconheceu a independência do Brasil. Esse tratado fez com que o governo brasileiro sofresse críticas pesadas dos seus deputados, enfraquecendo ainda mais a influência de D. Pedro. Entre 1825 e 1828, Brasil e Argentina guerreavam pelo território da Cisplatina, e no final, com a mediação da Inglaterra, o território nem ficou com o governo de Buenos Aires nem com o do Rio de Janeiro, virando um país independente, o Uruguai. No Brasil, isso foi visto como uma grande derrota, pois D. Pedro havia perdido uma província. Em 1830, teve eleições e a maioria dos deputados eleitos eram de oposição a D. Pedro. Em 1831, D. Pedro I se viu isolado, sem apoio político, e abdicou do trono, retornando para Portugal. Era o fim do Primeiro Reinado.

D. PEDRO: Estou acabado. O povo não me apoia mais. (fala cabisbaixo).

FANTASMA DO FREI CANECA: Você deu fim ao tráfico negreiro, perdeu a Cisplatina, acabou perdendo o apoio dos deputados. Não podia terminar diferente, né?

D. PEDRO: Mas que diabos? É... é você Joaquim? Mas... você não estava morto?

FANTASMA DO FREI CANECA: Estou. E qual outro morto viria pra te atazanar?

D. PEDRO: Não querendo me gabar, mas, a lista é grande.

FANTASMA DO FREI CANECA: Inacreditável. Fazendo piadinhas até num momento como esse. Você nunca serviu para governar.

D. PEDRO: Silêncio, assombração! Eu não vou dar ouvidos a um morto. Só posso estar delirando mesmo.

FANTASMA DO FREI CANECA: Não vou discordar de você nessa, você é louco. Eu tentei te avisar, muitos tentaram. E olhe no que deu. Você está colhendo o que plantou... majestade (fala com desdém).

D. PEDRO: (suspira e pensa um pouco) É meu filho... não tem jeito. Eu vou ter que voltar para Portugal, o povo requer isso. Como seu líder supremo e maioral, total e absoluto, perfeito e sem defeitos, é meu dever cuidar do meu povo, por isso devo ir. No entanto, preciso de alguém de confiança aqui, no Brasil, para que o povo daqui não enlouqueça também, digo, digo... não fiquem tão... desesperados sem a minha presença reconfortante. E é por isso que preciso que fique aqui meu filho, meu tesouro.

FANTASMA DO FREI CANECA: Só pode estar de brincadeira... (fala incrédulo).

D. PEDRO: Tome, é sua vez de brincar com ele agora. (D. Pedro I entrega o cubo ao **D. Pedro II**).

FANTASMA DO FREI CANECA: Mas ele tem apenas 5 anos...

D. PEDRO: Ele vai crescer.

(D. PEDRO II BRINCA INOCENTEMENTE COM O CUBO)

Outra abordagem interessante seria usar o teatro como meio de pesquisa histórica. Os estudantes podem realizar investigações aprofundadas sobre eventos específicos, criar roteiros e montar peças teatrais baseadas nesses acontecimentos. Isso não só exige uma compreensão detalhada do contexto histórico, mas também estimula a criatividade na representação

desses eventos. O uso de debates encenados também é uma forma eficaz de ensinar história. Por meio deles, os alunos podem compreender diferentes pontos de vista e os conflitos presentes em momentos históricos específicos, ajudando a ampliar a visão sobre esses períodos.

Por fim, o teatro pode ser uma ferramenta para explorar documentos históricos. Encenar situações baseadas em cartas, diários ou registros históricos permite que os alunos se conectem emocionalmente com os eventos passados, trazendo uma compreensão mais profunda e humanizada da história. Então, é importante destacar essas tratativas, essas influências que tivemos a priori, foram esses conceitos que, ao serem introduzidos no campo da prática, ajudaram a produção primeiramente de entender o que seria feito e posteriormente da execução do que foi produzido. Pensando nesses aspectos, foi necessário primeiramente compreender todas essas competências antes da produção da peça de teatro e criação dos personagens, a ideia de trazer o máximo de realidade dos discursos, entendendo primeiramente o que cada personagem pensava sobre as questões que foram colocadas para que fosse possível a melhor entrega de cada fala, comportamento e pensamento.

Nossa experiência com esse trabalho em sala de aula foi bastante interessante. Éramos uma equipe de 5 pessoas (Everton, Geiza, Lauro, Levi e Thais), cada um desenvolveu as falas de um personagem baseado em estudos aprofundados sobre as figuras históricas, os contextos e os temas abordados. A turma aceitou a nossa ideia, respeitou nossa apresentação e se divertiu com ela também, além dos debates gerados ao final da aula que os levaram a levantar curiosidades e trouxeram informações extras que agregaram ainda mais àquele momento. Optamos por uma abordagem inovadora, fazendo uma releitura dos personagens, utilizando memes para melhor identificação do público e promovendo um rodízio de atores em diferentes papéis. Por exemplo, em um momento específico, o Everton interpretava um soldado ao lado de Dom Pedro I, enquanto em outro momento ele interpretou José Bonifácio.

Essa dinâmica trouxe versatilidade à apresentação e não tivemos problemas com a limitação de atores. Além disso, escolhemos uma linguagem mais cômica e atual, adaptando discursos históricos para torná-los mais acessíveis e relevantes para o público, que no caso seria a Geração

Z. Parafraसेamos o discurso de José Bonifácio, utilizando elementos da época, mas de uma forma que ressoasse com o público atual. O momento mais marcante da peça foi a participação surpresa do nosso professor como elemento final, o que adicionou um toque especial e inesperado à apresentação. Sua presença reforçou a importância do teatro como uma ferramenta educativa e nos permitiu interagir de forma mais próxima com a história que estávamos apresentando. Por fim, acreditamos que a peça foi uma oportunidade única de explorar o passado de forma criativa e envolvente, proporcionando risos e consciência histórica.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. H. G. Ensino de História a partir do teatro: entre práticas e representações. p. 59 -72. In: *Estudos Interdisciplinares em Humanidades e Letras*. São Paulo: Blucher, 2016. ISBN: 9788580391664, DOI 10.5151/9788580391664-03.

COELHO, M. A. Teatro na escola: uma possibilidade de educação efetiva. *Polêmica*, v. 2, p. 1208-1222, 2014.

DOLHNIKOFF, M. *História do Brasil Império*. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2017. 176p.

MARTINS, E. O diário da Assembleia Geral de 1823 e os discursos de cidadania. *Patrimônio e Memória* (UNESP. Online), v. único, p. 01-12, 2007.

SILVA, J. B. de A. e. *Discursos Parlamentares*. 1880. 614p.

2

LIBERDADE NA RUA DO OUVIDOR: UMA ANÁLISE A PARTIR DO LIVRO BRASIL IMPERIAL

Gizele Lima dos Santos¹
Joycielle Araújo Oliveira²

Introdução

Para o desenvolvimento da aula performática, o texto utilizado foi o capítulo IV do livro “Brasil Imperial”³, o qual tem como título “O primeiro Reinado em Revisão”. O capítulo apresenta uma reflexão aprofundada sobre o período de 1822 a 1831, quando o Brasil se tornou um Império sob o comando de Dom Pedro I. O capítulo aborda as transformações políticas, sociais e econômicas que ocorreram durante esse período turbulento e contraditório da história brasileira, iniciando com a proclamação da Independência do Brasil, em 1822, um evento

-
- 1 Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú. UVA. Sobral-CE.
 - 2 Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú. UVA. Sobral-CE.
 - 3 A obra Brasil Imperial é uma obra de 2010, escrita por Keila Grinsberg e Ricardo Salles, a qual possui 3 volumes (Volume I: 1808 – 1831; Volume II: 1831 – 1870; Volume III: 1870 – 1889) apresentando reflexões históricas sobre o Brasil desde o período colonial até o Império, esmiuçando toda a narrativa desse período através de diversos olhares.

que inaugurou uma nova era na história do país, marcada por diversos conflitos.

Um dos principais desafios foi a elaboração da primeira Constituição de 1824. A Constituição estabeleceu um regime monárquico constitucional, com poderes ilimitados para o imperador e a criação de um parlamento bicameral. No entanto, a Constituição também restringiu os direitos políticos, limitando o voto apenas a homens adultos e com propriedades. Isso gerou críticas e resistência, especialmente entre os grupos liberais que defendiam um poder descentralizado.

Os autores discutem as contradições presentes na liderança de D. Pedro I, que, apesar de sua vontade em afirmar a autonomia do Brasil, acabou por centralizar o poder em suas mãos, muitas vezes em detrimento das aspirações e interesses da população e das elites locais. Esse autoritarismo levou a conflitos e descontentamentos, levantando questionamentos sobre a forma de governo adotada. Além disso, o capítulo aborda as transformações sociais e econômicas ocorridas durante o Primeiro Reinado. Com a independência, o Brasil teve que criar uma estrutura governamental sólida e implementar políticas que impulsionassem seu desenvolvimento. Nesse sentido, a sociedade brasileira passou por mudanças significativas, com a formação de um aparato governamental, a implantação de leis e a criação de instituições que visavam garantir a governabilidade e estabilidade do país.

No entanto, essas transformações também foram acompanhadas de intensas disputas e divergências entre os grupos liberais e conservadores, que tinham visões políticas e econômicas distintas, e que acabaram por influenciar e moldar o percurso do Primeiro Reinado.

Dom Pedro I também teve que enfrentar revoltas e guerras em diversas regiões do país. A Confederação do Equador, em 1824, foi uma tentativa de secessão de algumas províncias do Nordeste, que se opunham à centralização do poder no Rio de Janeiro. A Guerra da Cisplatina, em 1825, foi um conflito armado entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata pelo controle da região da Cisplatina, atual Uruguai.

Após uma série de crises políticas e econômicas, Dom Pedro I abdicou do trono em 1831. Sua abdicação levou à ascensão de seu filho,

Dom Pedro II, que tinha apenas cinco anos de idade na época. Uma regência foi estabelecida para governar o país até que Dom Pedro II atingisse a maioridade.

O capítulo também discute a construção do Estado imperial durante o Primeiro Reinado. Foram criados importantes mecanismos legais, como a lei dos juizes de paz, o Supremo Tribunal de Justiça e o Código Criminal. Além disso, o capítulo destaca a tensão entre formas antigas e modernas de pensar e agir, com a convivência de propostas liberais e antidemocráticas.

Em resumo, o texto oferece uma visão detalhada e crítica do Primeiro Reinado, um período marcado por desafios e transformações. Assim, “O Primeiro Reinado em Revisão” contribui para o entendimento mais profundo dos desafios e contradições enfrentados pelo Brasil durante esse período de transição e consolidação da independência. Por meio dessa análise crítica, somos convidados a repensar e reinterpretar a história, visando uma compreensão mais completa do processo de construção do país.

Em sala de aula, foi proposto que se interpretasse de forma interdisciplinar o entendimento e conclusão do texto. Deste modo, o grupo⁴ em questão separou o texto de forma didática de maneira que fosse possível analisar todo o movimento histórico. De início, foi realizada uma introdução do capítulo sobre o período de formação regencial de Dom Pedro I e os demais assuntos retratados no capítulo, como a criação da Constituição, as divergências políticas e o significado de liberdade. Logo em seguida, pôs-se em debate as narrativas iniciais do Primeiro Reinado, em que a divisão política daquele período era predominantemente elitizada, conseqüentemente, os cargos políticos acabavam por questionar e reivindicar apenas aquilo que se achava necessário na classe alta da sociedade. Assim, como foi ilustrado, o processo da Constituinte de 1823 resultou na construção da Constituição de 1824 e os ideais de cada grupo presente, liberais e conservadores, e seus direitos abordados.

4 Grupo 3: Líderes da rua do Ouvidor, formados pelos graduandos do curso de Licenciatura em História na Universidade Vale do Acaraú, Gizele Lima dos Santos; Jocyelle Araújo Oliveira; Luiz Carlos da Costa Lima; Samuel de Souza Raulino.

Outro ponto destacado foi a concepção do conceito de liberdade. Como já abordado anteriormente, os cargos políticos se limitavam apenas à alta sociedade, como a restrição do direito ao voto, um dos principais direitos restritos. A Constituição limitava o sufrágio a homens livres com uma certa renda, excluindo a grande maioria da população, incluindo mulheres, pobres, escravizados e indígenas. Essa restrição contradizia os princípios liberais de igualdade e participação popular, criando uma democracia restrita e elitista.

Além disso, a Constituição de 1824 concedia amplos poderes ao imperador, incluindo o direito de dissolver a Câmara dos Deputados e nomear ministros. Isso concentrava o poder nas mãos de uma única pessoa, contrariando os princípios liberais de separação de poderes e equilíbrio entre os ramos do governo. A visão de liberdade liberal do período também é criticada por sua exclusividade. Embora os liberais defendessem a liberdade individual e os direitos civis, esses direitos eram frequentemente negados às minorias. Os escravizados, por exemplo, eram completamente excluídos da visão liberal de liberdade, enquanto os indígenas eram constantemente marginalizados e despojados de suas terras.

Visto isso, em sala debateu-se sobre até onde a liberdade de fato abrangia os interesses da época e quais eram eles. Também se discutiu a formação do Poder Moderador e como de fato ele era utilizado no meio jurídico e político, assim como uma representação da política atual e do espelho que se instaurou na Constituição de 1824. Em suma, expôs-se em sala de aula de maneira breve e resumida, os motivos pelo qual o Primeiro Reinado gerou tantos conflitos e os problemas no período, assim como foi posto em discussão, sem anacronismos, fatores conflitantes que refletem nos dias atuais.

Planejamento da Aula Performática

Foi posto em debate pelo grupo como seria retratado o texto em questão para a criação de uma aula construtiva. Dessa forma, o principal objetivo exposto era que se pudesse apresentar para a turma uma representação próxima de como ocorreram os movimentos políticos do Primeiro Reinado. Sendo assim, para que de fato fosse possível “regres-

sar”, de certa forma, ao período em questão, foi pensado na utilização de fontes em que contestasse o que ocorria no Primeiro Reinado.

Desse modo, decidiu-se em conjunto que o grupo utilizaria jornais políticos da época, tanto de partidos liberais como de partidos conservadores, jornais estes que seriam retirados dos arquivos existentes através da Hemeroteca Digital Brasileira, originada da Biblioteca Nacional. Nessa ferramenta é possível ter acesso a diversos acervos de periódicos, de todas as regiões do Brasil desde 1740 até os dias atuais.

Para além disso, foi pensando numa forma de “viagem no tempo” para que a ideia ficasse ainda mais fiel, onde a equipe retratasse de forma performática uma rua do período, com bancas de jornais. O intuito é que a aula será realizada fora da sala e fosse apresentada no ambiente externo, onde se localizam os bancos do *campus*, de modo que venha ser fiel a ruas de feiras ou mercados de 1822. A rua teria duas bancas de jornal, uma que irá representar os jornais liberais do período e outra que representará os jornais conservadores. Os jornais teriam temáticas e manchetes popularmente discutidas no período, como o voto, as atitudes de Dom Pedro I e as questões da época.

Outro ponto é que mais adiante de toda a construção cenográfica, foi pensado na caracterização retratual, cujos jornaleiros estarão caracterizados com vestimentas da época. Toda a apresentação será guiada por um narrador, o qual será responsável pela explicação do período em questão, sobre a situação política e demais assuntos, ao mesmo tempo em que repassará para turma sobre o processo político estabelecido no Primeiro Reinado e os conflitos existentes. Será possível analisá-los de forma presente através do conflito entre as manchetes dos jornais liberais e conservadores. O objetivo do narrador é manter o percurso da linha temporal em início da discussão, meio e fim, enquanto as bancas de jornal e os jornaleiros irão funcionar como se fossem uma forma de exposição do que se acontecia na época através das notícias.

Para mais, foi pensado sobre uma forma de interligar notícias e manchetes atuais com manchetes de jornais antigas a fim de que os alunos interpretem qual é a antiga e qual é a atual, como uma forma de entendermos como o passado reflete no presente, ressaltando ainda a importância do discurso da concepção de liberdade e as formas que

ela é volátil. Desse modo, traremos a discussão na rua de uma mulher que questiona esse processo de liberdade apenas elitizado, e discute não somente com o jornalista conservador, como também com o liberal. Ela questionará sobre o porquê de o voto ser restrito a homens, sobre questões escravistas e o direito de indígenas, de maneira em que conseguimos repassar para o público a parte diversa do período.

De fato, o movimento político não ficou somente nas camadas elitizadas do país, visto que durante o Primeiro Reinado houve diversas revoltas populares, o que nos remete que as minorias tinham essa ideia de injustiça, e como a maioria dos escritos classicistas e acervos publicados retratam apenas as disputas políticas dos grandes, o nosso interesse é fazer a turma pensar para além do contexto superficial imposto.

Para a aula performática, serão utilizadas as barracas de jornais. O intuito inicial é criá-las a partir de caixas de papelões e caixotes para retratar as bancas da época. Como fator cenário, foi pensado em alguns objetivos que remetessem a praças, além das roupas que serão utilizadas para a caracterização. Além disso, toda a fonte utilizada serão jornais do período, os quais serão impressos e distribuídos à turma durante essa performance. O objetivo final da aula é que seja possível trazer a análise de fontes em cima do texto proposto, a representação artística do período idealizado e também desenvolver o pensamento crítico.

SEGUNDA PARTE DA CONTEXTUALIZAÇÃO DA AULA PERFORMÁTICA – Brasil II. CAP. 4 – O Primeiro reinado em revisão. “Liberdade, liberdade: nos tempos do Imperador”

Dentro do processo criativo da aula performática, procuramos nos atentar aos detalhes que iriam compor as cenas, os elementos internos e externos, as características dos personagens, figurino, falas, jeitos que caracterizassem o sujeito da época. Todos esses elementos ajudaram na atuação dos atores. De certo, a atuação precisava ser genuína na medida em que cada um pudesse interpretar o seu personagem da melhor forma possível. Para que isso acontecesse, buscamos apresentar essa história pela ótica dos grupos que se destacaram no período em questão,

os conservadores *versus* liberais, não priorizando personagens elitistas que dificultaria mais a construção de uma familiaridade entre ator e personagem.

O objetivo da aula performática era aproximar as discussões teóricas com o lado mais artístico propriamente dito. Mas não só isso, o intuito era perceber quantas formas diferentes os grupos achariam de apresentar o mesmo conteúdo, levando pela premissa que as aulas necessitam de uma linguagem mais atualizada, metodologias ativas e construtivas que incentivem e proporcionem ao aluno um ambiente acolhedor de aprendizagens múltiplas e adequado que possibilite a esse estudante um contato com a cultura produzida pela sociedade.

Em meio às dificuldades já esperadas, achamos as maiores objeções quando se tratava de reunir todas as ideias, filtrá-las e chegar a um produto final. Para isso, precisamos dedicar muito tempo, esforço, dedicação aos estudos e escrita de um roteiro que agradasse aos menos 80% do que o grupo pensava e desejava para a aula performática. Gostaria nesse momento de frisar a importância de um trabalho em grupo que seja orientado e posto metas a fim de concluir uma atividade. Sem dúvidas, esse tipo de atividade nos requer amadurecimento acadêmico e um breve conhecimento dos palcos, da vida dramatúrgica, e repertório político, pois são nesses referenciais que encontramos uma base sólida na elaboração de um trabalho com tamanha proporção.

Apresentados o intuito da aula performática, as adversidades na sua elaboração e a razão que culmina para um bom trabalho, chegamos ao momento de falar sobre a aula performática desenvolvida pela equipe do texto 3 – “O Brasil Imperial”⁵. O texto discutido foi do Cap. 4, que vai nos apresentar como se deu a dinâmica do Brasil quanto à implantação da constituinte, os poderes políticos e o poder moderador do Imperador. Todos esses pontos já foram apresentados no início deste artigo, sendo eles cruciais para um bom entendimento e compreensão da atuação dos nossos personagens e do enredo que a história nos traz. A aula recebeu como título “*Liberdade, liberdade: nos tempos do Imperador*”, o

5 A coleção O Brasil Imperial, organizada por Keila Grinberg e Ricardo Salles, apresenta a reflexão histórica sobre o Brasil do século XIX. Capítulo IV – O primeiro Reinado em revisão, p. 139 a 173.

qual procura provocar nos telespectadores um sentimento de questionamento quanto à liberdade existente naquele período. Dessa forma, buscamos trazer essa discussão durante a encenação e na fala do narrador onisciente interpretado pela musa Clio, que é uma referência na historiografia como uma representação da história na mitologia.

À medida que os conflitos se iniciam, percebemos uma voz feminina de grande repercussão: estamos falando de Bárbara de Alencar⁶. A personagem real trouxe para o enredo a visão da mulher dentro daquele cenário político de um país escravagista e regado por ideias colonizadas. A escolha de inserir Bárbara foi uma ideia inteligente, uma vez que ela representa uma luta de uma maioria que era oprimida e fortemente subjugada pela força, inteligência, capacidade e resistência, mas a personagem era o sinônimo de todos esses adjetivos que não lhes eram atribuídos. Mesmo que ela não tivesse verdadeiramente participado do cotidiano da Rua do Ouvidor, sua representatividade dentro da luta casou bem com a proposta do grupo.

Dentro do roteiro desenvolvido pela equipe, podemos destacar os seguintes personagens: Clio (narrador), o liberal e o conservador, Bárbara de Alencar e o jornalista. Esses personagens ajudaram a compor os enredos e dar vida à história dos personagens, cada um com suas lutas e falas; umas enraizadas de conceitos e preceitos conservadores e outros com ideais de liberdade, igualdade e mudança de vida. A caracterização dos personagens é uma das partes mais importantes e, por que não dizer, criativas, tendo em vista a necessidade de pensar, imaginar quais seriam as vestimentas mais adequadas para cada papel. Esses detalhes fazem muita diferença quando estamos contracenando, a individualidade de cada indivíduo fortalece as suas ideologias e papel que representa dentro da sociedade. Podemos classificar essa parte como fundamental na identificação com o papel que cada qual irá interpretar e por isso a sua valorização dentro da arte do teatro. O figurinista possui essa função de trazer vida a cada personagem juntamente com a personalidade que pode ser vinculada pelo estilo de roupas.

6 Bárbara Pereira de Alencar é uma das principais personagens históricas femininas em processos de libertação colonial, sendo a única figura feminina da cidade do Crato, no Ceará, a lutar e conquistar por oito dias a independência do colonialismo português.

Partiremos agora para o desfecho desse breve relato da aula performática, na qual fizemos uso da 5ª arte, o teatro, uma linguagem artística que surgiu ainda na Antiga Grécia por volta do século VI a.C e que tomou grandiosas proporções nos períodos seguintes da história. Esse tipo de aula provoca em nós, futuros professores, uma espécie de nostalgia, dada a circunstâncias que já não somos mais vistos como alunos do ensino básico, e que erroneamente julgam não mais precisar de atividades lúdicas que enfatizem as nossas capacidades interpessoais para além de uma folha de papel ou um arquivo digitado. No entanto, ao contrário desse pensamento raso sobre a utilização do teatro como parte complementar do ensino, temos Cavassin (2008) que, em sua obra, discorre:

Muito se sabe a respeito da importância do Teatro na Educação em todos os campos de atuação. Os princípios pedagógicos do Teatro traçam relações claras entre Teatro e educação, considerando essa arte como uma forma humana de expressão, a semiótica e a cultura (Cavassin, 2008, p. 40).

Portanto, fica evidente, a complexidade e a importância do uso do teatro na educação como uma ação pedagógica. Outro ponto evidenciado pela autora é a forma diferenciada em que cada ambiente deve receber a arte, o que se deve pelo grau de necessidade de cada local – dentro das escolas a dramaturgia precisa e deve ser trabalhada de maneira adversa do espaço universitário. Dado ao ponto que nos cursos de graduação o foco é preparar profissionais capazes de trabalhar com o teatro de forma profissional levando as teorias e informações que melhore o empenho dos envolvidos, nas escolas, por sua vez, vemos sua aplicação mais como um meio de levar aos estudantes a cultura artística de milênios e assim buscar enriquecer e viabilizar o acesso de grupos minoritários em espaços teatrais.

Ariscamos dizer que esse tipo de aula é genuinamente um exercício de esperar – esperar no sentido de nos instigar a acreditar em nossas habilidades mais escondidas, acreditar na capacidade de produzir arte e principalmente, abraçar a educação como a instituição responsável por formar, em sua essência, jovens cidadãos. Assim, a ati-

vidade que realizamos foi bem recebida pela turma, sendo vista como um instrumento pedagógico alternativo que auxiliou no entendimento e interpretação do texto usado como base introdutiva da encenação. O espetáculo reuniu a presença dos graduandos do 7º período do curso de História da UVA juntamente com o professor da disciplina. Os elogios dos colegas indicaram um bom trabalho feito na contextualização do roteiro, escolha de personagens, encenação de cada personagem e os elementos que compuseram o teatro.

Figura 1 - Equipe e o Prof. Carlos Augusto. CCH/nov. 2023



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Ao longo dessa atividade complexa ao mesmo tempo que dinâmica, sentimos que cada um que fez parte da sua execução apresentava um lado resiliente e nunca antes apresentado para a turma, apostamos em uma faculdade que forme pesquisadores, estudiosos acadêmicos, docentes conscientes quanto às metodologias que devem ser devidamente aplicadas, mas esquecemos por vezes em cultivar uma universidade que incentive, oportunize a expressão mais pura da vida, a produção da arte. Com isso, ficamos no particular de cada um, uma lição de vida ao fim dessa proposta do professor Carlos Augusto⁷, professor da disciplina Brasil II, a necessidade de repensar nossas práticas, mesmo que já no fim da docência.

7 Doutor em História do Norte e Nordeste do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE (2008). Atualmente é Professor Adjunto na Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.

3

O SEGUNDO REINADO EM DIVERSOS OLHARES DO ENSINO: O BRASIL PREPARADO PARA DOM PEDRO SEGUNDO

Francisca Milane Ferreira Pinto¹
Ícaro Janderson Linhares²

Falar de Brasil nos faz voltar ao seu início tão conhecido: o Brasil colonial e o tão popularmente propagado “descobrimento,” quando na verdade há necessidade de uma melhor leitura, de uma melhor análise sobre essa chegada europeia ao Brasil. Contudo, desde esse princípio chamado “descobrimento,” que muitos ditos e, principalmente, por quem foi dito e o que quer dizer com isso, ficou marcado na história, no sentido que a forma como foi colocado e por quem foi colocado organizou um fato certíssimo e pronto da inicialização brasileira. Isso gera bastantes dificuldades em se conseguir desarticular esses pensamentos já tão bem formados e, para além disso, observar o motivo dessas propagações em que quase sempre é possível perceber inverdades.

Com isso, havendo noção de discussão e análise sobre como buscar entender os conteúdos e os devidos contextos históricos, nossa equipe

1 Graduanda do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Sobral-CE, milane.ferreira07@gmail.com.

2 Graduando do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Sobral-CE, licarojanderson2019@gmail.com.

da disciplina de História do Brasil II se dispôs pela organização prévia feita em sala pelo professor Carlos Augusto, organização esta que se deu por análises de textos divididos dentro de toda a turma. A Equipe 4, organizadora deste trabalho, ficou responsável por fazer o estudo de um texto que delimitava a temática Brasil no segundo reinado, a chegada do novo imperador ao poder, e como foi o assumir de Dom Pedro II.

Na visão que passa o texto, sendo um material que apresenta seriedade na pesquisa, texto este que é o capítulo 4³ do livro: “Brasil: uma biografia”, de Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling, historiadoras que procuram analisar a história do Brasil e, para além disso, propagar o direcionamento de estar alerta, com um olhar sério de pesquisa, levando ao novo pesquisador entender como se deu determinado processo. Este texto estudado pela equipe não é diferente, uma vez que podemos perceber a maneira como são colocadas as conversas, do que foi dito pelo império no período e que, ainda nos dias de hoje, é visto como verdade. Entretanto, não é bem assim, pois há muitas inverdades para alcançar um objetivo, principalmente quando é em favor de se sustentar em uma determinada posição e, mais ainda, quando se tem autonomia de poder dizer e sustentar que irá ser benéfico para si, como era o contexto do segundo reinado.

Proposta e divisão das equipes pelo professor

A sala, quando foi informada sobre a ementa da disciplina, passou a analisar as propostas colocadas pelo professor, pois não foi apenas uma opção de trabalhar com a disciplina História do Brasil II, além de ele estar disposto a receber sugestões sobre como deveríamos seguir com o desenrolar da matéria. Contudo, toda a sala em conversas e pensando na proposta do professor, resolveu aceitar. Foram colocados alguns pontos, tendo em vista que algumas outras propostas também tinham várias questões positivas, mas que a já colocada era muito interessante; que era trabalhar com textos organizados pelo docente e que, para o desenvolvimento desta ação, como era alguns textos, era necessário a divisão

3 Capítulo 4: segundo reinado: enfim uma nação nos trópicos. SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras. Acesso em: 24 de ago. de 2023.

da sala por equipes. A sala, composta de 20 alunos, ficou dividida em algumas equipes, cada equipe responsável pelo seu texto.

Seguindo essa forma, que foi colocada e aceita, após analisarmos nosso texto e sabendo que teríamos que fazer boas observações, o que mais chamou nossa atenção a respeito do que o texto nos colocou, foi o mostrar de dom Pedro II, no sentido de criar uma imagem que proporcionasse uma melhor aceitação do tão jovem imperador. Então, isso foi um ponto de muita ênfase da equipe, ao observar esse cenário criado pela corte para mostrar uma imagem criada a respeito de dom Pedro II, demonstrando um homem moderno, decidido, forte, com total preparo e qualidade para assumir o posto que lhe esperava. E isso era feito, segundo o texto, de forma que abrangia todos os percursos da vida do novo imperador, inclusive na questão de exigências públicas, como a respeito de seu casamento, que, assim como vinha sendo criado todo um cenário para sua chegada, também foi conseguido um casamento; tudo com o objetivo de um melhor assumir o trono pelo jovem dom Pedro II.

Além do mais, seguindo a prática das realezas, era chegada a hora de casar o imperador — que se aproximava dos dezoito anos —, para que sua imagem de adulto atingisse real maioridade. Era árdua a tarefa de procurar um bom partido para ele: tratava-se do rei de um Império distante e exótico, ainda mais atrapalhado pela má fama do pai (Schwarcz; Starling, 2015, p. 348).

Desse texto, foi colocado mais um chamado texto suplementar, na perspectiva de se juntar e servir como suporte ao conteúdo do texto base, cujo assunto de ambos deveriam ser apresentados em sala para o professor e toda a turma como uma forma de roda de conversa, no sentido de que a equipe estaria repassando o que conseguiu entender dos textos e os pontos que conseguiram analisar, fazendo paralelo com outras questões, contando com a colaboração da sala e do professor, questionando, trazendo pontos de diálogos para a discussão do referido assunto.

Esse ponto, de fato, foi muito interessante e muito proveitoso, pois a turma toda estaria entendendo e discutindo os pontos, além de o pro-

fessor, também em sala, ter discutido e esclarecido questões importantes para o entendimento do estudo sobre o império do Brasil. Além disso, essa proposta foi muito bem aceita, pois, com essa visão de primeiramente discutir o texto, toda a sala traria um amplo conhecimento a acrescentar para o desenvolvimento das outras questões, que complementaria a proposta do professor, a qual era seguida por três passos: primeiramente, esta discussão do texto como uma roda de conversa; depois, ser organizada uma aula temática sobre o assunto da equipe na qual poderia utilizar bastante da criatividade; e, por fim, a organização de um artigo apresentando como se deu todo este processo. Por isso, esta ideia foi tão bem acolhida, por ter um início, um meio e um fim cuja finalidade é juntar os conteúdos de todas as equipes e formular um *e-book*.

Organização da Equipe para as atividades sobre o tema

Sabendo o que deveria ser feito, a partir das orientações dadas, a equipe passou a buscar e articular maneiras de fazer as atividades necessárias para cumprir com a demanda.

Com esse pensamento em mente, partimos para o desenvolvimento da leitura do texto “Segundo reinado: enfim uma nação nos trópicos”, que é o texto base para o nosso conteúdo, como também do texto “Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo”,⁴ que é o texto suplementar, enfatizando melhor questões que complementaram o nosso conteúdo. Após isso, procuramos discutir sobre os pontos que os textos nos traziam e que achamos relevantes diante de cada análise feita por cada membro; soubemos fazer uma boa divisão levando em consideração pontos de mais interesse para cada membro poder argumentar na roda de conversa em sala. Claro que é uma divisão que vai se complementando com o que foi dividido na parte dos outros colegas e, como dito antes, o que vem de devolutivas e trocas de ideias e informações por parte do professor e do restante da turma.

4 Texto suplementar. Texto para fazer complemento ao conteúdo do texto base. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*. Acesso em: 09 set. 2023.

Outro ponto que vale colocar em consideração é a metodologia do professor, no sentido de promover o melhor desenvolvimento do conteúdo, uma vez que, quando se lê um texto e, principalmente, quando se tem um objetivo a cumprir com o texto, a atenção é maior; logo, há muitas vezes a necessidade de pesquisa, em saber o entendimento de determinada autor que foi citado, pesquisa em um significado de palavra, em uma obra que estava em referência no texto. Dessa forma, o estudante consegue ir além, não ficando somente no texto, enriquecendo e melhorando a capacidade de pesquisa.

Organização e articulação da Aula Performática

Para organizarmos esta aula, que foi proposta do professor, tivemos que nos reunir para podermos juntar as ideias e darmos início à construção de nossa aula, pois não era uma aula simples, e o professor deixava um certo desafio para cada equipe, que era a espera de “surpreendê-lo”. Então, existia uma preocupação a mais do que fazer simplesmente uma aula.

Portanto, começamos a abordar quais formas iríamos tratar para passar o nosso conteúdo; afinal, independente da maneira que fosse abordada, seria passar um conteúdo, uma forma de aprendizado. Assim, começamos a decidir se iríamos utilizar *slides*, imagens, músicas, e foram surgindo ideias, como a composição de uma música por um membro da equipe, Ícaro Linhares, e também um poema feito por outro membro da equipe, Milane Ferreira. Dessa forma, surgiram algumas ideias do que poderíamos fazer e decidir previamente o que poderia ser feito para irmos analisando se era possível ou não. É válido lembrar que essa reunião ocorreu de forma remota, pela plataforma Google Meet⁵, devido à distância, pois, embora estudemos na cidade de Sobral, moramos em cidades diferentes. No entanto, é importante colocar que a equipe já estava um tanto engajada, pois a apresentação e a discussão do texto em geral já haviam sido apresentadas, era mais uma decisão de juntar as ideias iniciais para articulação da aula.

5 Plataforma digital, utilizada para realização de videoconferências.

Em seguida, já trabalhando o que havia sido discutido na primeira reunião, decidimos nos organizarmos para novamente fazer uma outra reunião. Estávamos com algumas dificuldades de encontrar horários, pois os membros, além de estudarem, também trabalhavam, o que dificultou encontrar horários, havendo inclusive a ausência de um membro da equipe. Porém, conseguimos nos reunir e ficou decidido que faríamos algumas das ideias discutidas na primeira reunião e que seriam tiradas outras que haviam sido colocadas anteriormente. Ainda assim, as ideias estavam amadurecendo, precisando de uma definição do que de fato iríamos fazer. Estávamos analisando se faríamos uma ideia colocada por um membro da equipe, que era o show do milhão, como uma forma de *quiz*. Analisamos também se seria um *podcast*, um programa de rádio, um programa de televisão, quais seriam os membros da equipe que fariam os personagens e o que esses personagens iriam propor enquanto autor, sendo mais uma questão de definição do que seria abordado. Como estávamos com a ausência de um participante, analisamos um dia que todos poderiam estar juntos e nos reunimos presencialmente.

Nessa reunião, já em outro dia, presencial, cuidamos em dar um ponto final no que seria abordado, para que, a partir disso, pudéssemos organizar os últimos ajustes de nossa aula performática. Assim, ficou decidido que faríamos um programa de televisão, no qual, para ajudar, um dos membros da equipe levou sua filha para contribuir nas personagens, atuando como apresentadora. Outra decisão foi a de que iríamos seguir com a ideia de compor a música e o poema. Além disso, com a ideia do “Show do Milhão”, foi decidido fazer um programa de televisão, apresentado por um membro da equipe que fazia a personagem do Faustão⁶, e neste programa seria colocado perguntas direcionadas à turma, que, neste caso, seria a plateia do programa.

As organizações dessas reuniões tinham como objetivo reunir os estudos que estávamos fazendo, as análises e as ideias de cada membro sendo colocada para discussão, fazendo com que esse coletivo gerasse um resultado final para que, assim, pudéssemos ter um conteúdo elabo-

6 Famoso apresentador de programa de televisão no Brasil.

rado visando fazer uma boa entrega, conseguindo alcançar o objetivo de nossa equipe.

A aula levou o nome de “O Segundo Reinado em diversos olhares de ensino”, e, de fato, foi exatamente isso que aconteceu. Propusemos, com a nossa entrega na apresentação, fazer aquilo que tínhamos elaborado, colocando um programa de televisão por uma forma de entrevista, em que foi se conseguindo entender de uma maneira mais pessoal a vida de Dom Pedro II por meio de perguntas e respostas entre o entrevistador e o entrevistado, e isso faz com que o aluno consiga entender pontos da vida pessoal que reflete no entendimento deste período do Segundo Reinado.

Depois, partimos para a apresentação com a referência do Programa do Faustão, onde foram lançadas perguntas para a plateia sobre a temática de Segundo Reinado. Logo após, apresentamos as produções feitas pelos membros da equipe, que foram o poema e a música cantada pelos os membros da equipe. Para isso, organizamos vestes, instrumento musical, que foi o violão, para fazer o acompanhamento da música; utilizamos também chocolate como forma de premiação para quem participava e acertava as perguntas lançadas no programa. E foi dessa forma que se deu a aula performática.

Ao final da apresentação, tivemos as devolutivas tanto do professor como de alguns alunos que estavam presentes, e vimos que conseguimos alcançar o nosso objetivo, que era mostrar que há diversas formas de passar o conhecimento de determinada temática, seja de maneira teatral, musicalizada ou poetizada. Enfim, há diversas formas de repassar um conteúdo, e foi isso que buscamos apresentar, principalmente porque, para ensinar, acreditamos que precisamos de estratégias de acordo com cada turma que o professor encontra; portanto, como fazemos uma licenciatura em história, decidimos frisar nas diversas possibilidades de ensino.

Produções dos membros da Equipe 4 para a Aula Performática

Música: Segundo Reinado

Compositor: Ícaro Linhares.

Quem é o meu Brasil
Eu não conheço o meu Brasil.
Quem é o meu Brasil
Eles disseram e ninguém viu. (2x)

O Fico – abafa
O ser criança – abafa
O que diz a lei – abafa
Maioridade – abafa

Quem é o meu Brasil
Eu não conheço o meu Brasil.
Quem é o meu Brasil
Eles disseram e ninguém viu. (2x)

Casamento – disfarça
E lá na praça – disfarça
No jornal – disfarça
No rádio – disfarça

QUE COISA HEIN?
É ASSIM E PRONTO!
HUUM... ASSIM E PRONTO.
RELAXA É SÓ UMA FARSA.

Quem é o meu Brasil
Eu não conheço o meu Brasil.
Quem é o meu Brasil
Eles disseram e ninguém viu. (2x)

Eles disseram e ninguém viu.

Poema: Heranças do Segundo Reinado
Autora: Milane Ferreira.

O Segundo Reinado chegou
Trazendo o fim do período regencial.
Uma grande armação se formou
Para o golpe da maioria triunfal.

O tal golpe se consolidou,
Mas ainda faltava um ritual.
Dom Pedro era imperador
E deveria ter um casamento tradicional.

Uma noiva se encontrou
E tudo parecia tão normal.
Dom Pedro se casou,
Pronto! Isso foi a chave final.

Novos desafios se originaram,
O tráfico negreiro foi proibido de forma banal.
Muitas consequências deixaram
Para uma sociedade escravista real.

Escravos livres surgiram
Trazendo variedade de profissão.
Uma imagem de uma nova cidade construíram,
Consequência de uma tal proibição.

O reinado de dom Pedro nos deixou
Fatos importantes e essenciais
Para a construção do Brasil que temos hoje
De uma forma realista e circunstanciais.

Análise geral dos assuntos dos textos estudados

O texto “Segundo Reinado: enfim uma nação nos trópicos” de início nos traz o fim do período regencial e, com ele, o golpe da maioria, todo o processo e como foi preparado para que tal golpe pudesse acontecer. Mas foi no ano de 1840, com a criação do Clube da Maioridade⁷, que tudo isso começou a ganhar forma. Deputados liberais contrários à regência vão ao Senado e exigem a posse antecipada de Pedro de Alcântara⁸.

Começaram a criar então uma imagem do imperador. Segundo os membros do Clube da Maioridade, D. Pedro II representaria a encarnação de um monarca europeu com as características de um queixo longo, olhos muitos azuis, pele clara, cabelo liso e alourado. Destacando-se em meio a uma população composta por negros, mestiços e mulatos, panfletos e jornais eram distribuídos enaltecendo as qualidades do futuro imperador.

O palco do teatro já havia sido montado, o grande dia se aproximava, houve cortejo, ritual envolvendo centenas de pessoas, marchas, tiros e salvas entre vários outros gastos em que o cofre público era esfaqueado.

7 Clube criado para traçar estratégias eu levasse o jovem, filho de Dom Pedro I, de 14 anos, assumir o poder; sendo que o regulamento dizia ser apenas aos 18 anos. Este movimento, portanto, ficou conhecido como golpe da maioria.

8 Nome do filho de Dom Pedro I, que posteriormente, assumindo o poder, torna-se Dom Pedro II.

Tudo isso com um único objetivo: para que parecesse algo bem grandioso, levando à sedução da população.

Após a consolidação do golpe, agora estavam à procura de uma esposa para o imperador, pois o casamento significaria a efetivação da maior idade de forma bem estratégica. A noiva encontrada foi Teresa Maria Cristina, princesa das Duas Sicílias. O casamento foi realizado por procuração e a imperatriz do Brasil chegou no dia 3 de setembro de 1843. Em seguida, D. Pedro II comprovou a virilidade, que era vista como sinal de maturidade na época, e teve três filhos com Teresa: D. Afonso, Isabel e Leopoldina.

O jovem rei agora enfrentava uma série de novos desafios. Houve a questão da proibição do tráfico de escravos; a alta do café no mercado estrangeiro; a construção das primeiras linhas telegráficas e das primeiras estradas de ferro; a iluminação a gás chegou às principais cidades do reino; e o número de escolas e de estabelecimentos começou a crescer. Nesse período, houve grande crescimento econômico no Brasil.

A realidade das ruas e sobrados das cidades se transformou. Escravos livres passaram a criar variedades de profissões, formando assim o lado pobre. O cheiro de miséria, o odor de esgoto, o serviço urbano dos escravos ofuscavam os projetos civilizatórios do império, que se baseava no estilo europeu. Um exemplo desse projeto era a famosa Rua do Ouvidor, onde havia lojas de modistas franceses, floristas, joalheiros, cabeleireiros entre outros.

O século XIX ficou conhecido como a era dos nacionalismos. No Brasil, passaram a idealizar os indígenas, que residiam nas florestas, através de romances e pinturas, passando a construir uma identidade de natureza tropical. O imperador assumiu uma posição mais ativa, procurava formar uma geração de escritores e artistas. A partir de então, grandes artistas da época começaram a criar romances idealizando os indígenas. O romantismo brasileiro alcançou grandes públicos, tendo o indígena como símbolo.

O texto suplementar “Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo” nos traz uma reflexão sobre o lugar dos índios na história, abordando o esquecimento dos índios como su-

jeitos históricos, a política indigenista do império e a cultura política indígena. Eles saíram da invisibilidade do século XIX para o protagonismo nos séculos XX e XXI, cujos historiadores brasileiros voltam os olhares para eles valorizando-os como sujeitos do processo histórico.

Durante a história, houve grandes debates de como lidar com os índios, a ausência de uma política indigenista que os deixava à mercê de situações um tanto desconfortáveis para eles, como o roubo de suas terras e a perda da sua identidade e cultura.

A população indígena teve muitas lutas e desafios ao longo desse processo. Algumas aldeias acabaram extintas, porém muitos deles, hoje em dia, reivindicam seus direitos. A história oral ainda tem muito a nos dizer sobre esse povo que habitou o Brasil muito antes da chegada dos portugueses.

Análise sobre e entendimento da Equipe em relação aos textos

Os textos nos trouxeram grandes entendimentos sobre o Brasil no Segundo Reinado, todo aquele processo em que D. Pedro II assumiu o trono através de um golpe e toda aquela preparação para que o tal golpe pudesse acontecer.

No entanto, embora tenham vindo grandes desafios ao novo governo do Brasil, com problemas na estrutura agrária, epidemias, proibição do tráfico negreiro, entre outros, também houve bons momentos, como a alta do café no mercado, a construção das primeiras linhas telegráficas, das primeiras estradas de ferro, a chegada da iluminação a gás às cidades, o aumento do número de escolas e de estabelecimentos comerciais.

Ao longo do primeiro texto, veio então a discussão sobre o esquecimento dos índios, povo presente aqui no Brasil muito antes da chegada dos portugueses, os quais saíram do esquecimento e passaram a ser protagonistas, passando a ser representados por escritores por meio de romances e pinturas. Dessa maneira, o romance brasileiro encontrou no índio a expressão da nacionalidade autêntica. Em sua singularidade, o índio foi usado como símbolo de bravura e honra.

Outro ponto muito interessante que pode ser observado é quando lembramos a Independência do Brasil no quadro de Pedro Américo, autor da obra. Num *podcast*⁹, inclusive, Leila Schwartz relata como foi a independência do Brasil criada pelo Império. De fato, quando olhamos para o quadro deste artista, vemos uma farsa que o Império quis passar com esta imagem. Da mesma forma, a chegada de Dom Pedro II permaneceu por muito tempo inalterada pela historiografia, infelizmente, para um grande leque de pessoas. Para efeito de ilustração, abaixo, pode ser conferido o quadro de Pedro Américo.

Figura 2 - Quadro da Independência do Brasil



Fonte: Museu do Ipiranga, Google Arts & Culture.

A historiadora Lilia Schwarz conta que o quadro é totalmente uma mentira, uma vez que, para enfatizar de maneira mais efetiva, a região onde é colocada a pintura do quadro é um vale. No entanto, o quadro é pintado como sendo uma região elevada, um monte, e para além disso, ela diz no *podcast* haver documentos cujo próprio Pedro Américo afirma que, em nome da independência, sacrifica a geografia, ou seja, basicamente um artista que estava cumprindo com um mandado o seu trabalho, mas que o quadro de fato não é verídico.

9 A Verdadeira História da Independência do Brasil - Lilia Schwarz. Cortes do Inteligência [Oficial]. **Youtube**. 25 de fev. de 2023. 9min15s. Disponível: <https://youtu.be/MFGWYX-6PxrI?si=Dk4a6NQVDZOBQMU>. Acesso em: 14 out. 2023.

O segundo texto é o complemento do primeiro, fazendo refletir mais a fundo a questão do índio e a sua importância no processo histórico do Brasil. As lutas traçadas por eles em busca do seu território, em manter a sua cultura, a política indígena, que buscam leis que os defendam. Na busca pela luta e conquista de direitos, os povos indígenas reivindicam a representatividade como um meio de exercerem seu papel enquanto cidadãos brasileiros. Quando falamos sobre visibilidade indígena, ainda falta muito para alcançar um patamar de equidade, dado que esse cenário de exclusão passou a ser mudado nas últimas décadas graças à luta dos povos indígenas em prol do reconhecimento de seus direitos.

Enfim, os textos foram de grande importância na construção do conhecimento, eles forneceram discussões e reflexões sobre temas que foram fundamentais no entendimento do Segundo Reinado, no qual D. Pedro II foi imperador do Brasil. Levando-nos a compreender aquele período e como os fatos ocorreram, os textos foram transmitidos através de uma linguagem clara e fácil de compreender, em que foi possível captar tudo que os autores queriam repassar, como o acontecimento que marcou o Brasil, que foi o Golpe da Maioridade e o outro que foi a invisibilidade dos povos originários, ou seja, os povos indígenas.

Referências

ALMEIDA, M. R. C. de. Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*. Acesso em: 09 de set. de 2023.

JORNAL Cidadão Net. *Independência do Brasil*. Imagem do quadro independência do Brasil - Pesquisar (bing.com). Acesso em: 27 de nov. 2023.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, L. *A Verdadeira História da Independência do Brasil*. Cortes de Inteligência [OFICIAL]. Youtube. 25 de fev. de 2023. 9min15s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MFGWYX6PxrI> Acesso em: 14 de out. 2023.

4

REVOLTAS DURANTE O SEGUNDO REINADO NO SERTÃO DO CRATO: METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO DE PERFORMANCES

Felipe Gurgel Fernandes Bernardo¹
Gabriela dos Santos Albuquerque²

Introdução

Este estudo tem como principal objetivo fornecer uma análise detalhada das metodologias e estratégias pedagógicas empregadas no contexto da disciplina de História do Brasil II, ministrada na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) pelo professor Carlos Augusto. Neste cenário acadêmico, a disciplina é reconhecida por sua abordagem interdisciplinar, que se revela como um terreno fértil para a exploração de diversas perspectivas sobre os textos que abrangem uma ampla gama de tópicos essenciais à compreensão da história do Brasil.

A pedagogia adotada nesta disciplina busca estimular a subjetividade dos alunos por meio de abordagens centradas em temas específicos que são atribuídos às equipes, transformando os estudantes em agentes

1 Graduando em História na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Sobral-CE.

2 Graduada em História na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Sobral-CE.

ativos do processo de aprendizagem. Isso resulta em aulas significativamente dinâmicas e envolventes, cuja pluralidade de opiniões e pontos de vista são valorizados como uma fonte enriquecedora de conhecimento.

Um dos textos centrais que direcionaram a discussão em sala de aula foi o capítulo intitulado “Regências ou o Som da Liberdade”, extraído da obra “Brasil: Uma Biografia”, escrita por Lilia Moritz Schwarcz e Heloísa Murgel Starling. Esse texto proporciona uma imersão profunda no período regencial e nos complexos conflitos econômicos, políticos e sociais que contribuíram para o cenário de revoltas e agitações que marcaram o Brasil da época.

As discussões em sala de aula, nutridas por esse texto e outros materiais complementares, constituem a espinha dorsal do processo educacional nesta disciplina. E, em vez de uma abordagem tradicional, as aulas são projetadas para serem altamente interativas e participativas. Alunos são incentivados a atuar como mediadores ativos de assuntos específicos, encorajando a coleta de opiniões e perspectivas variadas dos colegas.

O ápice deste método educacional ocorreu nas chamadas “aulas performáticas.” Nesse cenário, os próprios alunos foram os protagonistas, atuando como agentes de seus respectivos temas de estudo. As aulas performáticas foram concebidas de forma a serem altamente envolventes, combinando atividades lúdicas e criativas com uma base sólida de conteúdo.

Nesse contexto, cada apresentação foi moldada de acordo com a visão individual do aluno e as nuances de seu tema específico. Isso permitiu que a expressividade e a criatividade florescessem em todas as apresentações, tornando a aprendizagem uma experiência verdadeiramente pessoal e enriquecedora. Cada aluno se tornou um agente de conhecimento, contribuindo para a compreensão coletiva de tópicos complexos. Uma característica notável deste método é a flexibilidade concedida aos agentes preceptores, que tiveram a liberdade para explorar uma ampla gama de fontes, além do texto base. Artigos, revistas, vídeos e outros recursos foram incorporados como complementos valiosos para o aprendizado.

Essa abordagem pedagógica não apenas capacita os alunos a se apropriarem do conteúdo, mas também promove a autonomia e a capacidade de pesquisa, habilidades essenciais na educação superior. A interconexão de múltiplas fontes de informação e perspectivas diversificadas permite uma compreensão mais profunda e holística dos tópicos.

Em última análise, essa metodologia pedagógica busca não apenas transmitir conhecimento, mas também cultivar habilidades críticas e a capacidade de análise em um ambiente de aprendizado que é colaborativo e interativo. Ela reflete a abordagem contemporânea da educação superior, que valoriza, além que é aprendido, como é aprendido, preparando os alunos para serem agentes de mudanças em suas áreas de estudo e na sociedade em geral.

Para melhor compreensão das dinâmicas exercidas nas aulas discursivas e posteriormente nas aulas performáticas, contou-se com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), orientadora da educação superior no Brasil, enfatizando a importância de abordar temas de forma contextualizada e interdisciplinar. Neste contexto, nossa discussão sobre o período regencial pode ser enriquecida com uma perspectiva que valoriza as diferentes interpretações e visões sobre o assunto. Isso é fundamental para promover o pensamento crítico dos alunos, incentivando-os a desenvolver suas opiniões e interpretações.

Ao considerar a diversidade de eventos históricos discutidos, percebemos que todos compartilham uma natureza comum quando se trata de seus contextos regionais específicos. A influência do movimento iluminista é um elemento relevante a ser destacado, pois desempenhou um papel importante na consolidação das revoltas, alinhando-se a ideais de emancipação de províncias e abordando questões como o fim da escravidão.

A BNCC também enfatiza a importância de relacionar o conteúdo com o cotidiano dos alunos, tornando o aprendizado mais significativo. A história local desempenha um papel crucial nesse aspecto, permitindo que os alunos compreendam sua realidade histórica e valorizem a diversidade cultural à qual pertencem. Além disso, o uso de diversos materiais, como artigos de revistas, reportagens de jornais, obras literá-

rias, filmes e músicas, enriquecem o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais envolvente e relevante para os estudantes.

Aula Discursiva

Aprofundando a compreensão juntamente com os colegas a partir da leitura do capítulo *Regências ou o som do silêncio* da obra *Brasil: uma biografia*, de Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling, fez-nos refletir sobre o período regencial e os conflitos políticos, econômicos e sociais envolvendo as revoltas em todo o Brasil durante o Império. Desse modo, neste ciclo de discussões, é possível interligar múltiplos elementos de natureza histórica que percorrem e atravessam os mais diversos âmbitos do ensino. Para o desenvolvimento deste artigo, nosso material buscou discutir bibliografias que trabalhem questões interpretativas em volta da temática, buscando comunicar as ideias propostas por meio de diferentes materiais, promovendo, por fim, metodologias de ensino ativas que facilitem o ensino e aprendizagem em torno da temática proposta.

Compreender a história como elemento de construção humana, social e cultural é fundamental para a elaboração de qualquer conteúdo de caráter pedagógico, alinhando estes a metodologias ativas a serem utilizadas em sala de aula. A sociedade contemporânea, de forma geral, é constituída por diversas micro-histórias, que em suas totalidades exercem um papel básico na construção de uma memória histórica dos indivíduos que a compreendem. Buscamos assim, em nossa abordagem, estimular o pensamento crítico e desenvolver as opiniões, interpretações e criações na perspectiva de uma análise mais específica sobre determinado conteúdo da base educacional proposta. Ao investigar e refletir acerca dos do período regencial, é possível definir claramente diferentes visões sobre o mesmo assunto, podendo-se aplicar metodologias e práticas de ensino específicas que englobem características regionais a partir de uma diferente pedagogia estabelecida inicialmente.

Para o historiador Marco Morel, o período regencial é marcado por uma natureza histórica diversa. Desse modo, este é considerado um

espaço amplo que incorpora múltiplos elementos políticos, sociais e culturais.

Penso que o período regencial pode ser visto como um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos da história do Brasil. Nela, foram colocados em discussão (ou pelo menos trazidos à tona): monarquia constitucional, absolutismo, republicanismo, separatismo, federalismo, liberalismo em várias vertentes, democracia, militarismo, catolicismo, islamismo, messianismo, xenofobia, afirmação da nacionalidade, diferentes fórmulas de organização do Estado (Morel, 2003, p. 41).

No dia 11 de setembro de 2023, iniciou-se o primeiro ciclo para a efetivação deste projeto. À noite, por volta das 19h, os alunos Felipe Gurgel, Gabriel Soares e Gabriela Albuquerque reuniram-se no Centro de Ciências Humanas – CCH da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA com o intuito de discutir o texto definido inicialmente pela disciplina. Ao decorrer da discussão sobre os tópicos presentes foram explanadas diversas questões, promovendo assim algumas inquietações aos colegas acadêmicos, que posteriormente relacionaram diretamente o tema a questões do próprio ensino de História proposto.

No primeiro momento, o colega Gabriel Soares aborda uma breve caracterização do contexto geral do período regencial, propondo tópicos gerais que são considerados básicos para a formulação de uma história nacional baseada em recorte que valorizem uma “história vista de baixo”. Posteriormente, este ainda ressaltou os temas centrais, como: O imperador menino e as regências, de provisória a permanente, e o Ato Adicional de 1834 e a regência de Feijó, sendo esses subtítulos norteadores durante sua fala inicial.

No segundo momento, Gabriela Albuquerque desenvolveu sua fala baseando-se em dois tópicos do até então capítulo trabalhado. De forma clara, ela apresentou algumas revoltas do período regencial, discutindo alguns pontos relacionados a questões geográficas, econômicas e culturais do período em seus respectivos espaços: primeiramente, as “Revoltas por todos os lados. Cabanos no longínquo Grão- Para”; em seguida,

o assunto torna-se “De Feijó a Pedro Araújo Lima: uma nova agenda de revoltas”, elaborando o papel que algumas personalidades centrais nesse contexto; por fim, a aluna encerrou sua fala com os “Movimentos políticos têm cor: revolta dos malês e sabinada”, apresentando questões relacionadas à política e a questões raciais. Com isso, a terceira fase da discussão foi finalizada por dois tópicos finais do capítulo com o título “Entre farrapos: uma longa e insistente revolta na fronteira sul do país” e a “Balaiada: destituídos no norte unidos contra o centro do Brasil”, em que foram discutidas questões semelhantes aos assuntos até então mencionados.

Após a apresentação geral da equipe, o professor Carlos Augusto iniciou suas considerações acerca dos assuntos atribuídos até então. De início, ele questionou o título do capítulo, fazendo-nos refletir sobre o motivo de o tema ser intitulado *Regências ou o som do silêncio*. De forma geral, todas as repostas englobam a real natureza do contexto, tendo em vista que as regências foram uma resposta para os diversos problemas envolvendo a figura do imperado criança. Outro ponto foi a motivação das revoltas em todo o império, já que, apesar das diferenças geográficas, econômicas, sociais e culturais, os conflitos possuíam muitas características semelhantes. Desse modo, a turma, assim como o texto, define que “os eventos são distintos, mas com as mesmas motivações”, propondo assim uma singularidade de elementos em cadeia, servindo como estopim a estas revoltas.

O professor ainda apresentou alguns pontos sobre o texto complementar, intitulado “Os imperadores de Sobral”. Esse escrito apresenta características gerais de uma tradição da cidade de Sobral, no Ceará, consistindo-se na escolha anual de um menino que simbolicamente presidia as festividades do Divino Espírito Santo. O intuito deste texto suporte é compreender como elementos simbólicos do Império, mesmo após a proclamação da República, refletiam-se no cotidiano e no espaço citadino, materializando-se por meio de festividades de caráter paternalista e religioso. A partir da breve discussão deste texto em sala, a equipe compreendeu como diferentes elementos do período relacionado às regências e revoltas deste período percorrem e atravessam o tempo e espaço, refletindo-se em determinados elementos de uma sociedade que a incorpora.

Por fim, a partir de toda a discussão e conversação em sala de aula, nós, como equipe, compreendemos que, apesar da diversidade dos eventos históricos trabalhados, todos estes possuem uma mesma natureza quando nos referimos a questões de seus recortes espaciais específicos. Porém, destacamos a influência do movimento iluminista como fator para a consolidação destas revoltas, estando alinhadas a ideais de emancipação de suas províncias e propondo o fim da escravidão. A partir desta visão, é possível propor como as micro-histórias podem ser utilizadas como material referencial de ensino, ressaltando uma história local e baseando em recorte histórico de caráter regional. Desse modo, a sociedade geral foi se consolidando a partir de mudanças que se efetivaram em determinadas comunidades que manifestam esses movimentos de alguma forma em seu cotidiano.

Partindo dessa perspectiva é que se considera que os conteúdos sejam trabalhados, de forma contextualizada com o seu momento histórico e relacionados com o momento atual. Sempre que possível, estabelecer relações com o cotidiano do aluno. Ao desenvolver atividades, procura-se motivar o aluno para as leituras, reflexões, esclarecimentos de dúvidas, oportunizando a defesa de suas ideias, a elaborações de sínteses e/ou conclusões (Rocha, 2003, p. 2).

Ao se discutir a história local em sala de aula, os alunos compreendem a sua realidade histórica na perspectiva de grandes eventos, aprendendo assim a valorizar a diversidade cultural a qual o mesmo pertence. Para a efetivação dessa proposta, é necessário que os educandos possuam acesso a material diversos, dando voz aos sujeitos históricos que contribuíram para a consolidação de determinado espaço contemporâneo. A chave para a formulação de metodologia e pedagogias ativas está na valorização da figura docente, de modo que “O professor de história é um profissional que deve buscar o enriquecimento de sua base teórica e metodológica, para orientar um processo de ensino-aprendizagem significativo (Rocha, 2003, p. 4)”.

Aula Performática

A utilização de aulas alternativas são métodos de ensino que se afastam das abordagens tradicionais, buscando assim diferentes formas de envolver os alunos no processo de aprendizagem. Uma aula performática, nesse sentido, incorpora elementos de teatralidade, tornando o conteúdo mais envolvente e promovendo um ensino ativo. Assim, estas pedagogias e metodologias são importantes porque reconhecem a diversidade de estilo na educação, além de ajudarem a cultivar o interesse intrínseco pela aprendizagem, tornando o processo mais significativo e duradouro.

Ao adotar uma abordagem mais dinâmica, os professores podem despertar o interesse dos alunos, tornando o aprendizado da história mais envolvente e acessível. Isso pode envolver dramatizações, simulações históricas, debates encenados ou até mesmo o uso de recursos multimídia para recriar eventos históricos. Deste modo, ao propormos uma aula performática baseada no texto *Regências ou o som do silêncio* e as discussões em sala de aula, optamos por abordar amplos espaços e acontecimentos que retratassem a história em diferentes perspectivas, alinhando estes pontos a novas práticas que valorizam um ensino alternativo.

Ao abordarmos uma história geral e uma história regional, é possível proporcionar uma compreensão mais ampla e contextualizada em uma lógica de ensino. Essa foi uma das propostas base, a qual definimos inicialmente, para a efetivação da proposta em sala de aula, apresentar aspectos gerais sobre o tema geral. No entanto, acrescentamos elementos que trabalhem uma história local, possibilitando uma aproximação entre todos os cenários históricos em torno da temática proposta.

Após a definição básica da aula performática, decidimos consolidar a proposta, a qual recortaríamos espacial e temporalmente, cujo tema central seria “A insurreição de Pinto Madeira ou Insurreição do Crato (1837)”. Com isso, elaboramos um roteiro que discutiria as insurreições de forma geral no Brasil e, *a posteriori*, teríamos como foco as discussões presentes no Cariri cearense, aproximando os alunos a uma história re-

gional com características interligadas ao conteúdo proposto, porém com uma análise mais específica.

Para realizar a aplicação de qualquer atividade em sala de aula, é necessário compreender e considerar as necessidades específicas dos alunos. Nesse sentido, nossa proposta é voltada a turma de 9º ano do Ensino Fundamental II. Após definirmos o público ao qual a ação seria voltada, buscamos discutir sobre os materiais básicos a serem utilizados, o que facilitou se a ação seria de fácil aplicação no ensino básico. De forma geral, pedagogias e metodologias ativas de ensino buscam envolver os alunos de maneira mais participativa, promovendo assim uma aprendizagem mais significativa. Essa integração de temas mais específicos no ensino de história atende a diversas necessidades e estilos de aprendizagem.

A aula performática, ocorrida em 6 de novembro de 2023, foi um mergulho profundo na história regencial, enriquecida por uma dinâmica educativa cativante. No palco, um jornal contemporâneo ganhou vida, destacando os acontecimentos cruciais da Revolução do Crato. Um apresentador envolvente, através de sua narrativa eloquente, não apenas abordou os aspectos históricos, mas também mergulhou nas questões sociais da época monárquica, tecendo conexões com a atualidade, em que ainda ecoam debates sobre a relevância da monarquia. A presença marcante de um convidado especial enriqueceu a discussão, trazendo à tona os dilemas sociais daquele período e estabelecendo um paralelo impactante com os desafios contemporâneos. Uma adição perspicaz à performance foi a inclusão de uma 'garota do tempo', habilmente interligando passado e presente ao discutir as revoltas regenciais e seu legado, delineando suas influências cruciais no período regencial e além de oferece insights sobre as relações entre espaço e eventos, explorando mudanças sociais, econômicas e políticas que moldaram o espaço da época. Isso proporciona uma compreensão mais completa do contexto histórico e das dinâmicas geográficas influentes na formação das sociedades do período regencial.

Justificativa e relevância do artigo

A implementação de aulas dinâmicas e discursivas, seguidas de aulas performáticas, no contexto do ensino superior, é uma estratégia pedagógica de grande importância. Essa abordagem visa enriquecer a experiência de aprendizado dos estudantes, promover o desenvolvimento de habilidades críticas e ampliar a compreensão dos tópicos abordados. Além disso, é uma metodologia que se alinha com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta a educação superior no Brasil.

A disciplina de História do Brasil II, ministrada na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) pelo professor Carlos Augusto, desempenha um papel crucial ao adotar essa abordagem pedagógica inovadora. Reconhecida por sua abordagem interdisciplinar, a disciplina oferece um ambiente propício para a exploração de diversas perspectivas sobre os textos que abrangem uma ampla gama de tópicos essenciais para a compreensão da história do Brasil.

O foco da pedagogia adotada nessa disciplina é estimular a subjetividade dos alunos, colocando-os no centro do processo de aprendizado. Abordagens centradas em temas específicos são atribuídas a equipes de estudantes, transformando-os em agentes ativos do processo educacional. Isso resulta em aulas dinâmicas e envolventes, cuja pluralidade de opiniões e pontos de vista é valorizada como uma fonte enriquecedora de conhecimento. Uma parte fundamental das discussões em sala de aula gira em torno do texto “Regências ou o Som da Liberdade”, que faz parte da obra “Brasil: Uma Biografia”, escrita por Lilia Moritz Schwarcz e Heloísa Murgel Starling.

As discussões em sala de aula, alimentadas por esse texto e outros materiais complementares, constituem a espinha dorsal do processo educacional na disciplina de Brasil II. No entanto, em vez de uma abordagem tradicional, as aulas são projetadas para serem altamente interativas e participativas. Os alunos são incentivados a atuar como mediadores ativos de assuntos específicos, encorajando a coleta de opiniões e perspectivas variadas dos colegas. O ponto alto desse método educacional ocorre nas chamadas “aulas performáticas”. Nesse cenário, os

próprios alunos se tornam os protagonistas, atuando como agentes de seus respectivos temas de estudo. As aulas performáticas são concebidas de forma a serem altamente envolventes, combinando atividades lúdicas e criativas com uma base sólida de conteúdo.

Cada apresentação é moldada de acordo com a visão individual do aluno e as nuances de seu tema específico. Isso permite que a expressividade e a criatividade floresçam em todas as apresentações, tornando a aprendizagem uma experiência verdadeiramente pessoal e enriquecedora. Cada aluno se torna um agente de conhecimento, contribuindo para a compreensão coletiva de tópicos complexos. Uma característica notável desse método é a flexibilidade concedida aos agentes preceptores, que têm liberdade para explorar uma ampla gama de fontes, além do texto base. Artigos, revistas, vídeos e outros recursos são incentivados como complementos valiosos para o aprendizado.

A importância dessa abordagem pedagógica não se limita apenas ao desenvolvimento de habilidades acadêmicas, mas também à preparação dos alunos para um mundo em constante mudança. A metodologia promove não apenas a transmissão de conhecimento, mas também o cultivo de habilidades críticas e a capacidade de análise em um ambiente de aprendizado que é colaborativo e interativo. Ela reflete a abordagem contemporânea da educação superior, que valoriza não apenas o que é aprendido, mas também como é aprendido. A disciplina de Brasil II desempenha um papel essencial ao abraçar essa metodologia inovadora, contribuindo para uma educação superior mais enriquecedora e envolvente. A documentação desse processo é fundamental para avaliar sua eficácia e compartilhar boas práticas com a comunidade acadêmica, promovendo uma educação superior de qualidade e preparando os alunos para serem agentes de mudanças em suas áreas de estudo e na sociedade em geral.

O planejamento da aula performática foi desafiador, pois a proposta requer envolver e transmitir o conteúdo para os alunos, necessitando coordenar diferentes elementos, como o cenário, o figurino e as atividades, garantindo uma apresentação fluida. A adaptação ao público é fundamental, ao ajustar a abordagem conforme a reação e a compreensão dos alunos, mantendo-os engajados. Em muitas situações os recursos

são limitados, algumas restrições, como tempo, espaço ou orçamento, podem impactar a qualidade do que foi proposto inicialmente. Deste modo, encontrar maneiras eficazes de avaliar o entendimento dos alunos, pois a natureza performática pode tornar essa atividade mais desafiadora. De forma geral, esses foram os principais desafios à elaboração e à execução da aula performática nomeada de Jornal “História e a dor”.

Considerações Finais

Ao concluir nossa análise sobre a disciplina Brasil II, ministrada pelo estimado professor Carlos Augusto, na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), torna-se evidente a importância de abordagens pedagógicas inovadoras no ensino de História. A interdisciplinaridade, a participação ativa dos alunos e a contextualização emergem como os pilares dessa experiência educacional única. Durante o curso, fomos imersos em um ambiente onde os alunos são encorajados a se tornarem protagonistas de seu próprio aprendizado. As abordagens centradas em temas específicos, atribuídos a equipes de trabalho, fornecem uma perspectiva interdisciplinar que enriquece nossa compreensão dos eventos históricos do Brasil. Os alunos se tornam mediadores ativos do conhecimento, promovendo a diversidade de opiniões e perspectivas.

Um elemento central dessas discussões é o capítulo “Regências ou o Som da Liberdade”, extraído da obra “Brasil: Uma Biografia”, de Lilia Moritz Schwarcz e Heloísa Murgel Starling. Esse texto desencadeia uma análise profunda do período regencial no Brasil, explorando os complexos conflitos econômicos, políticos e sociais que moldaram a nação. As “aulas performáticas” são um ponto alto deste método de ensino. Aqui, os próprios alunos assumem o papel de protagonistas, atuando como agentes de seus respectivos tópicos de estudo. Essas aulas envolventes combinam criatividade com conteúdo sólido, proporcionando experiências de aprendizado personalizadas e cativantes.

Essa abordagem pedagógica vai além da mera transmissão de conhecimento; ela promove a pesquisa independente e a autonomia dos alunos, preparando-os para desafios futuros na educação superior. A interdisciplinaridade e a contextualização, em conformidade com a

Base Nacional Comum Curricular (BNCC), fortalecem o compromisso da disciplina com uma educação de qualidade. O uso diversificado de materiais, como artigos de revistas, reportagens de jornais, obras literárias, filmes e músicas, enriquece o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o relevante e envolvente. Essa abordagem nutre uma compreensão crítica dos tópicos, incentivando os alunos a desenvolver suas próprias interpretações.

Em síntese, a experiência na disciplina Brasil II nos mostrou como a História pode ser ensinada de forma inovadora. A participação ativa dos alunos, a interdisciplinaridade e a contextualização são elementos que transformam o aprendizado em uma jornada enriquecedora e significativa. Conforme avançamos na educação superior, esse método inspirador é um farol que ilumina o caminho para uma formação acadêmica mais dinâmica, inclusiva e eficaz.

Referências

- ALBERTO, A. Para a história de Sobral. *Revista do Instituto do Ceará*, v. 1, n. 225, 1960.
- MOREL, M. O período das Regências (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003. *Revista de Ciências Humanas*, v. 4, n. 4: Erechim, 2003.
- ROCHA, A. C. da. Proposta metodológica para o ensino de história. Rio Grande do Sul, *Revista de Ciências Humanas*, v. 4, n. 4 (2003).
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Parte 2

Brasil República

5

A REVOLTA DA VACINA (1904) E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO: AS DIFICULDADES DO ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE NEGACIONISMO CIENTÍFICO

Ana Cássia de Sousa Carneiro¹
Andressa Sâmela Mendes Aragão²

“A dinâmica das classes, ou seja, seus interesses e suas lutas, é a chave para a compreensão de tudo que é realmente importante na sociedade”

(Jessé Souza)

Introdução

A construção desse trabalho faz parte da metodologia de avaliação da disciplina de História do Brasil III (Brasil República), ministrada pelo Prof. Dr. Carlos Augusto Pereira dos Santos, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, localizada na cidade de Sobral, no interior do estado do Ceará.

1 Graduanda do Curso de História da Universidade estadual Vale do Acaraú - UVA. cassiacarneiro308@gmail.com.

2 Graduanda do Curso de História da Universidade estadual Vale do Acaraú - UVA. mjgandressa2016@gmail.com.

O primeiro passo da metodologia avaliativa foi dividir a turma em grupos, em que cada um abordou uma problemática na história do Brasil republicano. Nossa equipe³ ficou responsável em abordar a temática da Revolta da Vacina como um dos efeitos das primeiras manifestações populares da primeira república brasileira. Assim, o presente artigo tem o intuito de abordar os atravessamentos da Revolta da Vacina em uma questão social e sanitária, destacando também o negacionismo do tempo presente e os desafios do ensino de História.

Primeiramente, abordaremos o contexto que antecedeu a revolta e como a urbanização e a modernização do Rio de Janeiro evidenciaram as desigualdades socioespaciais e de que maneira isso foi um dos fatores que causou a Revolta da Vacina. Posteriormente, abordaremos o próprio contexto da revolta, como as organizações das lutas armadas, atuação do estado e como as classes populares reagiram a essa atuação. Em seguida, refletiremos sobre o contexto pandêmico da história do tempo presente e como o governo brasileiro atuou em combate à pandemia, mesmo parecendo o oposto da atuação da época da Revolta da Vacina.

A falta de valorização da dignidade do povo brasileiro pode ser percebida em ambas as situações. Iremos abordar as semelhanças e as diferenças da Revolta da Vacina em relação aos problemas que envolveram a vacinação e as semelhanças e diferenças da Revolta da Vacina em relação aos problemas que envolveram a vacinação de Covid-19. Por fim, detalharemos a aplicação desses conteúdos, utilizando-se dos debates como uma ferramenta que possa aguçar o senso crítico a partir da ciência.

As Reformas Urbanas e a Revolta da Vacina

Em 1888, a princesa Isabel, filha do Dom Pedro II, sancionou a Lei Áurea (Lei nº 3.353), a qual legitimava a liberdade dos povos africanos e seus descendentes. O processo de libertação dos povos africanos não aconteceu porque o Brasil reavaliou suas estruturas escravocratas e desumanas, mas porque a Coroa Inglesa pressionava o fim dos tráficos

3 Equipe 3: Ana Cássia, Andressa Aragão, Francisco Ryan, Katheleen Rodrigues e Veronice Maria.

negreiros, já que precisava que o mercado deixasse de lucrar com os tráficos e começassem a consumir outras mercadorias, de preferência as inglesas, ou seja, a partir do momento que a escravidão vira um impedimento para o desenvolvimento do capitalismo, o sistema escravocrata é abolido. Além da pressão da coroa inglesa, os escravizados se organizaram em coletivo, resultando em uma forte resistência contra o sistema escravocrata. Abdias do Nascimento, na sua obra *O Genocídio do negro brasileiro* (2016), aponta que a libertação dos povos escravizados sem assistência do Estado, da igreja e da sociedade elitista só legitimou o assassinato em massa das classes, já que os recém-libertos não tiveram recursos, apoio ou meio de subsistência. Vale evidenciar que estamos tratando de povos escravizados que nasceram, cresceram e envelheceram em cativeiro.

Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e o mutilado - aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva - eram atirados à rua, à própria sorte, qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de 'africanos livres' (NASCIMENTO, 2006, p. 58).

Em resumo, a sociedade brasileira deixou os africanos e seus descendentes à própria sorte, deitando aos seus ombros o encargo de se adequar aos novos padrões sociais, pela criação do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo.

Com o fim da escravidão, a política de embranquecimento da sociedade brasileira ganhou rigidez, já que a maioria do povo brasileiro era de africanos e seus descendentes. Dessa forma, foram criadas novas leis de imigrações que facilitavam a transição de povos europeus no Brasil, com o intuito de desaparecimento dos povos negros, já que a população burguesa considerava que os descendentes africanos, em maioria, mestiços, frutos de estupros dos senhores da casa grande com as negras escravizadas, eram considerados feios e deixavam o Brasil inferior em relação aos outros países por causa da forte presença do sangue africano no solo brasileiro.

Fato inquestionável é que as leis de imigração nos tempos pós-abolicionistas foram concebidas dentro da estratégia maior: a erradicação da ‘mancha negra’ na população brasileira. Um decreto de 28 de junho de 1890 concede que “é inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos (Abdias, 2006, p. 63).

Com as mudanças políticas, sociais e econômicas na capital carioca, os libertos migraram para o centro urbano com o intuito de melhorias e oportunidades de trabalhos, mas tiveram que lidar com a competição no mercado de trabalho com os imigrantes europeus que tinham mais possibilidades. Devido ao projeto de embranquecimento, alguns dos africanos libertos tiveram que se enquadrar às normas do trabalho livre, utilizando o ofício braçal para se manter, seja em trabalhar como artesãos urbanos, engraxates, vendedores urbanos, empregadas domésticas, quitandeiras, entre outras profissões subalternizadas que por vezes não eram suficiente para se manter e alguns optaram em seguir com os serviços análogos às vivências passadas. Com a falta de oportunidades, esses povos começaram a povoar os espaços urbanos do Rio de Janeiro, entre eles, os sobrados abandonados pelos nobres. Esses locais ficaram conhecidos como cortiços, os quais divididos por várias famílias descendentes de africanos e imigrantes que não tinham condições financeiras. A elite carioca era resistente a essas habitações e consideravam que esses espaços eram povoados apenas por vadios, que só criava confusões e traziam conflitos para o centro urbano carioca.

E assim reunida, aglomerada, essa gente, trabalhadores, lavadeiras, costureiras de baixa freguesia, mulheres de vida reles, entopem as casas de cômodos, velhos casarões de muitos andares, divididos e subdivididos por número de tapumes de madeira, até nos vãos de telhados, entre a cobertura carcomida e o ferro carunchoso. Às vezes, nem as divisões de madeira; nada mais que sacos de aniagem estendidos verticalmente em septo, permitindo quase a vida em comum, em uma promiscuidade de horrorizar (Beckeuser, 1906).

O fim do século XIX foi uma época de grandes mudanças no Brasil, principalmente no cenário urbano no Rio de Janeiro, que partia de uma valorização da cultura europeia, com políticas de higienização, saneamentos e embelezamentos das cidades. A ideia de modernização e progresso não se limitava apenas à urbanização das cidades, mas se estendeu aos costumes morais.

Enquanto o Rio de Janeiro corria em direção à modernização, a questão das habitações populares era um obstáculo para as políticas públicas, que acabou acarretando inúmeros conflitos sociais que chamou a atenção das autoridades. O quinto presidente do Brasil, Rodrigo Alves, eleito em 1902 com apoio das elites paulistas e mineiras, tinha um dos projetos políticos da urbanização carioca. Em 29 de fevereiro de 1904, Rodrigues Alves partiu para a ação, deflagrando uma revolução urbana cujo objetivo era a abertura da Avenida Central, hoje, avenida Rio Branco. Em nove meses, 614 imóveis foram postos abaixo “sob o hino jubiloso das picaretas regeneradoras” (Mary Del Priore, 2017).

Figura 3 - Rio de Janeiro: reformas urbanas



Fonte: MALTA, Augusto. Rua da Carioca. Rio de Janeiro: (s.n.), 1906. BIBLIOTECA NACIONAL (ICONOGRAFIA).

De acordo com o poder público, um dos fatores que motivou o Bota-Abaixo dos cortiços foi a questão da higienização, posto que as doenças, em grande maioria, eram associadas à pobreza. Quando

as epidemias começam a atingir o centro urbano carioca, os cortiços eram os locais em que a culpa caía, já que as moradias dessas comunidades eram precárias.

Os descasos das políticas públicas com as comunidades que viviam nos cortiços iam além das questões higienistas, as ações de modernização e urbanização viam essas habitações como uma ameaça para os bons costumes e moralidade, já que a capital carioca já aspirava a ideia de progresso da cultura francesa. Esse período ficou conhecido como Belle Époque, em que “as elites cariocas comiam e vestiam-se à francesa, agora poderia viver numa Paris à beira-mar!” (Mary Del Priore, 2007). A modernização, aliada à urbanização, foram instrumentos do aprofundamento das desigualdades sociais e raciais. Com o Bota-Abaixo, muitas famílias não tinham onde morar, e o Estado novamente não deu assistência para os moradores. Com isso, a comunidade teve que migrar para os locais mais periféricos do Rio de Janeiro, resultando nas favelas, locais que não tinham condições para residir seres humanos: não tinham luz, saneamento básico, escolas, transportes públicos que facilitasse a locomoção dos trabalhadores urbanos. Voltamos a lembrar o que relata Abdias do Nascimento, ao escrever que a libertação dos povos sem assistencial governamental, o embranquecimento racial e as dificuldades de subsistir são resultados de um genocídio em massa das comunidades em maioria negra. Os locais periféricos, assim como as habitações de cortiços, não tinham auxílio, o que ainda estava propício para a contaminação de epidemias, como a febre amarela e varíola.

A Revolta da Vacina e seus atravessamentos sociais

A necessidade de integração do Brasil ao capitalismo moderno é uma das principais causas da Revolta da Vacina. O discurso higienista, que tinha como objetivo melhorar a imagem do Brasil no exterior, fez com que o governo decretasse a vacinação obrigatória contra a varíola, que estava em uma epidemia na época, sem explicar para a população que já estava passando por outros problemas, entre eles, a perda de suas moradias, o que de fato era essa epidemia, como deveria ser tratada e os efeitos da vacina no combate a essa doença. Manter a

população sem esclarecimentos e tirando delas a autonomia de seus próprios corpos, quando os vacinavam à força, fez com que a revolta se retornasse inevitável.

Nesse período, a cidade, que tinha cerca de 700 mil habitantes, tinha uma grande falha na limpeza urbana, falta de saneamento básico, e isso deixava a população exposta a doenças. Diante disso, em uma epidemia de varíola, a cidade estava com foque endêmico, tendo um maior surto em 1904. Era necessário que existisse uma vacina para parar a doença em um momento como aquele, o problema estava em como isso foi colocado. Fizeram um projeto de lei e decidiram passar à população a notícia de que a vacina era obrigatória através do jornal. O projeto de lei foi levado no dia 9 de novembro, e no dia 10 o jornal *A Notícia* o publicou, trazendo um grande alvoroço para população.

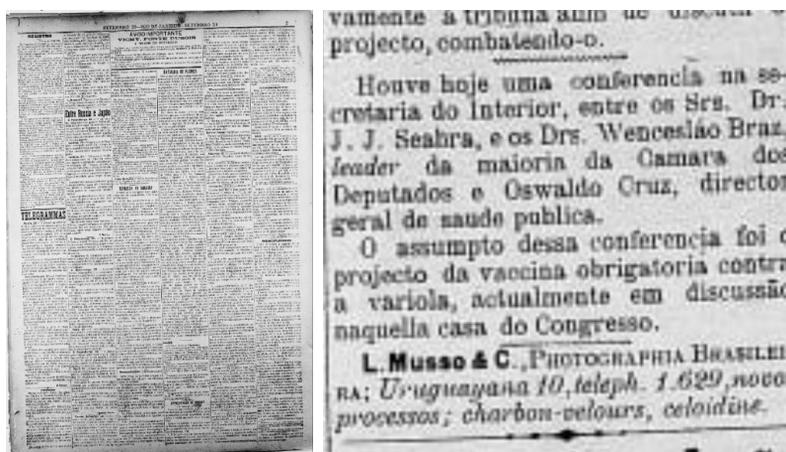
A varíola é uma doença extremamente contagiosa, que tem sintomas parecidos com uma gripe e manchas vermelhas na pele. Sua principal forma de transmissão e contágio é através do ar, sendo que o doente não deverá estar em contato direto com as pessoas saudáveis. No ano de 1904, como já citado anteriormente, a cidade do Rio de Janeiro passava por um surto, como foi detalhado no livro “*A revolta da Vacina*” (2018), de Nicolau Sevcenko, publicado pela Editora Unesp.

Visto existirem inúmeros focos endêmicos da varíola no Brasil, o maior deles justamente na cidade do Rio de Janeiro. Esse mesmo ano de 1904 atestou um amplo surto epidêmico: até o mês de junho haviam sido contabilizados oficialmente mais de 1.800 casos de internações no Hospital de Isolamento São Sebastião, no Distrito Federal, e o total anual de óbitos devidos à varíola seria de 4.201 (Sevcenko, 2018, p. 09).

Para conter essa doença, o governo federal nomeia o médico Oswaldo Cruz como Diretor de Saúde Pública, devido sua eficácia no combate à peste bubônica, que tinha assolado a cidade nos anos anteriores. Para conter essa doença, o médico havia tomado uma medida de evitar contato com os ratos, que seriam os maiores transmissores da peste. Devido sua eficiente atuação em seu trabalho e por ser um médico sanitaria,

Cruz foi nomeado como responsável para a fabricação da vacina contra a doença, feita em seu laboratório. Ele também redigiu uma regulamentação da vacina e enviou para a Câmara dos Deputados para que a vacina se tornasse obrigatória. O esboço dessa regulamentação acabou vazando para a imprensa e isso causou um pânico instaurado na população da cidade. Abaixo está a notícia publicada pelo jornal “A Notícia”, do Rio de Janeiro; do lado está, em destaque, a reunião de Cruz.

Figura 4 - Jornal “A Notícia” RJ



Fonte: Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=830380&pagfis=11132>. Acesso em: 30 out. 2023.

Foi publicada no jornal a regulamentação da vacina obrigatória, na qual os oficiais poderiam invadir as casas, tomar as pessoas à força e as vacinarem. A ação da vacinação era de grande valia, partindo do fato de que a população precisava da imunidade para combater a doença, mas somado a isso, a população deveria ser conscientizada sobre o que de fato era a doença, quais as principais formas de contaminação e a importância de se vacinar contra a varíola.

Os termos eram extremamente rígidos, abrangendo desde recém-nascidos até idosos, impondo-lhes vacinações, exames e reexames, ameaçando-os com multas pesadas e demissões sumárias, limitando as oportunidades de recursos, defesas e omissões. O objetivo era uma campanha maciça, rápida, sem nenhum embaraço e fulminante: o mais amplo sucesso, no mais curto prazo. Não se cogitou da preparação

psicológica da população, da qual só se exigia a submissão incondicional. Essa insensibilidade política e tecnocrática foi fatal para a lei da vacina obrigatória. Infelizmente, não só para ela (Sevcenko, 2018, p. 13).

No entanto, o que ocorria de fato era um caso de abuso de poder por parte do Estado, que não se preocupava de verdade com as pessoas e tinha como principal objetivo melhorar a imagem do país no exterior. Diante disso, a população se mobiliza para se levantar contra o governo e organiza uma revolta muito conhecida na história do nosso país, que foi a Revolta da Vacina.

A insurreição de que trata este texto ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, no ano de 1904. Seu pretexto imediato foi a campanha de vacinação em massa contra a varíola, desencadeada por decisão da própria presidência da República. Os setores da oposição política, que desde longo tempo vinham articulando um golpe contra o governo, aproveitaram-se das reações indignadas da população, a fim de abrir caminho para o seu intento furtivo (Sevcenko, 2018, p. 07).

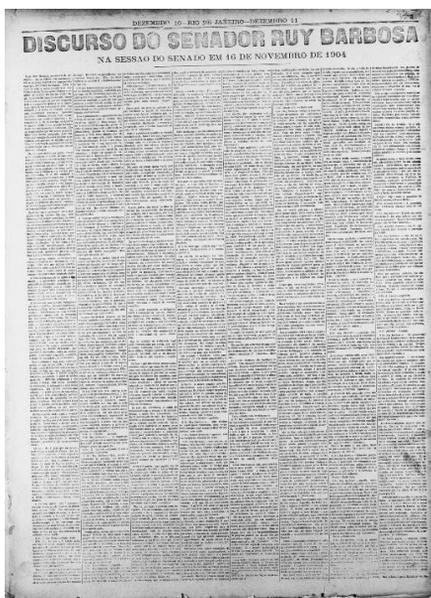
A publicação da regulamentação da vacina foi feita no dia 9 de novembro de 1904, e já na manhã do dia 10 a cidade estava em um grande tumulto, pois antes mesmo da regulamentação sair, tinha sido fundada uma Liga contra a vacinação obrigatória, a qual tinha membros do Exército e da corrente jacobina nacionalista. O povo de diferentes setores da sociedade se organizou já no dia 10 de novembro, nas principais ruas da cidade, para protestar contra a regulamentação, mas foram dispersos pela polícia. Aproveitando-se da agitação dos populares, a Liga marcou um comício, mas como seus membros não comparecem, os populares assumiram os discursos contra a obrigatoriedade da vacina, sendo mais uma vez pegos de surpresa pela polícia. Ao reagirem e atirarem de volta na polícia, gerou-se um confronto com diversos mortos e feridos.

Assim que se aproxima, a força policial é alvo de vaias e provocações. Quando tenta realizar as prisões, começam as pedradas e confrontos. Diante da reação popular,

é ordenada uma carga de cavalaria contra a multidão, de sabre em punho. Começam a cair os feridos, o sangue mancha o calçamento das ruas, o tumulto se generaliza. Tiros e pedradas, vindos da população acoçada, chovem sobre a brigada de policiais. O comércio, os bancos, bares, cafés e as repartições públicas fecham suas portas. Os grupos populares se dispersam pelas ruas centrais: rua do Teatro, do Ouvidor, Sete de Setembro, praça Tiradentes (Sevcenko, 2018, p. 16-17).

Diante da insatisfação dos populares, muitos políticos da oposição se aproveitaram para politizar os discursos e piorarem ainda mais a situação. Como o caso de falsificarem um óbito como sendo causa da vacina e a causa sendo outra, em contrapartida, a polícia continuava expondo a população a humilhação, agindo de forma extremamente misógina com as mulheres, expondo partes íntimas de seus corpos e rasgando as roupas para aplicar a vacina, tirando dessas pessoas a autonomia e o direito de escolha sobre o que elas tinham de mais posse, seus corpos. Lembrando que, como já falado anteriormente, essas pessoas tiveram suas casas tomadas para o embelezamento da cidade e agora tinham seus corpos tomados ao invés de serem instruídas sobre o que estava acontecendo e tivessem seu direito à dignidade sobre seus corpos respeitados. Rui Barbosa, um importante político da época, fez um enorme discurso se colocando contra a lei da vacinação, dizendo inclusive que essa lei era uma lei de morte, sendo ele um político culto de grande importância.

Figura 5 - Discurso do Senador Ruy Barbosa



Fonte: Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830380&pasta=ano%2190&pesq=A%20revolta%20da%20vacina&pagfis=11395>. Acesso em: 30 out. 2023.

Diante disso, fica-nos a reflexão:

E se Rui, representante da mais elevada e mais ilustre elite do país, se mostrava temeroso de se submeter a uma vacina, sobre a qual demonstrava saber apenas que continha em si o vírus da varíola, o que não se pode imaginar sobre os terrores equivalentes e ampliados pela menor informação, que se disseminaram entre as classes populares? (Sevcenko, 2018, p. 12).

Com isso, podemos perceber que a população não estava contra a vacina, mas aos desmandos de um governo que não priorizava as classes populares e colocava seus interesses acima da dignidade das pessoas, tirando delas seu direito mais precioso, a decisão sobre o que fazer com seus corpos, a moradia com segurança, ao saneamento básico. Quando você age com tamanho desrespeito, não tem como segurar o argumento de preocupação com a saúde dessa população.

Aversão à vacina: um problema também do século XXI

O problema com a vacinação no Brasil não é uma questão exclusiva do século passado. Após o carnaval do ano de 2020, o Brasil se viu acometido por um vírus de intensa proliferação e, em alguns meses, o país inteiro teve que parar após ser decretada quarentena e *lockdown*⁴.

O vírus foi identificado primeiramente na China, em janeiro do mesmo ano, e logo a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou que estávamos em uma pandemia, pois o vírus tinha se espalhado por todas as regiões do mundo. No Brasil, ela chega em um momento de tensão política: o chefe de Estado que tinha assumido naquele mesmo ano, Jair Messias Bolsonaro, era capitão reformado do Exército e se elegera, tanto ao legislativo em mandatos passados e depois a Presidente da República, com um discurso muito controverso. Um desses discursos, muito famoso, foi feito na votação para o *impeachment* (também considerado golpe por alguns estudiosos) da ex-presidenta Dilma Rousseff, eleita antes dele, no qual ele homenageou a memória de um torturador da ditadura militar e que foi um dos torturadores da presidenta quando esteve presa no período da ditadura⁵. Jair Messias Bolsonaro foi eleito em 2018 com o apoio dos liberais e conservadores, mas seu principal eleitorado foi a classe evangélica, que cada dia mais cresce no país. Segundo uma apuração da Datafolha feita em outubro do mesmo ano, a porcentagem chegou até 61% de apoiadores.⁶

Diante de todas essas controvérsias já citadas, era de se esperar que a postura do presidente não fosse das melhores, mas a população não contava que o descaso fosse tão grande. Bolsonaro fez vários discursos negacionistas: em um deles, chamava a Covid de “gripezinha”⁷, e em meio às inúmeras mortes, ao ser questionado, ele falou “E daí, não

4 <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2021/05/piora-da-pandemia-faz-lockdown-se-espalhar-no-interior-de-sp-e-ate-farmacias-sao-fechadas.shtml>.

5 <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/bolsonaro-homenageia-torturador-em-seu-voto-pelo-impeachment-2649/>.

6 <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/26/datafolha-de-25-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-orientacao-sexual.ghtml>.

7 <https://www.agazeta.com.br/brasil/nao-vai-ser-uma-gripezinha-que-vai-me-derrubar-diz-bolsonaro-0320>.

sou coqueiro”⁸. Em relação à vacina, o presidente chegou a insinuar que quem a tomasse seria transformado em jacaré. Somado a isso, segundo o *Correio Braziliense*⁹, o presidente ignorou 101 e-mails da Pfizer, uma companhia que produz medicamentos, nos quais a empresa oferecia a vacina para que o Estado comprasse e vacinasse a população. Bolsonaro, no entanto, induzia a população ao consumo de medicamentos sem eficácia científica comprovada, como a cloroquina, um remédio para outra doença, em vez de se preocupar com a vacinação de sua população.

Nesse momento, com a ascensão das redes sociais e a maioria das pessoas em casa, quem teve acesso à quarentena teve também à produção de uma grande quantidade de memes, uma forma interativa de comunicação que tem como objetivo divertir. Abaixo estão dois memes relacionados aos acontecimentos acima citados, como o caso do presidente fugindo da empresa de medicamentos e também do presidente perseguindo uma ema do Palácio da Alvorada, residência do chefe do Estado, com uma caixa de cloroquina. A imagem é real, até hoje não sabemos qual o sentido da ação do presidente.

Figura 6 - Meme da Pfizer

**ae mano, compra minha
vacina**



Fonte: Internet.

8 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coqueiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>.

9 <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4932143-lista-de-e-mails-da-pfizer-ignorados-pelo-governo-aumenta-sao-101-tentativas.html>.

Figura 7 - Meme da Cloroquina



Fonte: Internet.

Além de Bolsonaro influenciar a população a não se vacinar, ele também tirava a população de casa para participar de passeatas e manifestações pedindo intervenção militar em meio à quarentena, que era decretada pelos governadores, porque o presidente incitava a população a fazer aglomerações. Todas essas manifestações tinham apoio e aplausos de grande parte da comunidade evangélica, que saudava as ações do presidente dizendo que a vacina era algo do demônio, citando inclusive passagens da Bíblia, do Livro do Apocalipse, para justificar que a vacina era o *chip* da besta. Essas afirmações, feitas por pastores milionários, somadas às atrocidades cometidas por Bolsonaro na presidência, levou muitas pessoas à morte. Bolsonaro, em seu discurso de tentativa de reeleição, cita inclusive que foi um dos melhores combatentes da Covid-19, sendo que, no Brasil do momento, 33 milhões de pessoas estavam no mapa da fome¹⁰.

10 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>.

Figura 8 - Charge



Fonte: Internet.

Como já citada anteriormente a respeito da Covid-19, devido à transmissão do vírus ser ágil, foram criadas normas sanitárias que retardassem a contaminação viral. Para isso, foi implementado o isolamento social, cujo intuito era que todos ficassem em casa e não mantivessem contato com outras pessoas para diminuir a transmissão do vírus da Covid-19. Essas medidas de quarentena começaram a impactar na vida da população brasileira, mas não atingiram todos da mesma forma, porque os mais desfavorecidos e vulneráveis ficaram em extrema pobreza, e muitos tiveram que sair da quarentena para tentar trabalhar e ter renda para sobreviver.

No auge da crise pandêmica, as desigualdades sociais ficaram escancaradas, o desemprego, o subemprego, o trabalho temporário, a precariedade, o risco de pobreza extrema, e muito dos trabalhadores prosseguiram suas atividades que eram consideradas básicas e essenciais. O proletariado era exposto às infecções e ao vírus, tendo, ao mesmo tempo, baixas remunerações e baixas garantias contratuais no emprego. Um dos exemplos que podemos lembrar foi a morte da empregada doméstica Cleonice Gonçalves¹¹, de 63 anos, a primeira vítima de Covid-19 do estado do Rio de Janeiro, que se contaminou pelos patrões que haviam chegado da Itália. Mesmo com o surto viral e a norma sanitária do

11 <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/03/22/uma-pessoa-muito-batalhadora-diz-so-brinho-de-empregada-domestica-que-morreu-de-coronavirus.ghtml>.

lockdown em vigor, Cleonice era obrigada a trabalhar, embora o exame clínico dos patrões tenha testado positivo.

A quarentena não era usufruída por todos, porque não eram todos que poderiam ter o privilégio de ficar em casa. Em uma matéria realizada pela CNN¹² no dia 17 de janeiro de 2022, informou-se que enquanto o mundo desmoronava e muitas famílias periféricas de Fortaleza e do Rio de Janeiro procuravam alimentos dentro de caminhões de lixo, se alimentavam de comidas vencidas e ossos, a fortuna de bilionários do mundo aumentou 60% durante a pandemia, ou seja, em um momento de crise sanitária e social, em que o mundo colapsou em extrema pobreza, os grandes bilionários acumulavam bens patrimoniais.

Figura 9 - Moradores do Bairro Cocó, em Fortaleza, buscam comida descartada de supermercado que iria para caminhão de lixo



Fonte: The News2 / Agência O Globo.

12 <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/fortuna-de-bilionarios-do-mundo-cresceu-60-durante-a-pandemia/>.

Figura 10 - Pessoas recolhem alimentos do lixo de supermercado no RJ



Fonte: The News2 / Agência O Globo.

Jair Bolsonaro tratava as calamidades pandêmicas com grande escárnio, zombava das pessoas doentes, das normas sanitárias da quarentena, principalmente da vacinação, e usava das redes sociais como arma potente para as *fake news*¹³. Com muita resistência, no dia 24 de junho de 2022, o presidente Jair Bolsonaro propôs a criação do Auxílio Brasil, em substituição do Bolsa Família, criado pelos governos petistas. De início, o auxílio era de 400,00 reais, e com o passar do tempo, aumentou para 600,00. Mesmo com diversas controvérsias e resistências, o Auxílio Brasil ajudou muitas famílias que estavam sem renda.

Antes de ser eleito, Jair Bolsonaro tinha um plano de privatização do SUS. Em março de 2020, no ápice da pandemia, o Brasil foi declarado em estado de emergência, já que, de acordo com a Emenda Constitucional (EC), o investimento no SUS, que era de 15,77% da receita corrente líquida em 2017, caiu para 13,54% em 2019. A única movimentação do governo de Jair Bolsonaro para ampliar o orçamento da área ocorreu em 2020.

13 <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/sete-vezes-em-que-bolsonaro-foi-insensivel-ao-comentar-mortes-por-covid-19>.

No primeiro ano da pandemia da Covid-19, o governo havia desativado o programa Mais Médicos, que contratava profissionais para atuar em locais que não contavam com assistência de saúde. Como o Brasil chegou a registrar mais de 20 mil casos fatais a cada sete dias¹⁴, o sistema colapsou, houve falta de remédios, respiradores, oxigênio e equipamentos de proteção para as equipes médicas. Durante esse processo de desespero, o presidente Jair Bolsonaro debochou dos pacientes de Covid-19 e nas *lives* on-line ridicularizava os doentes, imitando-os com falta de ar.

Meses depois, a CPI da Covid-19, segundo o site Rede Brasil Atual¹⁵, apontava o direcionamento de recursos do SUS para bancar despesas militares. Isso porque, enquanto 708.021 mil pessoas morreriam com falta de medicamentos e equipamentos, Bolsonaro zombava e fazia motociatas, aglomerando várias pessoas, além de receitar Cloroquina sem receita médica, uma vez que, de acordo com ele, ajudaria na cura da Covid-19, utilizando-se de piadas sarcásticas dizendo que as comunidades que tomassem a vacina de preservação iriam virar jacaré. Em torno de todo esse desgoverno, milhares de pessoas morreram diariamente, ao ponto dos cemitérios não suprirem as demandas de sepultamentos. As práticas governamentais do presidente Jair Bolsonaro desencadearam uma das maiores crises humanitárias no Brasil.

Daqui podemos refletir sobre o problema de politização de necessidades sanitárias referentes à saúde da população. No tópico anterior, discutimos a respeito do fato de o governo querer vacinar a população à força, e aqui abordamos o oposto, o governo incentivando a população a não se vacinar. Apesar de parecer oposto, aqui temos dois casos semelhantes por parte do governo: os dois não colocaram a integridade da população em primeiro lugar, e nos dois casos, pessoas inocentes perderam suas vidas por conta de governantes que não tiveram a capacidade de cuidar de seu povo, e negaram a ele o acesso a bens básicos e necessários, tanto no século passado quanto em nossos dias.

14 <https://covid.saude.gov.br/>.

15 <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/governo-bolsonaro-tira-recursos-do-sus-para-bancar-despesas-militares/> Acesso em: 06 fev. 2024.

A Revolta da Vacina: um desafio para o Ensino de História no Tempo Presente

Como citado, o negacionismo científico é uma realidade da atualidade. Com isso, nos questionamos: como dar aula sobre a Revolta da Vacina dentro desse contexto? De início pensamos a aula performática para as turmas do 3º ano do ensino médio, com a divisão das aulas em dois dias. No primeiro, iríamos abordar o contexto histórico dos primeiros anos da Primeira República (1889/1930), em que discutiríamos as reformas de modernização e de urbanização do Rio de Janeiro e como isso impactou a vida dos moradores cariocas. Para além disso, as reformas escancararam e deixaram expostas as desigualdades sociais, partindo do fato de que a capital carioca não tinha saneamento básico, além de ter enfrentado recentemente a peste bubônica, cujo principal transmissor era o rato, que se proliferava com facilidade devido à falta sanitária da cidade.

Partindo dessas reflexões, no segundo momento iríamos abordar que, embora a Revolta da Vacina tenha acontecido na Primeira República, a descrença quanto aos efeitos da vacina não foi uma característica do século passado, levando em conta a gestão do governo brasileiro em relação à Covid-19. Uma das principais observações feitas em nossa aula é a de que os processos históricos são diferentes e não devemos cometer anacronismo, partindo do fato de que a vacina dos dias atuais esteja ligada às práticas religiosas e *fake news*, vindo por vezes até mesmo do chefe de estado. Como exercício de fixação, utilizamos a metodologia de um debate, aplicado em sala de aula, no qual a turma foi dividida em dois grupos, sendo um a favor e um contra a vacinação específica do período de 1904. Os argumentos deveriam levar em conta somente os valores históricos e sociais do período da Revolta da Vacina. As professoras que ministraram os debates agiam de forma mediadora, lidando com os ânimos da turma. O intuito da dinâmica era fazer com que nossos alunos dialogassem entre si, formando suas opiniões e trabalhando com sua criticidade. Durante o momento da dinâmica, os alunos participaram de forma interativa, trazendo como referência o processo pandêmico da Covid-19, os quais viveram o processo de rejeição à vacina já citada anteriormente. Após o desenvolvimento da aula

performática, conseguimos perceber um *feedback* positivo dos nossos alunos, porque, como lidamos com acontecimentos teóricos já vividos, os estudantes sentem dificuldades de compreender essas vivências. A partir do momento que dialogamos com os dias atuais, isso facilita na compreensão dos acontecimentos históricos e faz com que esses estudantes se incluam nesses episódios como sujeitos ativos.

Considerações Finais

Concluimos que, ao abordar o tema Revolta da Vacina, trouxemos uma reflexão sobre os projetos políticos e sanitaristas que modelaram as relações sociais e como isso reflete nos dias atuais, tendo em vista que o Brasil enfrentou recentemente um processo pandêmico da Covid-19, em que também houve resistência com a vacinação. Com isso, evidencia-se que os processos históricos do passado não estão desconectados dos acontecimentos do presente, embora tenhamos que ressaltar as individualidades de cada período para não cometer anacronismo.

Por fim, ressaltamos que um dos principais requisitos humanitários que o Estado deveria ter é a valorização da dignidade da população. Quando tratamos da Revolta da Vacina e conectamos com os dias de hoje, percebemos que tanto a vacinação feita de forma violenta, quanto não comprar vacina e agir de forma negligente ao ver a população morrendo, são formas impertinentes de ação que não deveriam acontecer. Considera-se, assim, que sempre os mais prejudicados são as classes populares, que têm seus direitos básicos de sobrevivência a serem garantidos pelo Estado, mas foram estes renegados.

Referências

BACKEUSER, E. *Habitações Populares*. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, 1906.

COSTA, A. F. Desigualdades sociais e pandemia. In: CARMO, R. M. do; TAVARES, I.; CÂNDIDO, A. F. (Ed.). *Um olhar sociológico sobre a crise covid-19* em livro. (pp. 4-16). Lisboa: Observatório das Desigualdades, 2020.

DEL PRIORE, M. 1952- Histórias da gente brasileira, Volume 3: República - Memórias (1889-1950). Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

NASCIMENTO, A. do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SEVCENKO, N. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. SciELO-Editora UNESP, 2018.

SKIDOME, T. *Preto ou branco: raça e racionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

VIEIRA, D. W. B. *A revolta da vacina: autoritarismo político na produção do espaço moderno*. 2022.

6

A PRIMEIRA FASE REPUBLICANA: MOVIMENTOS RELIGIOSOS POPULARES NO BRASIL

Francisco Denilson Caixeiro da Luz¹
Lara Malheiro Fernandes²

Introdução

O presente artigo analisa os principais movimentos religiosos ocorridos no Brasil, no período de transição do Império para a República, diante a atuação e influência de líderes religiosos na resistência ao novo regime e as consequências políticas. Trataremos também de uma aula performática construída em cima das figuras de líderes, como foi em Juazeiro do Norte, com Padre Cícero; no sertão baiano, precisamente em Canudos, com Antônio Conselheiro; e, por último, em Contestado, região localizada entre Paraná e Santa Catarina, por Monge João Maria. Via-se nessas figuras uma esperança de vida melhor, dentre seus respectivos seguidores, que sentiam na pele uma desigualdade social, que através de sua fé buscavam refúgio, e que para alguns pode estar rela-

1 Graduando em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, caixeirodenilson911@gmail.com.

2 Graduanda em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, laramalheirofernand16@gmail.com.

cionado ao fanatismo religioso, considerado também como movimentos messiânicos rústicos, termo usado pela autora Maria Isaura Pereira de Queiroz. Além da então autora citada anteriormente, teremos como umas das principais bases de referencial teórico a historiadora Jacqueline Hermann, com seu artigo intitulado "Religião e política no alvorecer da República: Os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado"³.

A primeira fase da República no Brasil foi marcada por importantes movimentos religiosos populares, na qual religião e política, em determinados momentos, entram em conflito com a transição do quadro político-institucional acatando diferentes mudanças, uma delas seria o fim do sistema do padroado e do regalismo.

A Igreja católica se via diante de uma situação que provocou um sentimento ambíguo aos seus representantes e seguidores, ao mesmo tempo em que conseguia maior liberdade para agir (sem a interferência direta do Imperador, como acontecia através do regalismo e padroado), também estava sendo limitada pelas laicizações de processos, como o registro civil de batismos, casamentos, óbitos, etc. A perda de prestígio, autonomia e poder da Igreja criaram um movimento de reação por parte de líderes eclesiais, que se organizaram em corporações e agiram de forma política para tentar atenuar os impactos dessa secularização idealizados pelos princípios liberais e federalistas.

Os principais movimentos que aqui trataremos são de Juazeiro, Canudos e Contestado, os quais se destacam com a figura de seus líderes que resistiam ao fim do regime político monárquico. Há, no entanto, a propagação dos ditos movimentos messiânicos, que apresentam um caráter político-religioso, assim conhecidos para alguns estudiosos. Veremos que o termo 'messiânico' não se aplicará de forma igualitária para os movimentos citados anteriormente, mas a uma existência do termo 'messiânicos rústicos', que veio de 'cultura rústica'. Proposto pelo autor Antônio Cândido, mostraremos suas particularidades, desavenças e semelhanças para uma melhor compreensão. Para Douglas Teixeira Mon-

3 O artigo traz uma análise dos principais movimentos religiosos no período do fim da monarquia e início da república, fazendo uma comparação entre essas revoltas e pontuando suas características.

teiro⁴, no entanto, o sentimento de devoção ao padre Cícero não deve ser considerado crença do tipo messiânica, pois não chegou a formar um corpo doutrinário autônomo.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, em *O messianismo no Brasil e no Mundo*⁵, apresenta um esforço notável de sistematização de um amplo quadro comparativo das mais diversas formas de manifestação messiânica, e no caso do Brasil, 'movimentos messiânicos primitivos' e 'movimentos messiânicos rústicos'. Herdeira da sociologia de Max Weber, que valorizou a construção de 'tipos ideais' e do 'líder carismático', Queiroz procura equilibrar aspectos religiosos e sociológicos para configurar a sua tipologia. A religião teria tido, nestes casos, uma 'função' secundária, pois esses movimentos teriam em seus aspectos sociopolíticos sua determinação fundamental. Entretanto, para Queiroz, o surgimento dos tais movimentos, que classifica como messiânicos, tratou-se de certa irregularidade presente no início da república pela falta de organização desta cultura rústica, pois a ausência de lei presente, principalmente nas regiões onde o autoritarismo local na figura dos coronéis não conseguia estabelecer laços de compromissos e dependências com a população, fazia surgir tais movimentos messiânicos, que por ora eram reformadores, ora eram restauradores. Portanto, o aspecto religioso desses movimentos seria uma função secundária desses levantes, tendo a questão sociopolítica como principal motivo propulsor de propagação.

Um outro termo utilizado para tais movimentos seria o 'fanatismo religioso'. O jornalista Rui Facó traz, em sua obra *Cangaceiros e Fanáticos*⁶, uma análise principalmente do movimento de Canudos e de Juazeiro. A historiadora Jacqueline Hermann cita Facó no texto 'Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado' e discorre que esses termos, cangaceiro e fanático, se referem às diferentes modalidades de reação dos pobres do campo à situação de completa exclusão social, inconformismo com a miséria e a

4 Douglas Teixeira Monteiro foi um importante sociólogo da religião, realizando pesquisas a partir dos métodos compreensivos de Max Weber, sobre os messianismos brasileiros.

5 Publicado em 1965, a obra de Maria Isaura de Queiroz, traz sua pesquisa enfocando os movimentos rurais e a religiosidade camponesa do messianismo.

6 *Cangaceiros e Fanáticos*, publicado em 1963, narra os fenômenos do "cangaço" e do "fanatismo" de condições étnicas ou ambientais. Colocando em primeiro plano o caráter histórico e social desses dois movimentos.

fome no período que marcou o início do regime republicano brasileiro. Facó fala que esses movimentos aconteceram num período de crise de ordem econômica, ideológica e de autoridade, e que a maior motivação foi a luta de classes entre os homens pobres do campo e os fazendeiros. Era época em que findava o Império e a escravidão era abolida, e que, a exemplo de Canudos, foi um movimento de cunho religioso que revelava uma drástica separação entre a religiosidade popular e a religião oficial da Igreja Católica.

Ainda segundo Facó, o domínio da terra e o sistema escravocrata impediram o estabelecimento de tecnologias modernas, causando o atraso cultural na região, potencializando o analfabetismo, o isolamento e a ignorância do mundo exterior. As massas estavam sujeitas a uma única forma de consciência do mundo e da sociedade, que eram passadas pela religião ou por seitas variantes do catolicismo. Formadas nas próprias comunidades, as massas espoliadas teriam criado uma religião própria que lhes serviu de instrumento na luta por sua libertação social contra o latifúndio e contra as relações semifeudais de produção, tendo o “fanatismo” como o elemento de solidariedade coletiva, um fator de luta que impulsionou uma reação contra a ordem dominante.

Após a Proclamação da República, houve uma reação da Igreja defendendo a manutenção de certos poderes e a autonomia institucional, criticando artigos considerados ofensivos aos direitos da Igreja, através do arcebispo da Bahia, Dom Antônio Macedo Costa, que divulgou uma reclamação dizendo que o Estado não poderia progredir sem a proteção da religião e continuaria defendendo os interesses da Santa Sé, segundo Hermann:

Todo esse esforço de manutenção do poder e da autonomia institucional da Igreja, aqui expresso na conduta de D. Macedo da Costa, integrava ainda um processo internacional de reação da Santa Sé ao avanço de correntes ideológicas e políticas heterodoxas nas quais se incluía, sem distinção, toda sorte de ideias que questionassem princípios defendidos pela Igreja Romana, considerados “erros modernos”, tais como o liberalismo, o socialismo, o comunismo, o cientificismo, o positivismo, a maçonaria e o protestantismo (Hermann, 2018, p. 96).

O capítulo II, que tem como subtítulo “Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado”, escrito por Douglas Teixeira Monteiro, publicado em 1977 em volume da coleção História Geral da Civilização Brasileira⁷, dedicada ao Brasil republicano, fará alusão aos movimentos rurais brasileiros. O autor discorre sobre as características dos movimentos, no qual sempre vem envolvendo aspectos religiosos, suas ideias se aproximam com a análise de Queiroz. Trazendo dessa vez o termo ‘catolicismo rústico’, de tradição judaica, vem tentando desfazer-se dos preconceitos presentes na religiosidade, cujos novos paradigmas políticos tentam desfazer suas raízes, que, segundo o autor, “Os movimentos brasileiros inserem-se no contexto de transformações sociais, políticas e econômicas que tiveram seu princípio antes da instauração da república” (Monteiro, 1985, p. 42), ressaltando que tais fenômenos ainda estariam interligados à política especificamente do coronelismo, sendo este um marco a que se dispuseram autoridades x clientelismo a favor do domínio e do controle exercido pelas lideranças.

A religião tinha uma grande influência em algumas regiões, sendo assim, podendo ser centralizada no mesmo plano econômico, mesmo que tais movimentos não tivessem projetos políticos. A religião, na verdade, se baseava na busca de melhores condições de vida. Ficou evidente que esses movimentos refletiram os processos de transformação social e política advindos do sistema republicano. No entanto, a atuação da Igreja Católica limita esses resquícios de revolta, como afirma Facó:

A Igreja Católica desempenha, assim, o papel de polícia ideológica no meio rural, antecipando-se às forças repressivas. Preparar-lhes o caminho. Percebe, instintivamente, que a “heresia”, o desvio das normas de conduta estabelecida pela religião dominante — a religião das classes dominantes — poderá evoluir até a rebeldia contra a ordem constituída. Uma vez repelida pelos “crentes” ou “fanáticos” sua ação pacificadora, dá o brado de alarma (Facó, 1963, p. 52).

7 Coleção: História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano - sociedades e instituições (1889-1930) (HGCB Vol. 9), autor: Sérgio Buarque de Holanda, Este nono volume analisa a sociedade e as instituições brasileiras entre a Proclamação da República e a Revolução de 1930.

Cícero Romão Batista, conhecido como Padre Cícero ou até mesmo como Padim Ciço, apresentou e continua apresentando grande número de devotos religiosos, atualmente incluído no livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, pelo atual presidente da República do Brasil, sancionado pela lei 14.693/2023, ao lado de outros importantes nomes, como Irmã Dulce, Zumbi dos Palmares e Chico Xavier, considerado como mais que religioso, um visionário, responsável pelo levantamento da cidade de Juazeiro do Norte e o desenvolvimento de Cariri.

Uma das figuras religiosas mais importante do Ceará, assim como política, nascido em 1844, na cidade do Crato, no Ceará, foi ordenado padre em 30 de novembro de 1870. Em 1871, convidado para celebrar uma missa em Juazeiro, povoado vizinho a Crato, tivera ele um sonho que interpretou como uma mensagem divina, no qual teria que permanecer no então povoado para que cuidasse do povo. Sua vida veio a mudar radicalmente, durante uma missa, em que aconteceu um suposto milagre: a hóstia dada por Padre Cícero à lavadeira Maria de Araújo torna-se vermelha como o sangue, fato que se repetiu outras vezes, até que o reitor do seminário de Crato anunciou para os fiéis que a hóstia de Maria de Araújo teria sido tingida pelo próprio sangue de Jesus Cristo. O caso ganhou bastante repercussão e fez com que romeiros de todo o Norte e Nordeste ocorressem em peregrinação para o vale do Cariri, tornando a região muito relevante.

Na obra *Milagre em Joazeiro*⁸, Ralph Della Cava narra a construção do povoado de Juazeiro como um espaço sagrado através da figura de Padre Cícero. A crença coletiva no milagre da hóstia branca se transformando em sangue, que, para os fiéis, acreditavam ser o sangue de Jesus Cristo, eclodiu o movimento e tornou-se o principal elemento que estimulou esse fenômeno religioso. Della Cava ressalta que, antes mesmo do “milagre”, padre Cícero já era reconhecido por ter as qualidades notáveis de “santidade e profecia”. Em 1877, padre Cícero enviou, para o alto do Araripe, sertanejos atingidos pela seca. Muitos que haviam fugido do sertão para o vale foram obrigados a plantar mandioca para aliviar a fome. Os sobreviventes, anos mais tarde, atribuíram ao padre

8 *Milagre em Joazeiro*, publicado originalmente em 1977, reconstitui o período longe das explicações simplificadoras e reducionistas em termos de fanatismos e messianismos.

Cícero, a quem consideram um santo, sua “salvação”. Em seus relatos, padre Cícero dizia que a devoção religiosa católica que dominava Juazeiro é anterior ao “milagre” de 1889, pois a falta de chuvas e a seca agravava a miséria e a fome, então, os habitantes do povoado encontraram refúgio na fé para amenizar o medo que sentiam em busca da “salvação”. “Faziam-se orações públicas e individuais; os sacerdotes do Cariri conduziam peregrinações de fiéis, promoviam novenas e outros atos de devoção com a intenção de deter a mão de Deus, evitando o castigo dos 'horrores da seca' sobre o povo” (Della Cava, 1970, p. 44). A presença da beata Maria de Araújo nas celebrações do Sagrado Coração de Jesus e no ritual da comunhão da hóstia que se transformaria em sangue, que padre Cícero julgou ser o próprio sangue de Jesus Cristo – o estranho fenômeno não teria acontecido uma só vez, mas outras 47 vezes – tornando-se um instrumento da Providência Divina. A beata se tornou o objeto de adoração dos fiéis, pois foi, ainda em vida, declarada “santa”, assim os devotos a procuravam, acreditando que ela seria uma profeta da vontade divina com poder de interceder junto a Deus.

Desde os primeiros momentos que se seguiram ao milagre, devotos e sobretudo beatas, tal como Maria de Araújo, protagonista do acontecimento, desempenharam papel fundamental ao lado de Padre Cícero. Nove delas declararam-se testemunhas do milagre e passaram a ter sonhos, êxtases e revelações, entre as quais se incluía uma visão apocalíptica da iminente destruição do mundo, anunciada pela transformação da hóstia, decorrente da derrubada da Monarquia, da perda de poder da Igreja e da decretação do casamento civil (Hermann, 2018, p. 102).

A religião popular se torna, então, a atração de Juazeiro. De acordo com Della Cava, essas beatas se tornaram as principais propagadoras da religião popular, segundo elas, Deus escolheu Juazeiro para ser o centro onde se converteriam os pecadores e salvaria a humanidade, era passada uma visão apocalíptica da destruição do mundo e chamavam a atenção para a recente queda da Monarquia e a decretação republicana sobre o matrimônio.

O milagre teve uma repercussão significativa, a cobertura da imprensa do Ceará, no entanto, precipitou um conflito eclesástico que abalou a hierarquia da Igreja Católica no Brasil. O bispo do Ceará, Dom Joaquim José Vieira, teve uma reação contida, mas repreendeu padre Cícero por não ter sido comunicado de imediato sobre os fatos extraordinários ocorridos, e recusava-se a aceitar os acontecidos de Juazeiro, julgando que a transformação da hóstia em sangue era falsa. A Igreja tentou de todo modo desmentir o milagre. Padre Cícero foi afastado de suas funções sacerdotais, e a igreja da época acabou não reconhecendo os supostos milagres.

Mesmo punido, tornou-se uma personalidade local bastante relevante, resultado disso foi sua consolidação como uma liderança política de Juazeiro. Aliando-se com outros políticos locais, defendeu a emancipação de Juazeiro, que fora reconhecida politicamente, e a cidade veio a se desligar de Crato. Padre Cícero acabou sendo eleito como primeiro prefeito de Juazeiro em 1911, vindo a assinar um pacto com os coronéis, assegurando proteção e a garantia da permanência da oligarquia Acióli no governo estadual, no qual estaria sendo ameaçado pela política de Hermes da Fonseca. Houve então um movimento popular marcado por milhares de sertanejos, com apoio de coronéis, que vieram a entrar em conflito com a Igreja Católica. Seu poder veio a declinar depois da Revolução de 30.

Uma das maiores demonstrações da resistência sertaneja à opressão foi a Revolta que aconteceu no sertão baiano, em Canudos, com seu líder beato Antônio Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro (que era monarquista, mas que em momento algum atuava politicamente, no sentido de se insurgir contra o regime de republicano). Ele escolhe Canudos como sendo o tranquilo local no qual almeja se recolher junto ao grande número de trabalhadores que já o acompanhava, seguidos por suas famílias (um total de centenas de pessoas), situando-se numa antiga fazenda de criação na qual todos se instalam, em junho de 1893. O beato, como um católico fervoroso, desde sua infância viveu situações que nos ajudam a entender seu misticismo. Filho de uma família de pequenos proprietários que fora perseguida por latifundiários, ganhou fama através de suas pregações, nas quais denunciava as injustiças e profetizava. Ficou conhecido como o construtor de Igrejas e Cemitérios.

Segundo Hermann, Conselheiro acreditava que o objetivo do governo recém instaurado era o extermínio da religião e que a república se baseava em um falso princípio de que o destino do povo era seguir a vontade de Deus, por isso se opunha ao casamento civil.

Os canudenses lutaram contra a república em nome de Deus e para a manutenção de uma ordem na qual aceitavam a sujeição, desde que dentro dos limites de seu universo cultural e no qual a religião era a referência fundamental. Talvez melhor que falar em religião seja falar em religiosidade sertaneja, fruto de um catolicismo popular vulgarizado através de personagens muito próximos e familiares, como foi o caso de Antônio Conselheiro, que agindo como um verdadeiro intermediário cultural, era o tradutor da palavra divina para um grupo de sertanejos em grande parte analfabetos (Hermann, 2018, p. 108).

O atraso social e político afetou principalmente a massa de pobres e oprimidos, e foi um fator que contribuiu pela rápida ascensão dos movimentos messiânicos pela retórica escatológica, pois a religião tornou-se o único refúgio dos sertanejos e, naquelas circunstâncias sociais, era o máximo de consciência possível e nutria o sentimento de revolução. Segundo Bandeira

O ambiente de religiosidade e misticismo favorecia o surgimento de beatos e messias, cujas ações reais, modeladas por uma ética de provação, tendiam chocar-se contra a estrutura de classes da sociedade, tal como aconteceu com Thomas Münzer, que tentou organizar, na Alemanha do século XVI, uma completa comunidade de bens e igualdade total, a antecipar sobre a terra o reino de Deus. Por volta de 1877, ano da grande seca no Nordeste, Antônio Vicente Mendes Maciel, que como Antônio Conselheiro se notabilizaria, já peregrinava pelos sertões, a fazer e a arrastar fiéis por onde passava (Bandeira, 2005, p. 02).

Para os seguidores de Conselheiro, foi dado o termo de “Fanáticos”, os revoltosos, ditos pelo governo e pela imprensa da época. O que mais incomodava seria o fato de certa independência de Canudos, além do

mais, apresentava uma forte frente de combate, sendo preciso a ação de mais de uma expedição para dizimar o arraial, que veio a se enfraquecer devido ao isolamento do resto do país e aos ataques de canhões e metralhadoras das tropas federais. Seu massacre ocorreu em 5 de outubro de 1897, vindo a resistir até o último momento, sem rendição de seus guerrilheiros.

A corrente messiânica teve forte presença na Guerra do Contestado, um conflito ocorrido na fronteira dos estados do Paraná e Santa Catarina, entre os anos de 1912 e 1916, por causa de disputas de terras na região. Monges messiânicos surgiram e formaram comunidades com os sertanejos pobres. Miguel de Lucena de Boaventura, um desertor do Regimento de Cavalaria de Curitiba que ganhou fama de curandeiro e profeta, usava o codinome de José Maria. Maria Isaura Pereira de Queiroz adverte sobre a dificuldade de recuperar a história desses que se diziam monges e profetas deste período, pois vários assumiram a identidade de “o escolhido”. Os membros desse movimento tinham como característica a concepção do fim do mundo, por acreditarem no retorno do Messias/monge após sua morte. Como afirmou Queiroz (1974), os signatários do monge João Maria eram realmente crentes que ele voltaria ao mundo, que ainda teria existido dois José Maria, que se denominavam sucessores de João Maria. Com um bom número de seguidores, instalou-se em Taquaraçu, próximo de Curitiba, e deu início à organização de uma comunidade que misturava preparativos militares e cerimônias religiosas. O monge José Maria, em seus sermões, atacava a República e pregava a volta da Monarquia, chegando a aclamar um imperador no povoado, um fazendeiro rico e analfabeto. Segundo Hermann, José Maria repudiava o regime republicano, pois entendia que a lei do rei era a única legítima, portanto, a verdadeira, e que a lei republicana era uma perversão. José Maria esteve envolvido também na Revolução Federalista. Ainda afirmava ser o “irmão” enviado pelo monge João Maria. Outro monge João Maria, um nome falso, já que ele se chamava Anastás Marcaf. O título de monge não se tratava de concessão da Igreja Católica, ele fazia críticas à Igreja dizendo que era o único que professava a Sagrada Escritura e que os padres desvirtuaram a verdadeira religião.

Aula Performática

Trataremos agora da performance docente, desenvolvida perante os estudos a respeito dos possíveis movimentos messiânicos brasileiro. Vale ressaltar a importância da aula performática, conforme Flávio Teixeira da Cunha relata em sua escrita⁹:

Consideramos que a performance docente tem o potencial de fazer com que a sala de aula se transforme em um espaço que propicie aos alunos e alunas experienciar o passado, de modo a serem sensibilizados por este passado, possibilitando, assim, aprendizagens significativas por parte dos/as estudantes (Teixeira, 2020, p. 10).

Inicialmente, foi apresentada uma explicação introdutória sobre o contexto da Primeira República, bem como o contexto de tais movimentos. Dessa forma, cada movimento foi apresentado utilizando uma metodologia diferente: na Revolta de Juazeiro, houve a utilização de fanzines; a Guerra de Canudos foi apresentada por meio de imagens, numa tentativa de explorar a percepção visual; e na Guerra do Contestado, foi utilizado um cordel, ressaltando também a importância do cordel como patrimônio da cultura popular.

O Movimento Popular de Juazeiro foi trabalhado na atividade performance a partir da perspectiva do fanzine. Esse instrumento didático nada mais é do que uma revista produzida digital ou manualmente a fim de transmitir uma informação de forma interativa e divertida. Na educação, ele pode ser utilizado para repassar o conteúdo através dos recortes e mensagens escritas, cujo intuito foi de levar a história de Padre Cícero e Juazeiro sob o viés da prática do fanzine.

Um total de seis modelos foi criado para retratar essa história. A partir dos recortes feitos, foi explicado o que foi a revolta, como se deu o suposto milagre e como o “santo padre” conseguia tamanho prestígio

9 Performance Docente no Ensino de História. Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Santa Catarina (ProfHistória – UFSC) para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História. Linha de Pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar.

através de artifícios usados por ele para ludibriar a população. Para isso, foram consultados diferentes artigos, sites e blogs que abordam essas percepções sobre esse processo histórico, entre eles, o Atlas Histórico do Brasil¹⁰, do Professor Pedro Ricardo Ricciopo, Lira Neto, e o artigo Juazeiro do Norte/CE: da “cidade do padre Cícero” a “capital da fé”¹¹.

A respeito da Guerra de Canudos, foi explorado, por meio de imagens, um instrumento didático que reforça a percepção visual e que implica na melhoria do ensino para que os educandos tenham a possibilidade de conhecer a diversidade da história, tornando as aulas mais dinâmicas. As imagens foram num total de nove, todas impressas, recortadas e expostas no quadro, seguindo uma ordem de acontecimentos, ou seja, foram apresentadas como um estudo da Guerra de Canudos, desde o contexto até as consequências finais. Durante a pesquisa, as imagens foram retiradas do site Museu da República.

Sobre a Guerra do Contestado, utilizamos “O cordel do contestado”, escrito pelo professor e escritor Gustavo Dourado. O cordel vai descrever a história do acontecido do início ao fim, de maneira rápida, abordando principalmente o papel do líder messiânico José Maria, que estava à frente desse conflito. Sua apresentação, que se deu logo após a mostra de fanzines e imagens relacionadas às demais revoltas, iniciou-se com uma música de fundo para que pudéssemos, de certa forma, chamar atenção da turma. O cordel foi recitado de forma lenta e precisa para que todos pudessem entender o que estava sendo repassado. Ele, em sua grande parte, era composto por rimas, mostrando-se uma forte fonte de informação, na qual o autor busca, a partir de suas pesquisas e de seu ponto de vista, contar os traços marcantes da história de como se deu a revolta do contestado. O foco seria, a partir da leitura do cordel, fazer aflorar a imaginação da turma, a cada acontecimento recitado, cada participação na revolta de uma maneira geral.

A aula foi finalizada com o recitar do poema “Exército Encantado”, que reproduzia a expectativa e a certeza dos caboclos com relação ao

10 Atlas Histórico do Brasil. Site vinculado à Fundação Getúlio Vargas que relaciona a localização geográfica de acontecimentos históricos com documentos originais.

11 O artigo discute a religiosidade como cultura na cidade de Juazeiro do Norte, identificando os aspectos que fizeram do crescimento econômico da cidade e como a fé popular influenciou esse processo.

retorno do monge José Maria. O messianismo, no caso do Contestado, caracterizava-se na crença da ressurreição de José Maria. O poema sintetiza o sentimento de esperança na volta do monge como uma solução para o fim das aflições dos sertanejos.

A aula performance nos trouxe uma série de elementos e metodologias que são possíveis de utilizar na docência, cada qual, com suas possíveis alterações, uma ferramenta capaz de trazer novas experiências, tornando os ensinamentos históricos, assim como outros, mais compreensíveis e acessíveis. Teríamos ao nosso alcance mediações didáticas necessárias, fazendo com que os conteúdos escolares passem a ser mais ensináveis, fugindo um pouco do tradicional, fazendo com que os estudantes assimilem mais os processos históricos, nos quais possam a vir incorporar e refletir os ensinamentos. De acordo com Teixeira: “É uma ferramenta à disposição do(a) professor(a) de qualquer área do conhecimento, cujo potencial de motivação e sensibilização de estudantes é enorme, em especial na disciplina de História” (Teixeira, 2020, p. 28).

Por se tratar de uma matéria que envolve muitas figuras importantes, com seus feitos que ficaram marcados na história, a realização de uma aula performática tem grande valor, pois apresenta variedades de materiais que podemos utilizar, como o uso de imagens, personalização e encenação de personagens históricos, debates, jogos, indo muito mais além, como o próprio uso da imaginação, entre outras diversas formas.

A aula performática proporcionou as várias possibilidades de atuar dentro de sala de aula, uma visão ampla para ensinar e trazer o conteúdo de uma forma criativa e lúdica, com o objetivo de tornar a aula mais interessante para o aluno. Nossa intenção, ao trazer os cartazes e fanzines como recursos pedagógicos, é que essa tecnologia favorece a aprendizagem. As devolutivas dos colegas sobre a aula foram, de certo modo, proveitosas, em que podemos perceber que os assuntos abordados e os métodos foram bem recebidos e trabalhados em conjunto de forma eficaz. Ademais, as atividades não eram complexas, quanto mais simples, maior aproveitamento e interatividade.

Considerações Finais

A produção desse artigo é resultado das avaliações propostas da disciplina História do Brasil III (República), do curso de História, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, a partir da discussão em sala do texto da Unidade I – A decadência do Império e a transição para a República Uma nova ordem, Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado, de Jacqueline Hermann, e a construção e planejamento de uma aula performática sobre a mesma temática no ensino de História. Houve a aplicação em sala de aula de uma metodologia lúdica através dos recursos visuais e na recitação, como parte da performance.

Como vimos, com a instauração da ordem republicana, as camadas mais pobres e isoladas da população brasileira, atingidas pela miséria e pela fome, como forma de organização, encontraram na religião popular uma maneira de se posicionarem contra a nova ordem. Podemos perceber também o distanciamento dos líderes eclesiásticos da Igreja católica com esses povos, que acabou dando uma margem para que a então religião popular viesse a florescer, um povo de muita fé, que precisava de alguém em que confiasse e que lutasse por aquilo em que acreditavam, chegando até mesmo a defender a manutenção da Monarquia. Esses eventos de caráter político-religioso, embora tenham acontecido em regiões distintas, tiveram suas aproximações no que tange à operacionalização da fé num momento de crise social e política.

Referências

BANDEIRA, L. A. M. O sentido social e o contexto político da guerra de Canudos. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 50, Ano V, 2005.

CUNHA, D. T. da. *Performance Docente no Ensino de História*. 2020. 111f. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

DELLA CAVA, R. Messianismo Brasileiro e Instituições Nacionais: Uma Reavaliação de Canudos e Juazeiro. *Revista Ciências Sociais*, v. VI, n. 1 e 2, 1975.

DELLA CAVA, R. *Milagre em Joazeiro*. Tradução: Maria Yedda Linhares. Companhia das Letras, 1970.

FACÓ, R. *Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas*. Editora Civilização Brasileira, 4 edição, 1976.

HERMANN, J. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, J.; NEVES, L. de A. (Orgs.). *O tempo do liberalismo oligárquico*. 10ª edição revista. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Primeira República (1889-1930). Coleção O Brasil Republicano. Volume 1. Rio de Janeiro. 2018, p 111-152.

JUAZEIRO, Canudos e Contestado. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/96092296/Juazeiro-Canudos-e-Contestado>. Acesso em: 07 out. 2023.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo, Dominus/Edusp, 1965. 2ª edição: Alfa-Ômega, 1976.

REVOLTAS na República Velha. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/rebelioes-na-republica-velha.htm>. Acesso em: 07 out. 2023.

7

CONHECENDO O MST ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO: RELATO DE UMA AULA SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Samyr Silveira Dourado¹
Suellen Maria Félix da Silva²

Introdução

Este trabalho tem como objetivo expor a caminhada da Equipe 7³, anunciando a construção do saber histórico relativo à temática das lutas agrárias e o nascimento e a consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), necessários para o planejamento e para a aplicação de uma aula performance, desafio proposto pelo professor Dr. Carlos Augusto P. dos Santos⁴, necessário para a conclusão da dis-

1 Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.

2 Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.

3 A Equipe 7 foi composta pelos seguintes alunos: Abelardo Araújo, Pennen de Castro, Suellen Maria, Samyr Dourado e Matheus Ferreira.

4 Graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2015). Graduação em Estudo Sociais pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (1990), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (2000) e doutorado em HISTÓRIA DO NORTE E NORDESTE DO BRASIL pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE (2008), pós-doutorado em Estudos Culturais do Programa Avançado de Cultura Contemporânea PACC/UFRJ (2016). Atualmente é professor adjunto - Nível K, da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.

ciplina História do Brasil III do curso de licenciatura em História na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

A disciplina tem como um de seus objetivos analisar as produções historiográficas que discutem a transição do Império à República, alongando o debate até o golpe civil-militar de 1964. A partir desse recorte temporal, a metodologia aplicada pelo professor divide esse gigantesco tempo em tópicos diversos com temas variados que vão do futebol e samba até a vida privada e lutas pela terra, que permitem a compreensão e análise mais profunda da história do Brasil.

Dessa forma, os discentes foram divididos em sete equipes, que ficariam encarregados por um texto escolhido e disponibilizado pelo professor, no qual cada equipe deveria mediar em sala de aula o debate referente ao tema do texto em que ficou responsável. Dessa equipe⁵, surgiu outra divisão: três membros tiveram a responsabilidade de montar uma aula performance que tivesse relação com a temática do texto, e os outros dois membros restantes ficaram com a incumbência de escrever a experiência da construção da aula performance.

A equipe 7, que terá aqui seu relato manifestado, ficou com a tarefa de debater o artigo “*A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente*”: uma história do MST, escrita pela Profa. Dra. Adelaide Gonçalves (UFC), que se encontra organizado na coleção *O Brasil Republicano* volume 5.⁶

Assim, discorreremos sobre a construção do saber histórico necessário para a elaboração da aula performance, que será apresentada no tópico final deste texto.

A construção do saber histórico

O ponto de partida para essa construção se deu pela leitura e análise do artigo “*A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente*”: uma história do

5 Falaremos aqui somente sobre a divisão feita na equipe 7, já que outras equipes possuem número diferentes de membros e as divisões são feitas de modo dissemelhante.

6 GONÇALVES, Adelaide. “*A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente*”: uma história do MST. In *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)* / organização Jorge Ferreira, Lucilia de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MST. Na sua escrita, a autora inicia trazendo em evidência a violência extrema dos latifundiários para com campesinato sem-terra nos anos de 1960, resultando assim na necessidade de organização desses sujeitos e na criação das Ligas Camponesas. Dessa forma, Gonçalves (2018, p.261) expõe:

É nesta moldura de miséria e violência que se inicia o trabalho de organização das Ligas Camponesas. Com “pa-ciência e obstinação”, vários foram os caminhos. Desde a “conversa embaixo do ‘pé de pau’, na casa de farinha, no meio do caminho, na feira, na missa, no terço, no enterro, na briga de galo, no eito, na palha da cana”, passando à leitura do Boletim “escrito em linguagem singela, em tom evangélico” ao lado do Guia, do ABC dos Camponeses, do Recado da Roça, da Cartilha dos Direitos, da Carta de Alforria, meios que “a experiência indica e a imaginação sugere”, ativando os verbos da luta camponesa: despertar, atrair, unir, organizar.

Nesse aspecto, podemos pensar que a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está intrínseca ao surgimento das Ligas Camponesas, reivindicando as histórias e as memórias das lutas populares do final do século XX em uma conjuntura do período da ditadura civil-militar, que ficou marcada pela expulsão de muitas famílias trabalhadoras do campo em virtude da monocultura da soja e do avanço do capitalismo abrindo assim uma temporada de aumento de violência e das lutas de terra no Brasil (Gonçalves, 2018, p. 265).

Stédile *et al.* (1999, p. 52) colocam, como origem do MST, o encontro que aconteceu em janeiro de 1984 em Cascavel, no Paraná, em que se reuniram militantes de vários estados como a “fundação e organização de um movimento de camponeses Sem Terra, de caráter nacional, que iria se articular para lutar por terra e pela reforma agrária”.

Gonçalves (2018, p. 269) prossegue narrando a história do MST. Este já consolidado, ela apresenta um alternativa para se ler e analisar o movimento, a qual parte pela observação dos congressos realizados entre os anos de 1985 a 2015, gerando fontes como cadernos preparatórios, documentos de debates, entre outros, tornando possível a análise da

conjuntura política, social e cultural dos diferentes períodos históricos no qual o movimento se fez presente.

O extenso artigo continua sua análise focando nos aliados da luta agrária como Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Cristianismo da Libertação. O texto entra em uma marcha mais pesada emocionalmente e carregada sentimentalmente quando trata da violência exercida sobre o campesinato, tanto pelas forças privadas quanto estatais, explicitando detalhadamente os massacres de 17 de abril em 1996 em Eldorado do Carajás, no Pará, que resultou na morte de 19 trabalhadores sem-terra, e em 2017, em Pau D'Arco, que vitimou 10 trabalhadores sem-terra (Gonçalves, 2018. p. 282-3).

O texto finaliza com o tópico *A Pedagogia da Terra* compreendendo a alfabetização como uma luta do direito ao conhecimento e expressando na perspectiva de um movimento popular os compromissos solidários com essa ação, focando na construção de um sem-terra alfabetizado, politizado e presente na luta de um novo projeto de sociedade (Gonçalves, 2018. p. 289-93).

Aqui deveremos focar nossa atenção, pois devemos perceber os assentamentos dos sem-terra como um território conquistado. Logo, a educação nesses espaços se torna indispensável para o sujeito sem-terra se compreender como um sujeito político ativo.

Em julho de 1987, é realizado o 1º Encontro Nacional de Professores de Assentamento, em São Mateus, no Espírito Santo, dando assim o pontapé para as políticas educacionais do MST, que foram aprovadas ações de decisão de lutar por escolas; o modo de ativar esta luta por direitos; a constituição de equipes de educação; a reflexão sobre o método de educação popular; o debate sobre a escola que interessa aos sem-terra (Gonçalves, 2018, p. 291).

Trazendo o debate para o tempo presente, Gonçalves (2018, p. 293) enfatiza o papel que recai sobre a educação nos assentamentos do MST, problematizando o papel da educação no processo de construção/reconstrução da identidade cultural do MST, tendo em vista que a dimensão cultural é colocada como o cimento cotidiano das lutas de resistências. Dessa maneira, Gonçalves (2018, p. 294) conclui:

[..] as escolas, os cursos de formação, se constituem em espaços de vivência da cultura, entendida também como força material das ideias expressas “na comunicação, na arte, na criação, no cultivo dos valores, no estudo da própria história do grupo, na festa, no convívio comunitário como antídoto ao individualismo”, no direito à cultura e à memória, na criação de uma cultura de mudança, tendo “o passado como referência, o presente como vivência e antecipação do futuro, nosso projeto utópico, nosso horizonte”.

Através da leitura do texto e dos apontamentos feitos, a equipe, já estimulada e direcionada, acabou se tornando capaz de dialogar e delimitar o que seria o foco na aula performática.

Desafios na construção de uma Aula Performance

Situados na temática tanto metodológica quanto conteudista, manifestaram-se na equipe dois questionamentos: O que é uma aula performance? O que iremos trabalhar nessa aula?

Para responder a primeira problemática, que acreditamos ter sido universal quando a proposta veio à tona, utilizaremos da dissertação de Flavio Teixeira da Cunha intitulada *Performance Docente no Ensino de História* (2020). Vimos que o sentido de “performance” está estreitamente ligado ao teatro. Performar, então, seria trazer elementos corpóreos ou não em auxílio imersivo dos alunos. Dessa forma, o autor traz Rachel (2013) para pensar o professor em uma situação performática, no qual propõe

[...] pensar no professor inventivo que efetua seu ofício como uma arte (técnica) fascinante e encanta os estudantes de maneira a convencê-los de que estão diante de um artista – um artista do conhecimento, um artista da oratória, um artista carismático – em contraposição à figura sisuda e autoritária que muitos esperam encontrar em sala de aula (Rachel, 2013, p. 12 apud Cunha, 2020, p. 33).

Em discussão teórica sobre a performance docente como possibilidade de ensino de história, Cunha (2020) traz a concepção elaborada por Marchi (2010), em que discute as contribuições do teatro como gerador de situações de aprendizado, com potencial de sensibilizar os estudantes apresentando um novo olhar sobre determinado momento histórico (Cunha, 2020, p. 33).

A sensibilidade que a performance cria sobre determinado fato histórico deve ser geradora de empatia. Cunha (2020) traz uma discussão sobre o conceito de “empatia”, mas aqui só iremos alavancar o conceito utilizado por Andrade *et al.* (2011, p. 261 *apud* Cunha, 2020, p. 39), que coloca a empatia como “a capacidade de um sujeito se colocar no lugar de outro, de tentar pensar e ver o mundo com outros olhos, outras mentalidades, ainda que esses sujeitos sejam separados por longo período temporal”. Dessa forma, a empatia se torna essencial para que os discentes encontrem significância naquilo que lhe toca, permitindo uma amplificação de sua consciência histórica, tanto espacial quanto temporal (Cunha, 2020, p. 39).

Portanto, pensando a performance docente como um gerador de empatia, logo de uma consciência histórica, o autor conclui:

[...] pensar a performance docente enquanto ferramenta de transformação do espaço da sala de aula, é pensar o ensino de História de forma dinâmica e inovadora. Performar a sala de aula é, portanto, uma forma de extrapolar o conceito tradicional e positivista de pensar o processo de ensino e aprendizagem e a transmissão do conhecimento histórico, que estão além da racionalização. Envolve o emocional, a sensibilidade, o lúdico, em que a performatização de um tema, associado a outros elementos que envolvem a dramatização, com a utilização de imagens, cenas de documentários, sons e música, auxiliam na (re) composição e ressignificação daquele recorte do passado, de uma forma estética cujo potencial é de ampliar possíveis interpretações, possibilitando aprendizagens significativas por parte dos/as estudantes (Cunha, 2020, p. 44).

A Mística e a Aula

Pensando uma performance que aflore empatia, optamos por realizar uma mística na sala de aula como forma de aproximar o ouvinte das ações coletivas do MST. O momento torna-se necessário para conhecer o movimento em suas determinadas práticas e que, de certa forma, explicam sua vigência ao longo desses anos. A aula foi realizada no dia 28 de novembro de 2023, às 19 horas, no Centro de Ciências Humanas.

De primeiro momento, a *mística* se torna um ponto de debate entre os colegas e membros do grupo, pois sua designação conceitual se torna laboriosa, abrangendo aquilo que para alguém de fora da luta é visto como insólito, pois no senso comum a palavra nos traz uma ideia ritualística. Para Gonçalves (2018, p. 285), a mística é conteúdo da memória social ativando o compromisso de luta no tempo presente e expressando os valores nos ritos, nos lugares sociais, nos símbolos e nas consignas de convocação e evocação da memória dos lutadores sociais.

Enriquecendo o debate em torno do tema, a leitura do artigo de Christine Chaves, *Rituais da Mística. A mística do MST e as aporias da ação coletiva*, publicado em 2022, nos apresenta desdobramentos e implicações do uso dessa categoria como ferramenta organizativa e de ação política. Aqui a mística é colocada como uma cerimônia que desempenha fortes funções políticas e organizativas. Mais precisamente, a mística do MST é:

[...] a) uma qualidade ou valor; b) uma prática ritual; c) um “princípio organizativo” e c) um “método de trabalho de base”. Em suas múltiplas dimensões, como veremos, a mística é veículo e expressão da cosmologia do MST, desempenhando papel político fulcral na articulação de suas instâncias organizativas e na propulsão da ação coletiva sem-terra (Chaves, 2022, p. 3).

O texto discorre analisando as místicas apresentadas no VI Congresso Nacional do MST, que aconteceu em Brasília, em fevereiro de 2014, que contou com a presença de 15 mil delegados vindos de 23 estados.

Na abertura do evento, foi efetuada uma mística que englobou diferentes dimensões artísticas e culturais, como cenas pintadas e interpretadas que evocam o passado de luta do povo sem-terra. Podemos pensar então que mística não está só presente no assentamento, está também no discurso caloroso dos militantes mais experientes em um intuito motivacional. Nota-se que ela está presente nos atos de produção cultural, envolvendo diversas camadas materiais e imateriais, nas músicas, pinturas, teatro e discursos.

No MST, antes de iniciar qualquer atividade, acontece o momento de mística. A mística pode assumir caráter motivacional, festivo, épico, dramático, de revolta, tudo vai depender de qual atividade vai ser realizada posterior à mística. Nela, os sem-terra também encontram coragem, conforto, alegria, pertencimento e fé. Consciente da importância desse momento no dia a dia dos sem-terra, iniciamos a aula, também, com um momento de mística.

No chão da sala, foram postos uma arupemba, galhos, fotos de símbolos e mártires da terra organizados em formato de cruz. No centro da cruz foi posta a arupemba e, dentro dela, uma louça de barro, grãos de arroz e feijão e um boné oficial do MST. Aqui temos símbolos que retratam o trabalho e a vida no campo, lembrando inclusive do papel do MST na produção de arroz, sendo o maior produtor de arroz orgânico da América Latina há mais de uma década (Medeiros, 2023). As linhas que formam a cruz foram feitas com fotografias: no início da linha direita temos a bandeira do movimento dos sem-terra e no início da linha esquerda temos uma fotografia de J. R. Ripper, do enterro das 21 vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996.

Figura 11 - Mística do MST apresentada em sala de aula. 2023



Foto: Andressa Aragão.

O restante das linhas foi feita com fotografias de Margarida Alves, Irmã Dorothy, Padre Josimo, João Pedro Teixeira, Benedito Tonho, Padre Ramim e Nazaré Flor, lideranças que contribuíram e marcaram a luta pela terra e que, em sua grande maioria, teve a vida ceifada, tornando-se assim mártires da luta pela reforma agrária. Essa foi a parte visual que inicialmente prendeu a atenção dos estudantes.

Para iniciar a mística, as luzes foram apagadas forçando a apuração de outros sentidos. O integrante Pennen de Castro⁷ começou pedindo para os estudantes pensarem nas pessoas que lutaram/lutam para que cada um presente na sala tenha chegado onde está e que possa continuar ali. Explicou o que a mística representa e sobre a relação do MST com a terra e a educação. Enquanto isso, uma das integrantes passou óleo de gerânio no dorso das mãos dos estudantes para despertar o olfato e melhorar a imersão do momento. Ao acender das luzes a canção “Cio da Terra”⁸, interpretada por Milton Nascimento e Chico Buarque, foi

7 Dos integrantes da equipe, Pennen Castro foi o único que teve vivência em assentamentos da região norte do Ceará.

8 Letra da música: Debulhar o trigo/Recolher cada bago do trigo/Forjar no trigo o milagre do pão/E se fartar de pão. Decepar a cana/Recolher a garapa da cana/roubar da cana a doçura do mel/Se lambuzar de mel. Afagar a terra/Conhecer os desejos da terra/Cio da terra propícia estação/E fecundar o chão.

reproduzida finalizando o momento de imersão. Essa foi a tentativa de fazer sentir e entender, em algum grau, a importância desse momento como pontapé para as atividades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Seguindo a aula, Abelardo Araújo introduziu a história do MST para a turma, passando por todo o percurso histórico, desde a formação das Ligas Camponesas da década de 1960, alargando-se à Comissão Pastoral da Terra até os congressos que viriam a formar o MST, expondo de maneira tímida as formas de organização e a influência da religião. Posteriormente, alonga-se sobre as violências sofridas pelos trabalhadores rurais por parte da União Democrática Ruralista (UDR). Nesse contexto, ele cita a irmã Dorothy e o padre Pedro Casaldáliga, dois ativistas importantes para a história e conquistas dos movimentos de luta pela terra.

Depois de feita a contextualização, Matheus Ferreira introduziu sua fala sobre a pedagogia da terra. Ele iniciou evocando memórias de relatos dado nas aulas da professora Viviane Prado Bezerra⁹ sobre a mística evocada no momento anterior às aulas no assentamento, durante a experiência desta no ensino do campo, e ressaltando o seu valor educacional. Dando sequência, foi elaborada uma caminhada histórica sobre a educação no MST, perpassando pelo 1º Encontro Nacional de Professores de Assentamento em 1987, no Espírito Santo, servindo como ponto de partida para as políticas de educação do MST. Em seguida, continuando a narrativa, dissertou-se sobre o Curso de Monitores, que ocorreu em 1991 no Assentamento Conquista da Fronteira, em Hulha Negra-RS, que trouxe para os ouvintes trechos da palestra de Paulo Freire, os quais servem de reflexão em torno da Pedagogia da Terra.

Suellen Maria, no momento final da aula, levantou a atenção para os mártires da terra, tópico sensível e pertinente no MST e que sempre está presente nas místicas. Este tema se torna necessário para se ter a dimensão da violência sofrida pelos trabalhadores sem-terra e entender ainda mais as formas de organização e de luta. O objetivo de sua fala foi levantar os nomes daqueles que tiveram suas vidas ceifadas nas lutas pela terra. Na sua fala, realçou os nomes daqueles que fizeram parte da luta pela

9 Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú. UVA. Sobral-CE.

terra, como Margarida Maria Alves, assassinada em agosto de 1983 na porta de casa, a tiros. Ela era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. No decorrer de seu discurso, ela citou nomes como irmã Dorothy, Benedito Tonho, Padre Rami, Padre Josimo, João Pedro Teixeira e Nazaré Flor, bem como a história de suas respectivas mortes. Finalizando sua fala, citou o nome dos 21 trabalhadores mortos no massacre de Eldorado do Carajás, em 17 de abril de 1996.

Com o intuito de afastar as estatísticas e os números das mortes e avivar seus nomes, esse método aflora a sensibilidade e empatia dos estudantes para com a luta dos sem-terra. E aqui não podemos deixar de citá-los, lembrando mais uma vez do nome daqueles que morreram por lutarem pelos seus direitos e pelo justo uso da terra. São eles: Abílio Alves Rabelo, Antônio Alves Rabelo, Altamiro Ricardo da Silva, Amancio dos Santos Silva, Antônio Alves da Cruz, Antônio Costa Dias, Graciano Olímpio de Souza, João Carneiro da Silva, João Pereira, João Rodrigues Araújo, Joaquim Pereira Veras, José Alves da Silva, José Pereira, José Ribamar Alves de Souza, Leonardo Batista de Almeida, Lourival da Costa Santana, Manoel Gomes de Souza, Oziel Alves Pereira, Raimundo Lopes Pereira, Robson Vitor Sobrinho, Valdemir Ferreira da Silva.¹⁰

No decorrer da aula, alguns debates que não caberiam neste artigo foram alavancados, como a semelhança da luta dos sem-terra como a luta indígena, os conflitos dentro dos próprios assentamentos, a presença de outras religiões que não a católica e a noção de se reconhecer uma sem-terra ou um indígena. Debates importantes e temas pertinentes, porém, a discussão não cabe ao presente artigo e se encerram por aqui.

Considerações Finais

De fato, podemos compreender que a história do Brasil está intrínseca com as lutas pela terra, desde os povos indígenas, com a chegada dos portugueses, até os dias de hoje com o MST. No decorrer de pesquisa e leituras, tivemos a possibilidade de nos debruçar sobre a singularidade da Pedagogia da Terra e os efeitos afetivos e educacionais da mística.

10 Nomes tirados do texto “17 de Abril: um golpe marcado para o dia do massacre de Eldorado dos Carajás”, de Alceu Luís Castilho, na página do Instituto Humanista Unisinos.

Pautamos em elaborar a aula como uma mística, em que sempre o percurso das lutas de terra e o nome daqueles que já se foram nessa luta fossem engrandecidos. Gerou-se, através dessa performance, tanto material e imaterial, a empatia necessária para aproximar o ouvinte do tema e da luta.

Assim, podemos ver que a metodologia implementada pela aula performática é eficaz, uma vez que resultou no levantamento de debates, questionamentos e narrativas que vão dando mais ênfase, vivacidade e empatia a respeito da história do MST e, conseqüentemente, do Brasil.

Referências

CASTILHO, A. L. *17 de Abril: um golpe marcado para o dia do massacre de Eldorado dos Carajás*. Instituto Humanista Unisinos, 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/185-noticias-2016/553608-17-de-abril-um-golpe-marcado-para-o-dia-do-massacre-de-eldorado-dos-carajas>. Acesso em: 11 jun. 2023.

CHAVES, C. Rituais da Mística. A mística do MST e as aporias da ação coletiva. São Paulo: *Revista de Antropologia*, 2022.

CUNHA, F. T. da. *Performance docente no ensino de História*. Florianópolis: Repositório institucional da UFSC, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/226774?show=full&shem=ss-wnst>. Acesso em: 14 out. 2023.

FURTADO, Lays. *17 de Abril: Marco da Luta Camponesa após 26 anos do Massacre de Eldorado do Carajás*. Página do MST, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/04/17/17-de-abril-marco-da-luta-camponesa-apos-26-anos-do-massacre-de-eldorado-do-carajas/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

GONÇALVES, A. A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente: uma história do MST. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MEDEIROS, C. de. *MST reúne 4 mil pessoas para celebrar a maior produção de arroz orgânico da América Latina*. Página do MST, 2023.

Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/17/mst-reune-4-mil-pessoas-para-celebrar-a-maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PAIXÃO, M. *Conheça Margarida Alves, símbolo da luta das trabalhadoras do campo por direitos*. Brasil de Fato, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/12/conheca-margarida-alves-simbolo-da-luta-por-direitos-para-as-trabalhadoras-do-campo/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SALES, C. de M. V. *Criações Coletivas da Juventude no Campo Político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST*. Fortaleza, 2003. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?user=K4Qy14YA-AAJ&hl=pt-BR>. Acesso em: 22 mar. 2023.

8

“ELE ACHAVA QUE TINHA QUE SER PELA VIA PACÍFICA E EU, PELA LUTA ARMADA, NA LEI OU NA MARRA”: LIGAS CAMPONESAS, GÊNERO E O ENSINO DE HISTÓRIA

Nicole Santana de Freitas¹
Ryan Farias Jorge²

Introdução

Durante o semestre letivo de 2023.2, na disciplina de História do Brasil III, ministrada pelo Prof. Dr. Carlos Augusto Pereira dos Santos, professor adjunto do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú, os alunos do oitavo período se organizaram em 7 equipes de 4 pessoas e foram sorteadas diferentes temáticas em torno da História do Brasil República. A equipe em questão, composta por Francisca Vitoria de Lima Marques, Lara Aragão Mendes, Nicole Santana de Freitas e Ryan Farias Jorge, deteve-se a analisar o capítulo 9 do livro *“O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática:*

1 Graduanda em História/Licenciatura na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Sobral-CE. E-mail: nicolesantanafreitasmundah@gmail.com.

2 Graduando em m História/Licenciatura na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Sobral-CE. E-mail: ryanjorgefarias@gmail.com.

Da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (2019)”³, de Jorge Ferreira e Lucília Delgado, que consiste nas considerações do professor da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), Dr. Antônio Torres Montenegro, que construiu o capítulo intitulado “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempos de revolução”, que aborda a temática das questões dos trabalhadores rurais no contexto pré-ditadura de 1964.

O texto base fundamenta as duas etapas das atividades. A primeira delas consiste em uma exposição do texto, que de modo a se suceder acaba por torna-se um debate sobre a temática. A ideia é que a equipe pontue os principais temas do texto e leve para discussão em sala, contando com o diálogo com o professor e com os demais colegas. Para a organização desta etapa, a equipe fez um grupo no *WhatsApp*, onde pôde tanto compartilhar o texto, também disponível no grupo da disciplina, quanto direcionar as falas para a explanação. Durante a apresentação, houve ricas interações entre a equipe e o professor, o que contribuiu diretamente para a melhor assimilação do conteúdo, como também dos entrelaces das falas da própria equipe, quando um membro contribuía para a fala de outro conforme um outro olhar ou um olhar complementar. Assim, a primeira fase foi construída de modo satisfatório e proveitoso à equipe e aos demais.

A segunda etapa foi proposta como uma “aula performática”, na qual o professor destinou uma aula para apresentar propostas didáticas e performances através da dissertação de Flávio Teixeira da Cunha, intitulada de *Performance Docente no Ensino de História* (2020). A partir dos debates guiados pelo texto, a equipe teve a ideia de utilizar as fontes audiovisuais e, mais especificamente, no gênero documentário sobre o tema, graças à existência de inúmeras possibilidades de abordagem. Isso se deu devido às pluralidades do uso das fontes e do ensino de história e inspirados nas proposições de Cunha: performar, indumentar, fantasiar (no sentido de assumir o papel de um personagem), além de utilizar outras fontes, como imagens, música etc. No caso, a escolha dos documentários se deu pela possibilidade de os alunos terem acesso a outras fontes, como jornais, fotografias, entrevistas, músicas etc. A fonte

3 O livro em questão é o terceiro tomo da Coleção Brasil Republicano composta de 7 volumes e aborda temáticas relacionadas ao Brasil no período de 1945 a 1964.

agrupa outras fontes e amplia o contato do aluno. O primeiro documentário é *Francisco Julião: Na lei ou na marra*⁴ e o segundo é *Memórias Clandestinas*⁵. Ambos se voltam a retratar a figura dos líderes das Ligas Camponesas de Pernambuco na década de 1950 e 1960.

O debate: trabalhadores rurais de Pernambuco

Durante o debate em sala de aula sobre o texto *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*, do historiador Antônio Torres Montenegro, eram pertinentes as falas sobre trabalhadores rurais e em como a associação organizada por eles foi ganhando visibilidade na sociedade. Depois de anos de exploração e privação de direitos, buscavam o mínimo de dignidade para que não morressem como indigentes, já que não havia uma preocupação dos proprietários do engenho em relação à morte de seus trabalhadores. Esse tema foi discutido durante toda a aula, em que outras temáticas foram surgindo, como as Ligas Camponesas, sobre o movimento sendo denominado comunista, e outros assuntos relacionados ao texto base.

Tratou-se também de figuras importantes para o movimento dos trabalhadores rurais, por exemplo, Francisco Julião, deputado que atuou como defensor desses trabalhadores e que se dedicou para que direitos fossem dados a eles. A presença de Julião nesse meio iniciou quando os trabalhadores precisaram procurar apoio político para que tivessem mais visibilidade em seus interesses, cujo mínimo de direitos era negado a eles constantemente. Desde quando foi procurado pelos moradores de Galileia, Julião, em nenhum momento, deixou de apoiar sua causa, e com seus privilégios enquanto advogado e deputado estadual, levou as demandas dos trabalhadores para Assembleia Legislativa. Desde sempre, posicionou-se para defender e tomar providências em prol dos moradores de Galileia. Em palavras do próprio Julião: “Eu os defenderei. Sou um deputado. O Estado me paga. Vocês não terão de me pagar coisa alguma” (Page, 1972, p. 54 apud Montenegro, 2019, p. 225).

4 Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/videos/francisco-juliao-na-lei-ou-na-marra>. Acesso em: 04 out. 2023.

5 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iaXDBoslmCY>. Acesso em: 04 out. 2023.

A presença do deputado, tanto em debates quanto em manifestações, marcou o movimento, que ganhou notoriedade e comoção em grande escala. Um fato curioso sobre Julião, que foi colocado em debate na sala de aula, foi o fato de Francisco Julião ser filho e neto de donos de engenho, o que despertou a curiosidade entre os colegas, pelo fato de o deputado ter em seu histórico familiar pessoas na qual ele lutaria contra no futuro. Em trecho do documentário “Francisco Julião: na lei ou na marra”, são colocadas essas informações, entre outras ditas pelo próprio Julião, ao citar que sua relação com os rurícolas se deu início desde seu nascimento, quando uma mulher negra da fazenda onde ele nasceu foi quem lhe amamentou, e cita que a coisa não começou pela cabeça, e sim pelo coração. Referia-se à luta pela reforma e revolução como algo predestinado a ele.⁶

A imprensa denomina a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) como um movimento comunista, mudando mais tarde seu nome para “Ligas Camponesas”. Isso aconteceu pelo fato de a SAPPP ter sido fundada por militantes apoiadores do comunismo, e por mais que essa influência tenha existido, consta que a movimentação por parte dos trabalhadores rurais em busca de direitos e mudanças, nesse período, receberia denominação comunista, visto que a ameaça comunista assombrava os políticos que temiam uma dominação não apenas no mundo rural, como também na sociedade como um todo. Acontece que, enquanto para os trabalhadores rurais, o avanço da SAPPP e das mobilizações foram se tornando mais fortes, para outra parcela da sociedade, como os governantes. Isso representava uma ameaça ao poder, sem qualquer canal de negociação. Antonio Torres Montenegro afirma no trecho as diferentes perspectivas das resistências:

A organização dos moradores foreiros de Galileia torna-se, nos últimos anos da década de 1950, um símbolo de resistência para uma parcela da sociedade, enquanto para outros representa o avanço do comunismo e a ruptura da pax agrária Montenegro, 2019, p. 228.

6 Trecho retirado do documentário “Francisco Julião: na lei ou na marra”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JnufwYm_Dk0&t=1078s. Acesso em: 22 out. 2023.

Detalhes desse período vão sendo destacados no texto, trazendo reflexões acerca desses sindicatos, os quais podemos refletir sobre eles nas nossas cidades. Os trabalhadores rurais do Engenho Galileia tiveram um papel primordial em relação às reivindicações, e são exemplo para que, em outras cidades, os trabalhadores também se organizassem em busca de seus direitos. Durante o debate na sala de aula, colegas citaram sobre os sindicatos de trabalhadores rurais das suas cidades, usando exemplos de como funcionam e de como eles se organizam. Os relatos serviram para que reflexões acerca dessa temática fossem colocadas em pauta, e questões como as revoluções dos trabalhadores rurais ainda acontecem de forma vigente, ou seja, essas lutas, que começaram pelos trabalhadores na SAPPP e nas sociedades que se formaram nesse período, ainda continuam acontecendo por motivos semelhantes aos dos trabalhadores rurais do Engenho Galileia.

Um exemplo que se pode considerar semelhante ou influenciado pela SAPPP é o MST, um movimento social que busca com os trabalhadores a conquista da Reforma Agrária, temática que foi debatida por Francisco Julião no período em que ele defendia e lutava por uma reforma agrária que daria a essas pessoas o mínimo para viver. Apesar disso, esses movimentos, que tinham como finalidade dar direitos aos trabalhadores, não eram bem vistos pelos latifundiários, que acabavam perdendo seus trabalhadores e acabavam tendo ações cruéis em relação a isso, pois são incontáveis os números de pessoas que eram associados a essas sociedades e que foram mortas por pistoleiros contratados pelos proprietários das terras.

Os movimentos que aconteceram no final dos anos 1950, em que Julião mobilizou milhares de pessoas para participar do 1º Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores, deu início a um clima de ameaça e violência na região dos engenhos. As disputas políticas desempenharam um papel crucial nesse período. Diante de muitos acontecimentos, os trabalhadores rurais estiveram presentes em mobilizações, na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal de Pernambuco, na imprensa e nos meios de comunicação nacional. Em meio aos processos de despejo dos moradores de Galileia pelo proprietário, matérias publicadas no jornal *Diário da Manhã*, pelo jornalista Antonio Callado, vão movimentando os desfechos dessas ações jurídicas, e o jornalista e

Francisco Julião acabam sendo alvos do proprietário do engenho, argumentando que suas ações estavam incentivando os foreiros a não obedecerem a ordem de despejo. Ao sair na imprensa sobre as movimentações dos processos, acontece o apoio de figuras políticas a Julião e Callado em meio aos debates.

A imprensa, ao divulgar amplamente o fato, provoca indignação em parcela significativa da Câmara Federal, e mais de cem parlamentares federais assinam uma moção de apoio a Callado (1969, p. 156). A ação contra o jornalista e o deputado deixa de ser tema estadual ou regional e torna-se nacional. Em última instância, estão em debate a reforma agrária e a necessidade de institucionalização de outras relações sociais no meio rural (Montenegro, 2019, p. 229).

Em relação aos despechos que levaram os processos de desapropriação das terras, não demorou para que críticas fossem direcionadas ao governo, por ter dado aos trabalhadores rurais algo que, depois de muita luta, foi conquistado por eles e seus apoiadores. Essas pessoas sequer eram consideradas trabalhadores, visto que, para os proprietários, eles não tinham direitos que os trabalhadores realmente tinham em indústrias. Nesse período, eles eram “colaboradores”, “foreiros”, “moradores”, eram tudo, menos trabalhadores, pois não tinham os direitos que deveriam, e não demorou a que suas conquistas fossem mal vistas por uma parcela dos setores econômicos e políticos contrários às esquerdas apoiadoras dos trabalhadores. Para essas pessoas, o trabalhador rural conseguir algo que favorecia ele, era julgado por eles como uma perda.

Dessa forma, foram feitos projetos para favorecer os trabalhadores rurais. Nomeada como Operação Nordeste, aprovada pelo governo federal após intensas negociações, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)⁷, com a finalidade de industrializar essa parte do país que era pouco favorecida. Não levou muito

7 Segundo Montenegro, para compensar as críticas e para se atentar com as dificuldades que os estados do Nordeste passaram nesse período, principalmente a seca, foi destinado à região um grupo de trabalhadores para minimizar os efeitos da seca. A criação da SUDENE em 1959 ficou sob a orientação de Celso Furtado, economista vinculado à Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

tempo para que aqueles contrários a esta medida se manifestassem, visto que eram indivíduos que não estavam a favor de iniciativas que beneficiassem os trabalhadores e lhes proporcionassem oportunidades de mudanças.

Para estes setores – que apoiam as denúncias do jornalista – o Nordeste precisa modernizar-se, combater a corrupção das oligarquias que utilizam os recursos públicos para projetos particulares, e possibilitar ao trabalhador rural tornar-se cidadão. Mas, para muitos que combatem qualquer mudança, todas essas propostas são indicativas de iniciativas comunistas (Montenegro, 2019, p. 231).

Esse cenário de confronto social, econômico e político foi alvo de diversas ameaças, violência e repressão, tudo isso em resposta a um movimento de pessoas que buscavam seus direitos e trabalho dignos. Tais fatos geraram medo na classe dominante, que estava acostumada com anos de uma tradição de opressão e domínio dos trabalhadores, em que exploram e manipulam essas pessoas, que precisavam se submeter a essas condições para sobreviver. Em razão disso, desde o surgimento da SAPP e, futuramente, das Ligas Camponesas, esses proprietários se viram afetados pelas mobilizações feitas pelos trabalhadores rurais, as quais criticaram publicamente esses proprietários, denunciando as condições de vida e trabalho a que eram submetidos.

É possível observar que, durante os anos que aconteceram essas movimentações no Nordeste, o cenário no Brasil era de um mundo pós-Segunda Guerra, início da Guerra Fria e Revolução Cubana, cujos temas como o comunismo estavam em alta, e uma propaganda anticomunista prevalecia sobre o país. O medo era algo presente na sociedade, principalmente das classes dominantes, que viam nessas mobilizações vindas dos trabalhadores rurais iniciativas comunistas. Certamente, a propaganda anticomunista, dominante nos Estados Unidos, influenciava diretamente em países como o Brasil, onde temiam que países latino-americanos se tornassem alvos do comunismo, e conseqüentemente, do controle soviético. De outro lado, a Revolução Cubana ganhava notoriedade, dando forças para as possibilidades de uma revolução comunista.

Nesse sentido, movimentações como as que os trabalhadores rurais da Galileia iniciaram, com a criação da SAPPP por militantes comunistas, foram se tornando uma ameaça para a parcela da população que era alimentada pelo medo do comunismo, influenciando diretamente no combate a essas sociedades agrárias por parte dos políticos de direita. Os proprietários de terras viam nessas pessoas uma ameaça, que aos poucos não podia mais ser controlada por eles, pois ganhavam cada vez mais visibilidade e apoio de pessoas importantes, dentre eles, Francisco Julião, figura primordial para os debates sobre Reforma Agrária e revoluções por direitos dos trabalhadores rurais.

Diante desses fatores, em 31 de outubro de 1960, um jornalista americano veio ao Brasil para uma reportagem ao *The New York Times*, com um discurso tendencioso sobre as mobilizações que estavam acontecendo, e que uma revolução comunista estava para acontecer no Brasil.

Para cimentar seu discurso, intermedeia a narrativa jornalística com declarações de líderes das Ligas Camponesas. Transcreve alguns trechos de discursos pronunciados em uma assembleia das ligas, no interior de Pernambuco, em que o orador teria afirmado: ‘Essa luta não será mais interrompida. O exemplo de Cuba é aqui. Nós queremos uma solução pacífica para seus problemas, mas se não conseguirmos, nós viremos aqui e convocaremos vocês a pegar as armas e fazer a revolução. Os grandes proprietários com o apoio do imperialismo dos Estados Unidos estão sugando nosso sangue’ (Montenegro, 2019, p. 232).

Dessa forma, ao ler esse trecho, os leitores do jornal poderiam imaginar que uma revolução estava prestes a explodir no Brasil, e que os alvos eram os proprietários de terras. Foram surgindo questões em cima desse debate, que reforçaram que a força do comunismo nesta região ocorria por conta das estruturas sociais e econômicas, tornando-a vulnerável às questões políticas e revolucionárias. O medo que países como os EUA tinham era de que outra revolução acontecesse, da mesma forma que aconteceu em Cuba, situação que o comunismo se sobressaiu. Logo, os interesses nas terras brasileiras eram por conta de uma hegemonia po-

lítica e econômica para evitar que influências comunistas continuassem se expandindo no país.

Todo esse discurso, produzido a partir da representação de um Nordeste revolucionário e comunista, está articulado com os discursos e as práticas de diversos setores da sociedade no Nordeste e em outras regiões do Brasil. Szul reforça os laços entre os interesses dos Estados Unidos e de setores dominantes da sociedade no Brasil, quando revela como muitos políticos e intelectuais, entre outros, encontram-se preocupados, apreensivos e alarmados com a possibilidade de uma revolução iminente, se nenhuma medida for tomada (Montenegro, 2019, p. 233).

Nesse período, a influência da Igreja Católica surgiu como uma interferência ao comunismo. Além dos EUA, o Vaticano tinha como objetivo o combate ao comunismo e o trabalho missionário de evangelização. Essa interferência nos mostra como a relação Igreja/Estado está diretamente ligada, já que condutas como essas são decididas pelos setores políticos, religiosos e econômicos do Brasil, que faziam parte de um lado dominante nesses setores. Além disso, há problemáticas que surgem nesse cenário, pois podemos pensar que o país é impedido de fazer suas próprias escolhas políticas, tendo em vista que havia pressão tanto dos EUA, quanto da Igreja Católica.

Essa relação da Igreja Católica era diretamente ligada aos latifundiários e proprietários de terra, que usavam a instituição religiosa como um mecanismo para atuar no meio rural, pois a igreja tinha um receio em deixar de ser referência espiritual dessa população. Questionada pelos trabalhadores rurais de estar sempre aliado aos proprietários, a Igreja Católica em cena enfrenta uma oposição dos comunistas, que têm a religião como mecanismo usado para ir contra o trabalhador rural, e em favor dos proprietários de terra.

Por um lado, os comunistas e sua tradição anticlerical apontam a religião como ópio do povo, por construir um discurso voltado para a manutenção da exploração e submissão dos trabalhadores rurais como algo natural.

Por outro lado, as Ligas Camponesas se transformam na grande força de organização e mobilização no meio rural; ao produzirem um discurso de crítica à atuação dos padres e pastores, afirmam-se como defensoras de um outro cristianismo, distinto daquele que apoia os grandes proprietários e é aliado do poder político (Montenegro, 2019, p. 234).

Dessa maneira, as lutas que os trabalhadores rurais enfrentaram nesse período foram sendo conquistadas com muito esforço e garra, tanto por eles, quanto por apoiadores da causa, como Francisco Julião. As conquistas que tiveram ao longo do final dos anos 1950 acabaram sendo interrompidas pelo golpe militar no ano de 1964, quando grande parte dos líderes sindicais, políticos e militantes foram alvo de perseguições e punidos de formas cruéis, alguns tendo que se exilar em outros países, e outros foram assassinados. Quem acabou tendo grande apoio nesse período foram os proprietários, que, após alguns anos vendo os trabalhadores conquistarem algo, tiveram no golpe de 64 a oportunidade perfeita para acabar com qualquer tentativa de mudanças no meio rural e das relações de trabalho.

Isso não significa dizer que as resistências cessaram, ela continuou nos anos seguintes, realizando greves e conquistando itens por meio de negociações. Francisco Julião, após se exilar no México de 1965 a 1979, volta anistiado ao Brasil, no entanto, não sustenta mais o papel de defensor da reforma agrária e dos direitos dos trabalhadores rurais, e tenta se desvincular dessa imagem, através de alianças políticas e outras estratégias que ele usava para não ter mais ligação com a liderança radical. Entre outros enredos, as revoluções tiveram um papel fundamental ao desempenhar atitudes que batiam de frente com a política e a classe dominante. Os conflitos que aconteceram durante esses momentos serviram para que as associações e sindicatos tivessem suas exigências negociadas, de modo que o trabalhador rural pudesse desfrutar de seus direitos.

Aula Performática: “Francisco Julião: na lei ou na marra” e “Memórias Clandestinas” – O uso de documentários e o Ensino de História

Durante as orientações a respeito da aula performática, o professor orientou os alunos com base no texto *Performance Docente no Ensino de História* (2020), do professor Flávio Teixeira da Cunha, tratando-se da sua dissertação de mestrado pelo programa PPEH, mais conhecido como “Prof História”. Seu trabalho consiste no relato das experiências em sala de aula visando à temática do Holocausto. A performance piloto, como chama o autor, foi uma proposta que integrava alguns elementos imersivos aos alunos. Logo na entrada, eles teriam que colocar a Estrela de Davi na roupa e assinarem a frequência com uma ficha semelhante ao “passaporte judeu”. Posteriormente, os alunos se depararam com o então professor vestido de judeu, com o famoso pijama listrado com um cartaz escrito “nunca mais”, vinculada à suástica. Somados a indumentárias, o professor se utilizou de documentários, imagens e canções. Segundo observou o autor, este momento gerou impactos ao sentimentalismo dos alunos, sendo “revolta” e “nojo” adjetivos usados para descrever o Holocausto. Desse modo, o professor pôde chegar à conclusão da eficácia provocativa que este momento evocou, o que tem relação direta ao pensamento crítico dos alunos, ao afloramento de sua consciência histórica e à relação de ensino-aprendizagem:

Ao optar pelo caminho da performance docente, objetivei inicialmente justamente a possibilidade de mobilizar os/as estudantes para a aprendizagem, de modo a despertar neles/as o interesse e a curiosidade em participar das aulas. Partindo-se do pressuposto que a aprendizagem é um processo, e que este processo se desenvolve em várias etapas, estabeleci como etapa inicial o interesse e a curiosidade pelo diferente, pelo não usual, pelo que pudesse inicialmente surpreendê-los/as (Cunha, 2020, p. 67).

Ainda na mesma perspectiva, o autor nos situa acerca dos benefícios que a experiência proporcionou ao pensar a mescla de variadas fontes:

[...] percebi igualmente a potencialidade dessa prática em avançar para além da mera caracterização, intuindo que ela poderia se tornar um facilitador da compreensão de determinado fato ou momento histórico, através da dramatização de um pequeno recorte deste fato, agregando outros elementos audiovisuais, como sons, imagens, trechos de vídeos, e música. A junção de vários elementos possibilita uma maior dramaticidade, com potencial de atingir emocionalmente os/as estudantes (Cunha, 2020, p. 67).

É importante compreender que ações como a do professor nos mostram e demonstram como o ensino de história tem possibilidades amplas e plurais. Contudo, podemos também observar o quanto ele teve apoio da equipe escolar, acesso a tecnologias disponíveis na escola, e subentendemos que houve tempo e dinheiro para confeccionar e financiar os materiais extras. Assim, reconhecendo o cenário de desigualdade nacional, podemos compreender que nem todos os profissionais terão condições, sejam elas financeiras ou estruturais, de reproduzirem este tipo de ideia.

A virada do século foi palco para maiores questionamentos das relações de ensino-aprendizagem, pondo em pauta as metodologias de ensino e as conjunturas ditas tradicionais. Assim, as temáticas de introdução às tecnologias associadas ao ensino vêm ganhando um espaço considerável, às vezes, até gerando certa obsessão. Entretanto, a correlação dos jovens e das tecnologias, de modo geral, nos faz olhar para esses instrumentos como possibilidades de melhorar as técnicas de ensino por ser um ambiente em que o aluno domina e se sente confortável.

Segundo Rubio e Navarro, embora estejam na vida social dos alunos, as tecnologias e suas produções não compõem material didático, cabendo ao professor integrá-las às aulas. Para eles, a falta de recursos ou a falta de conhecimento do professor podem ser limitantes a essas possibilidades. Ainda de acordo com os autores, há no ensino de história e de geografia uma correlação com as ferramentas digitais:

No ensino de Geografia e História, as TICs podem desempenhar um papel chave quando se utiliza diferentes softwares para, por exemplo, a elaboração de mapas, grá-

ficos interativos e análises de fontes históricas (Rubio; Navaro, 2014, p. 33).

Considerando esta integração, temos o filme como um dos principais objetos utilizados pelos professores de história. Segundo Napolitano, o professor é uma ponte entre o filme e o aluno, cabendo a ele uma mediação que direcione o que geralmente é uma relação de prazer e lazer e passe a ser um momento de aprendizado, estimulando o pensamento crítico. Assim, o filme pode ser considerado uma fonte se o professor assim o fizer. Tratá-lo assim impede que o filme seja lido apenas como uma ilustração e passa a defini-lo como um objeto de estudo crítico que detém de ideologias e narrativas que devem ser consideradas:

Um filme pode ser usado como fonte quando o professor direcionar a análise e o debate dos alunos para os problemas e as questões surgidas com base no argumento, no roteiro, nos personagens, nos valores morais e ideológicos que constituem a narrativa da obra (Napolitano, 2003, p. 16).

Pensando no gênero dos documentários, Napolitano nos situa que há, neste modo de produção, uma narrativa científica que se preocupa em pensar através de profissionais capacitados e que de algum modo traga uma dita verdade. Contudo, não se pode pensar em verdades quando há tantas decisões a serem tomadas e tantos profissionais envolvidos em sua produção, cabendo o professor o cuidado de não tomá-lo como realidade:

O professor deve evitar partir do princípio que a abordagem dada pelo documentário é a única possível ao tema retratado ou que o conteúdo mostrado é a realidade social ou a verdade científica sobre o assunto. O documentário, mesmo o mais didático voltado para o público escolar, é um gênero de filme que implicam um conjunto de regras de linguagem para a elaboração do roteiro, técnicas de filmagem, princípios de montagem e edição, ou seja, implica um conjunto de escolhas profissionais envolvidos na sua realização (até porque seria impossí-

vel uma abordagem totalitária e unívoca de um problema social ou fenômeno natural). Portanto, **o professor deve saber reconhecer essas escolhas por meio do próprio produto final e apontar controvérsias, interpretações diferentes, problemas não aprofundados, enfim, todas as questões que o documentário em questão não abordou** (Napolitano, 2003, p. 17). (Grifos dos autores).

Desse modo, podemos partir para a proposta dos documentários *Francisco Julião: Na Lei ou na Marra* (2016), de autoria de Clarisse Viana e Fernando Barcelos, produzido pelo Observatório Fundiário Fluminense (UFF) em parceria com o Departamento de Cinema e Vídeo da UFF; e *Memórias Clandestinas* (2004), com roteiro e direção de Maria Thereza Azevedo e produção de Camila Tavares e Vitoria Fonseca, apoio Nead. MDA. Ambos traçam uma narrativa que apresenta “vida e obra” dos protagonizados, respectivamente, Francisco Julião e Alexina Crespo.

Em ambas as propostas, o professor de História não tem por obrigatoriedade passar os filmes inteiros em sala de aula, considerando as limitações da própria carga horária disciplinar, poderia ser uma ação improdutiva. A ideia é que o professor escolha trechos que sejam mais incisivos e, se necessário, passe-o na íntegra como atividade de casa. Tais trechos são de escolha do profissional, e a tipologia da fonte permite esta possibilidade, ao mesmo tempo em que indicamos que haja uma consideração inicial de contextualização do filme e mediações intercorrendo os trechos, gerando provocações aos alunos.

É responsabilidade do professor mediar a relação que o aluno terá com o filme e proporcionar uma abordagem que considera o “visível” e o “invisível”. Essas visualidades são consideradas pelo historiador francês Marc Ferro ao alertar que o filme é um produto humano a ser analisado e a metodologia do profissional deve estimular a crítica não só ao produto, mas ao seu contexto:

É preciso aplicar esses métodos a cada um dos substratos do filme (imagens, imagens sonorizadas, não sonorizadas) as relações entre os componentes desses substratos; analisar no filme tanto a narrativa quanto o cenário, a

escritura, as relações do filme com aquilo que não é o filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime do governo. Só assim se pode chegara compreensão não apenas da obra, mas também da realidade que ela representa (Ferro, 2010, p. 5).

A proposta de correlacionar estes documentários em específico se dá pela consciência do apagamento histórico sofrido pelas mulheres. Em *Francisco Julião: Na Lei ou na Marra* (e na grande maioria das produções sobre a temática), visualizamos o quanto é emblemática sua figura para o avanço das Ligas Camponesas. Há certo heroísmo vinculado a sua imagem.

Contudo, há uma figura “por trás” de Julião que esteve ao seu lado e à sua frente no combate às injustiças cometidas com os trabalhadores e lutando por eles: Alexina, sua esposa, foi apagada da narrativa histórica, como muitas outras mulheres no Brasil e no mundo. “[...] ‘entrar para a história’ tem sido um valor disputado. A antiga forma de escrever a história, costumeiramente chamada de ‘positivista’, ou às vezes ‘empirista’, dava destaque a personagens, em geral masculinos [...]” (Pedro, 2005 p. 83). A historiadora Joana Maria Pedro, na citação, nos norteia a perspectiva das “escolhas históricas” de priorização masculina. É notório que durante a experiência escolar o aluno terá pouco ou nenhum estudo a respeito de figuras femininas emblemáticas da história graças ao apagamento histórico sofrido pelas mulheres, conseqüentemente, corroborando ainda mais o esquecimento de suas implicações sociopolíticas.

Segundo a educadora Guacira Lopes Louro, são as reivindicações do movimento feminista que promovem uma maior visibilidade às figuras femininas ao impulsionar um debate dos “lugares” ditos de mulher norteados pelo discurso biológico e problematizando as esferas públicas e privadas. Para ela, é papel do professor estar atento aos silêncios e às falas no espaço escolar que perpetuam esses ideais para promover um ensino-aprendizagem sensível às relações de gênero. Através de uma educação feminista, haverá a quebra destes paradigmas (e de muitos outros) dando mais “narradores” à História, assim “as pedagogias feministas pretendem estimular a fala daquelas que tradicionalmente se veem condenadas ao silêncio” (Louro, 2018, p. 112).

A historiadora francesa Michelle Perrot nos ajuda a compreender como os processos históricos podem apagar as mulheres por meio de suas narrativas, mas não as apaga da História e da Memória, e isso se dá graças a elas mesmas:

Mas nenhum processo histórico age por si mesmo. Supõe complexas interações em que as mulheres desempenharam seu papel, ora individualmente, na obscuridade de gestos desconhecidos, de vidas anônimas; ora coletivamente, através de irrupções espontâneas – revoltas de subsistência, greves... – ou de ações mais organizadas; surgimento, pela caridade e pela filantropia, de uma cidadania social que torna ainda mais berrante a deficiência do político; feminismos de todos os tipos que, em sua intermitente continuidade, denunciam as injustiças e das contradições da democracia (Perrot, 1998, p. 93).

Perrot nos leva a refletir diretamente sobre Alexina Crespo e sua história mostrada no documentário. Trata-se de narrativas dela e de seus filhos sobre o período de luta das Ligas Camponesas e suas atuações. Embora pouco se fale, Alexina se dividia entre a maternidade e a clandestinidade, a esposa e a militante, o público e o privado. Ao contrário de seu marido, simpatizava com a luta armada e considerava sua inevitabilidade e logo se vinculou aos líderes que a apoiaria: Fidel Castro, Che Guevara, Mao Tse Tung.

As memórias de Alexina expostas no documentário mostram a sua relevância para a luta das Ligas Camponesas e a militância feminina. Utilizá-lo em sala de aula em consonância ao de Julião promoverá aos alunos uma visualização mais complexa dos fatos e seus agentes. A proposta não se trata de uma substituição das figuras históricas, mas de demonstrar duas vertentes, que, em ambas, a prioridade é o apoio ao direito dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que dá ressonância às contribuições de Alexina (e de Julião) durante este processo.

Assim, por intermédio do professor, o aluno conseguirá compreender as nuances em torno das Ligas Camponesas e a reforma agrária, além de perceber as relações de gênero implícitas nos discursos. Dessa forma, a finalidade é que o aluno seja capaz de compreender critica-

mente a situação dos trabalhadores rurais, sua luta e os indivíduos que os apoiaram. Com isso, a proposta consiste que esse alcance se construa por meio de reflexões críticas e problematizadas pelos documentários.

Esta proposta foi apresentada à turma e ao professor semelhante ao que a equipe faria em uma sala de aula escolar. Por meio do projetor de multimídias, foi elaborado um *slide* que situaria o aluno ao tema das Ligas Camponesas e da transversalidade de Julião e Alexina no processo de construção e consolidação desse movimento. Posteriormente, foram passados trechos estratégicos de ambos os documentários, mediados pelo professor, com perguntas norteadoras do pensamento crítico dos alunos. Finalizou-se com o direcionamento de uma atividade de casa baseada em proposições feitas em sala de modo que o aluno poderia de fato expressar sua compreensão de acordo com as questões elaboradas pelo professor, respondidas de forma subjetiva, assim podendo haver uma visualização se de fato a experiência foi proveitosa. Deste modo, a proposta pensada em teoria consiste no uso do documentário como fonte, na reflexão das relações de gênero nos espaços de luta (no âmbito da liderança) e principalmente nas realidades dos trabalhadores rurais e sua organização.

De modo mais detalhado, a primeira etapa da performance se deu, primeiramente, em demonstrar como os professores de história poderiam abordar este assunto nas aulas, mesmo que ele não pertencesse à grade curricular. Com isto, é dado às sugestões de incorporá-los em assuntos da grade, como a Ditadura Civil-Militar e a Guerra Fria. Também poderia apropriar-se da interdisciplinaridade do novo ensino médio e trazê-lo durante o conteúdo de Movimentos Sociais, geralmente mais atrelado à disciplina de Sociologia.

Entendendo a possibilidade, a equipe se propôs a justificar o uso do documentário como fonte histórica, partindo do amparo dado pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular), cuja habilidade 1, referente à competência 1, propõe a análise das várias fontes históricas (BNCC, 2018, p. 572). Partindo desta possibilidade, a sequência consistiu em dicas para o uso dos audiovisuais em sala de aula que partiram das percepções da equipe durante o ensino básico e os estágios obrigatórios, sendo elas: o uso apenas de trechos estratégicos devido à pouca carga

horária, além de proporcionar uma concentração maior dos alunos; escolher esta abordagem respeitando as limitações do professor, da escola e da turma, já que nem sempre a escola tem aparato para proporcionar uma aula que demanda de ferramentas tecnológicas, o que não é culpa dos professores; deve-se respeitar a compreensão dos alunos em relação à linguagem escolhida, sendo de suma importância identificar se a fonte utilizada faz parte da realidade do aluno, sendo possível que ele a entenda; por fim, deve-se deixar claro que a fonte é passível de crítica e que deve ser analisada como uma representação da história, e não como a sua impressão.

A partir desse momento, iniciou-se a performance. A equipe incorporou o personagem do professor de história e encenou como seria a possível aula proposta. Assim, foram apresentadas as fichas catalográficas dos documentários, sendo possível perceber a produção, a direção e o apoio. A partir do esclarecimento, iniciou-se a introdução a respeito das Ligas Camponesas e, posteriormente, a respeito do Francisco Julião, seu líder. Após este momento, adentrou-se na temática seguinte partindo de uma provocação: “onde era o lugar de mulher”. Neste momento, a turma participou indicando respostas relacionadas ao protagonismo feminino, sua liderança e a falta de reconhecimento. Contudo, estas respostas são fruto da maturidade proporcionada pela academia. Provavelmente, esta provocação no ensino básico teria outra perspectiva, por exemplo, de relacioná-la à vida privada, ao cuidado do lar e dos filhos, graças ao contexto social patriarcal que são inseridos.

Após o debate entre a equipe e a turma, iniciou-se a contextualização sobre a vida de Alexina Crespo, ex-mulher de Julião, e suas ações para com as Ligas Camponesas. Finalizou-se a ação com outra provocação, esta relacionada ao tema da redação do ENEM de 2023: “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”. A partir dele, a turma dialogou sobre a invisibilidade feminina e a não remuneração pelo trabalho doméstico, em que foi possível relacionar a luta de Alexina como uma espécie de “trabalho” não remunerado, nem reconhecido.

A partir deste momento, foram expostos trechos dos documentários *Francisco Julião: Na Lei ou na Marra* (2016) e *Memórias Clandestinas*

(2004) como partes que ilustravam as explicações anteriores e que proporcionaram uma visualização dos posicionamentos dos líderes, suas diferenças e singularidades. Ao finalizar, foi apresentado o hino das Ligas Camponesas, escrito por Julião, e a letra foi distribuída para que os alunos a acompanhassem. Além disso, foi proposta uma atividade, que consistia em produzir um mapa mental, conforme o modelo também distribuído aos alunos.

Ao findar a aula, foi possível fazer uma avaliação comparativa, tendo como referência o início e o fim da aula, em que os alunos (a turma) puderam perceber que foram usadas duas perspectivas de liderança das ligas camponesas: uma que engrandecia a figura masculina, outra que buscava trazer a memória feminina para a mesma abordagem. Assim, venceu-se um momento de troca e de aprendizagem para os presentes.

Considerações Finais

Pudemos experienciar, nesta disciplina, momentos para além do sistema padronizado de aula, que, por maior relevância que tenha, limita a aprendizagem a uma só direção. Mesmo havendo um direcionamento base, não houve um detrimento em exclusivizá-lo. A equipe se aproximou do tema e construiu seu próprio caminho até ele através de outros textos, outras fontes e cruzando as perspectivas diversas para assim consolidar o conhecimento prévio da temática, possibilitando o interesse por pesquisas neste campo e/ou proporcionando uma compreensão mais crítica dos trabalhadores rurais como sujeitos históricos.

Teve-se, como finalidade, proporcionar uma performance que visualizasse a importância das ligas camponesas para a construção dos movimentos sociais no Brasil e para o reconhecimento das atrocidades cometidas aos trabalhadores rurais, entendendo a relevância da pauta pela terra e a reforma agrária, além de explorar uma perspectiva de gênero ilustrada pelas lideranças: Julião e sua masculinidade, e Alexina, uma líder apagada da história.

Dessa forma, as discussões sobre questões sociais e de gênero são necessárias para dar reconhecimento a pautas que não costumam ser abordadas em sala de aula, ou que não são muito aprofundadas. Ao tra-

tar de figuras como Julião e Alexina e suas contribuições para os movimentos sociais, como a SAPP, Ligas Camponesas, buscamos dar reconhecimento para pautas que são importantes para a história.

Referências

- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Ensino Médio. Brasília: MEC. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 05. dez. 2023.
- FERRO, M. *Cinema e história*. Paz e terra, 2010, p. 5.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MONTENEGRO, A. T. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. *O Brasil Republicano*, v. 3, p. 241-271, 1945.
- NAPOLITANO, M. Como usar o cinema na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003. In: PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- PERROT, M.; FERREIRA, R. L. *Mulheres públicas*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- RUBIO, J. C. C.; DA FONSECA PAIXAO, Y. N. A produção de documentários como recurso didático tic para o ensino de geografia e história: metodologia e proposta de trabalho. *Giramundo*, v. 2, n. 3, p. 31-38, 2015.

9

IDENTIDADE COLETIVA NACIONAL: O SAMBA E O FUTEBOL COMO CONSTRUTORES DA IDENTIDADE BRASILEIRA

Andressa Maria Carvalho Alves¹
Pablo Rocha Sampaio Carneiro²
Rodolfo Lincoln França de Vasconcelos³

Introdução

O presente artigo analisa o papel do samba e do futebol na formação da identidade nacional brasileira, considerando o cenário histórico, político e cultural em que se desenvolveram, baseando-se na concepção de que o nacionalismo é uma construção social dinâmica e mutável, que busca estabelecer uma identidade coletiva a partir de símbolos que expressam a nação. Refletimos como o samba e o futebol, originários das classes populares, foram apropriados pelo Estado como instrumentos de propagação de uma cultura nacional unificada, que pretendia supe-

-
- 1 Graduada em História – Licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. (UVA). Sobral-CE. E-mail: andressacarvalho@gmail.com.
 - 2 Graduando em História – Licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. UVA). Sobral-CE. Email: pablorocha.s@outlook.com.
 - 3 Graduando em História – Licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. UVA). Sobral-CE. Email: rodolfofrancaeduca@gmail.com.

rar as desigualdades internas e projetar uma imagem favorável do Brasil no exterior. Por fim, também se problematiza as contradições e os desafios que marcaram esse processo, que envolveu a atuação e a contestação de diversos agentes sociais.

É preciso dizer que, desde a época clássica, existe o esforço de organizar politicamente o sentimento de se pertencer a algo de forma coletiva. Porém, desencadeado pelas ondulações da Revolução Francesa, o Estado-nação se impôs ao papel de unidade social, cultural e política. A missão dos revolucionários franceses de 1789, que tinha o objetivo claro de homogeneizar a população por meio da criação de projetos educacionais que buscavam erradicar as diferenças regionais, desencadearam a explosão do nacionalismo. Uma das propriedades do nacionalismo é a sua capacidade de forjar uma identidade coletiva, que integra pessoas de diferentes origens e condições sociais.

No Brasil, podemos observar alguns períodos históricos em que essa questão foi fomentada como discurso político, como na Independência, na Abolição da Escravatura, na Proclamação da República, no Movimento Modernista de 1922 e na Revolução de 1930, dentre outros. Benedict Anderson (2008)⁴ argumenta que essa propriedade permite ao nacionalismo construir uma imagem uniforme, que busca eliminar as diferenças internas. Assim, o nacionalismo pode ser entendido como um fenômeno mutável, que se adapta às circunstâncias históricas e políticas. O discurso nacionalista não é estático, mas dinâmico e flexível.

Para o bem ou para o mal, todos os países têm suas próprias narrativas agregadoras, tendo como base fundamental para a construção da nação o discurso de um passado em comum, buscando sempre o reconhecimento dos indivíduos que estão em um mesmo limite de espaço. Moreno (2014) corrobora para a reflexão ao afirmar que nós, como su-

4 Benedict Anderson foi um historiador e cientista político anglo-irlandês, pesquisador do Sudeste Asiático, que transformou o estudo do nacionalismo ao postular que as nações eram “comunidades imaginadas” que surgiram da interação fatídica do capitalismo e da imprensa. Sua obra mais reverberada, “Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e propagação do nacionalismo”, publicado pela primeira vez em 1983, começou com três paradoxos: O nacionalismo é um fenômeno moderno, embora muitas pessoas pensem em suas nações como antigas e eternas; é universal (todos têm uma nação), embora cada nação seja supostamente totalmente distinta; e é poderoso (tanto que as pessoas morrerão pelos seus países), embora numa análise mais atenta seja difícil de definir.

jeitos sociais, experienciamos as representações construídas, sejam elas atribuídas, autoatribuídas ou compartilhadas. Temos, na identidade, a constituição da expressão percebida por diversas linguagens e as narrativas sociais nos implicam uma dinâmica que por vezes orienta nossas ações. Construímos, afirmamos, impomos e até depreciamos em virtude do que é o “nós” e o “eles”.

Exemplo disso foi o que aconteceu em 2022, ano de Copa do Mundo de Futebol, quando um *post* de uma jornalista britânica, Samantha Pearson, movimentou a *internet*. Nele, a estrangeira, que residia no Brasil, torce para que a seleção brasileira seja eliminada o quanto antes da disputa, pois estava incomodada com o fato de que crianças e funcionários da escola onde seu filho estudava estavam sendo liberados mais cedo em virtude dos jogos.⁵ A postagem recebeu diversas respostas de usuários brasileiros que não concordavam com a posição da jornalista, muitas das respostas usando como argumento o respaldo de que essa era a nossa cultura. Essa movimentação abriu margem à reflexão do que o futebol significa na vida dos brasileiros de todas as idades e classes sociais.

Entre análises clássicas e contemporâneas, discutir identidade nacional sempre carrega alguns dilemas. A partir da década de 1970, na academia, há a rejeição da teoria essencialista, e a questão passa a ser analisada pela perspectiva de que a nação seria um artefato cultural, passível de indução política e social. O filósofo francês Ernest Gellner (1964 *apud* Anderson, 2008) nos diz que nações são construídas por uma ação da elite que assume o Estado, e que esse Estado, por sua vez, age de forma centralizadora para criar narrativas e difundir-las por meio da educação pública e da implementação de um sistema de comunicação de massa, e isso, no Brasil, pode ser muito bem representado.

Nos primeiros anos da República, os populares eram excluídos da participação política, e como alternativa, desenvolveram formas de organização alternativa no campo da cultura. O discurso político era o de culpabilizar o povo e a mestiçagem pelos problemas nacionais, sempre

5 JORNALISTA estrangeira critica impacto da Copa nas escolas do Brasil; redes têm autonomia para definir horários. **G1**, São Paulo, 22 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/copa-do-catar/noticia/2022/11/22/jornalista-estrangeira-critica-impacto-da-copa-nas-escolas-do-brasil-redes-tem-autonomia-para-horarios.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2023.

comparando o país com o centro hegemônico dos europeus. Entretanto, a constituição do Estado moderno traz a necessidade de evocar elementos que formam uma identidade nacional e a busca por uma narrativa de construção de civilidade e unidade. Há, no período, uma busca por reinterpretar a cultura popular, e o governo vê nessa movimentação uma forma de propagar seus ideais para resgatar o que significava ser brasileiro e o Brasil, que até então via a Europa como grande modelo, tentando voltar para si a busca por uma fonte de identificação comum capaz de criar um elo que projetasse um futuro e controlar a desordem do presente a fim de alcançar uma estabilidade.

Para esse projeto, ocorre a colaboração entre intelectuais, imprensa e Estado. Os intelectuais, por sua vez, são os encarregados de acordar a coletividade inconsciente que, segundo a concepção da época, era imatura demais para absorver a proposta. Entra então o papel de fortalecimento do Estado, um regime autoritário com ideal corporativista, que apostaria no desenvolvimento da imprensa. Algumas ferramentas foram usadas para alcançar o objetivo, como a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), além do Ministério da Educação e Saúde.

A promessa nacionalista reúne essas entidades, mas ainda seria preciso um respaldo social, e por isso houve a busca de apropriação de elementos e manifestações culturais do povo, ocorrendo a reconceitualização do popular. O regime autoritário busca a aproximação e o apoio das camadas populares, e uma das formas para isso foi a criação e difusão no programa radiofônico *Voz do Brasil*. Assim, o futebol, o rádio e o samba foram utilizados como forma de chegar a essa parte da sociedade.

A construção de brasilidade através do samba

O samba é um gênero musical de origem afro-brasileira que emergiu⁶ no Rio de Janeiro, no início do século XX, como uma forma de

6 O samba tem suas origens no século XIX, quando jornais como o Diário de Pernambuco em 1830 e o O Carapeuceiro em 1838 registraram atividades de lazer relacionadas à cultura africana. Embora o termo “samba” abrangesse diversas modalidades de dança popular em distintas

expressão cultural das camadas populares urbanas. A partir da década de 1930, ganhou projeção nacional, graças à difusão do rádio e à consolidação das escolas de samba, e tornou-se um dos ritmos mais emblemáticos da cultura brasileira. Influenciou diversos outros gêneros musicais, como a bossa nova, o pagode e o samba-reggae, além de revelar grandes nomes da música brasileira, como Noel Rosa, Cartola, Ary Barroso, Dorival Caymmi, Vinicius de Moraes, Tom Jobim e Paulinho da Viola. O gênero também contribuiu para a valorização da cultura afro-brasileira e para a afirmação da identidade nacional. Contudo, foi apropriado pelo governo de Getúlio Vargas, que pretendia criar uma imagem de nação integrada, moderna e soberana.

Com a chegada de Vargas ao poder, em 1930, após uma revolução que pôs fim à República Velha, caracterizada pelo predomínio das oligarquias regionais e pela ausência de integração nacional, Vargas adotou uma política nacionalista, intervencionista e centralizadora, que buscava fortalecer o Estado e promover o desenvolvimento econômico e social do país. Para tanto, ele também necessitava construir uma identidade nacional que superasse as diferenças e os conflitos entre as diversas regiões, classes e etnias que compunham o Brasil.

Segundo Barcelos (2017), este objetivo de construção da identidade nacional só seria possível para o Governo Vargas através de uma via autoritária e centralizadora que fosse capaz de harmonizar as tensões e seus agentes presentes no país:

regiões do Brasil, foi no Rio de Janeiro que ele se consolidou como gênero musical no século XX, com composições como “Em casa de baiana” (1913) e “Pelo Telefone” (1916), tida como a primeira obra do samba urbano carioca. Esse estilo musical surgiu como uma expressão cultural dos negros migrantes, sobretudo os baianos, que incorporaram elementos afro-baianos à cultura carioca. As tias baianas, como Tia Ciata, foram fundamentais para a difusão do samba, oferecendo espaços de convivência para sambistas, intelectuais e personalidades da sociedade carioca, onde se articulavam música, dança e religião. Uma cultura urbana rica e diversificada emergiu no Rio de Janeiro a partir da presença expressiva de escravos até meados do século XIX e dos fluxos migratórios posteriores à abolição. Nesse contexto, os terreiros de candomblé estabelecidos pelas tias baianas desempenharam um papel fundamental na preservação e na recriação das tradições religiosas africanas, além de funcionarem como espaços de sociabilidade comunitária, nos quais o samba encontrou terreno fértil. Entre esses terreiros, a casa de Tia Ciata se tornou um símbolo da cultura afro-brasileira, reunindo diferentes manifestações artísticas, religiosas e sociais que favoreceram o surgimento do samba urbano carioca. Essa dinâmica cultural marcou a identidade do Rio de Janeiro e contribuiu para a consolidação do samba como um gênero musical representativo do Brasil.

Com o fortalecimento do Estado, a sociedade adquiriria o aspecto de ordem, disciplina, afastando as influências do que era estrangeiro, afinal, os exemplos de civilidade deveriam provir da própria nação, e não de outras. Mesmo que o ideal autoritário tenha surgido nos países europeus, aqui ele foi reinterpretado de acordo com a necessidade da nação. Dito isso, o autoritarismo brasileiro, representava o melhor direcionamento político, pois além de sua característica tutelar, seu objetivo organizacional, objetivava harmonizar os conflitos, e homogeneizar as regiões, de forma a criar elementos de identidade, de brasilidade, entre elas (Barcelos, 2017, p. 411).

A cultura sambista, menosprezada e vista pelas elites como selvagem, sendo o oposto do que era considerado como modelo civilizatório, considerado até mesmo como um gênero musical pobre, com apologia à vadiagem e exaltação da figura do vagabundo e do boêmio, muda de lugar. O contexto muda o tratamento. Soihet (2019) traz à luz essas opiniões da época:

[...] uma crônica, também de 1912, no jornal *A Noite*, lamenta a realização de uma batalha de confete na avenida, indício de que “o carnaval, com todos os seus entusiasmos bárbaros”, teria início mais cedo que de costume, concluindo que, dessa maneira, o Rio, “em vez de progredir com o tempo, afundava-se, cada vez mais, em gostos rudes e frívolos”. Continuava a crônica a vituperar a manifestação, alegando que ela significava “tudo quanto há de mais plebeu, heterogêneo, grosseiro e alcoólico”, pois “famílias distintas ombreiam com carregadores da Saúde, os maviosos gritinhos das senhoritas são abafados pelas pragas dos latagões a que se pisaram os calos, lindos vestidos delicados roçam em casacos de algodão de um zé-povinho berrento” (Soihet, 2019, p. 372-373).

Demonstra também como a rejeição e o preconceito que envolviam a questão da cultura sambista afetava na relação daquele meio com o exercício da cidadania:

Impedidos, por longo tempo, do exercício da cidadania, não brigavam por seu partido, como as elites, mas por sua agremiação festiva, como o faziam pelo time de futebol. O que servia de pretexto para que merecessem os epítetos de “bárbaros”, “primitivos” e para as atitudes violentas da polícia. Além do aspecto das brigas, ressaltasse o grande número inicial das escolas, o que se confirma com a consulta aos jornais da época. Muitas terminaram por se unir, o que se constituiu num processo doloroso na maioria das vezes (Soihet, 2019, p. 380).

Nesse contexto, o samba foi eleito como um símbolo da brasilidade, por expressar a miscigenação de elementos africanos, europeus e indígenas que marcava a formação do povo brasileiro. Manifestava a alegria, a criatividade e a resistência do povo diante das adversidades. Ademais, o samba era um gênero musical que podia ser facilmente difundido pelo rádio, que era o principal meio de comunicação de massa da época, e que atingia todos os meios sociais e regiões do país, isso como objetivo de chegar próximo das camadas e receber atenção. Porém, ele deveria se moldar ao que era considerado civilizado, associado ao trabalhador e à valorização da labuta. O sambista, no contexto da busca pelos valores brasileiros, teria que cantar sobre a semana de trabalho árduo e pela busca por lazer nas rodas de samba.

Para aproveitar o potencial político do samba, o governo Vargas fez um acordo com as escolas de samba do Rio de Janeiro, que passaram a receber verba pública em troca de desfilar com enredos que exaltassem a história, a cultura e os heróis nacionais. Dessa forma, o carnaval, que era uma festa popular e espontânea, tornou-se um espetáculo oficial e regulamentado, que servia para divulgar e reforçar a ideologia nacionalista do Estado Novo, o regime autoritário que Vargas implantou em 1937.

Interessante observar que mesmo sofrendo décadas de perseguição, o samba se desenvolveu no Brasil, para que depois alcançasse prestígio e sofresse tentativas de “embranquecimento”. Assim como o samba foi, o funk é hoje alvo de comentários daqueles que dizem que a música brasileira morreu. Isso vem, majoritariamente, da origem periférica de ambos os estilos musicais. O preconceito se instala em qualquer tipo de manifestação praticada por uma maioria negra. Pouco a pouco, o funk,

assim como o samba, está alcançando prestígio e assentando como parte de uma identidade nacional, mesmo que por vezes seja tratado como algo subversivo.

O Futebol como elemento político

O futebol, como o esporte mais popular do mundo, é capaz de, em um único jogo, contar simultaneamente com bilhões de espectadores. Cada lance pode transformar um atleta em herói ou vilão para milhões de pessoas, e a impressão que se tem é que nenhum outro esporte consegue carregar uma carga tão grande de paixão e comoção popular quanto o que é praticado dentro das quatro linhas. A devoção de torcedores aos clubes e seleções produz todos os dias exemplos de como este esporte consegue penetrar no mais íntimo do ser humano e, como consequência, interferir em toda uma sociedade.

Ao entender o grau de envolvimento afetivo de uma grande parcela da sociedade brasileira com o futebol, é preciso compreender como as pessoas que gerenciam os clubes usufruem dessa dependência emocional dos torcedores em relação às instituições por elas dirigidas e como os políticos dos países veem essas agremiações capazes de moldar o comportamento de grandes massas. Isso pode ser percebido na escolha de um país sede para um torneio como a Copa do Mundo, visto que, com a competição, milhares de turistas visitam o país e o torna o centro das atenções mundiais durante o mês de competição. Essa é, portanto, uma excelente oportunidade para que o Estado, por exemplo, adquira ou recupere prestígio internacional – o que atrai investimento de capital estrangeiro, turismo etc.

Inicialmente, o futebol chegou ao Brasil como um esporte praticado pela elite branca, porque foi introduzido no país por meio dos filhos dos aristocratas, no final do século XIX. Segundo Silva (2014):

O paulista e descendente escocês Charles Miller é considerado tanto na historiografia sobre o esporte, quanto na memória popular e coletiva, “o pai do futebol” no Brasil. Que, através de fontes não muito claras, é creditada a ele a responsabilidade de organizar o primeiro jogo de futebol

em solo tupiniquim por volta de 1895 entre funcionários de altos cargos, assim como ele, da companhia de trem São Paulo Railway Company e sócios do clube de recreação São Paulo Athletic Club. A ele cabe toda uma simbologia de pioneirismo do esporte no país (Silva, 2014, p. 13).

Mais do que um simples jogo, o futebol tornou-se um “espelho da sociedade”, de seus questionamentos, inquietações e, assim como a política e a religião, tem a força para fazer um grupo enorme de pessoas se reunirem e partilharem do mesmo propósito. A modalidade esportiva caminha junto da política desde os seus primórdios, um sendo usado para o favorecimento do outro e vice-versa. Isso é um tanto previsível se levarmos em conta que são raros os casos de entidades deste esporte com saúde financeira ao longo de toda a sua história (mesmos os bilionários clubes europeus tiveram momentos de crise financeira e institucional).

Essa volatilidade econômica torna os clubes várias vezes reféns de favorecimentos governamentais para que continuem em funcionamento. Outro fator que auxilia nesta relação é a grande massa de pessoas que os times mobilizam, o que faz com que os políticos vejam o esporte como uma grande ferramenta de autopromoção – vale destacar que as entidades do esporte que organizam as grandes competições e têm os clubes sob seu domínio se esforçam para, aparentemente, transformar o futebol em algo cada vez mais comercial e, portanto, apolítico. Porém, ao longo do século XX e das primeiras décadas deste século, o futebol, além de uma ferramenta de entretenimento, provou-se como um “palanque” para as inquietações e anseios do povo e uma excelente oportunidade para o fortalecimento de ideias.

Além disso, como na música ou no cinema, pode-se “ler” a sociedade através do futebol. Arthur Friedenreich (primeiro grande craque do futebol brasileiro), por exemplo, alisava seus cabelos antes das partidas para esconder o fato de que era filho de uma mulher escravizada, revelando a discriminação racial livremente praticada no Brasil do início do século XX.

Outra faceta da relação entre este esporte e a política são os relatos de interferência governamental nos resultados das partidas. A Copa do

Mundo da Itália de 1934, no auge do fascismo de Benito Mussolini, é, por exemplo, até hoje alvo de controvérsias e acusações:

A copa do mundo de 1934 foi especialmente preparada para alimentar o orgulho e fidelidade ao regime, e deveria por isso terminar com a vitória da seleção nacional. O projeto para tanto foi cuidadosamente preparado. Houve arbitragens mais que duvidosas a favor dos donos da casa. Houve violência italiana em campo. Houve, dirigida a Mussolini, saudação fascista do trio de arbitragem da decisão contra a Tchecoslováquia. Jules Rimet disse que “durante esta Copa do Mundo tive a impressão de que o verdadeiro presidente da FIFA era Mussolini” (Franco Júnior, 2007, p. 50-51).

É durante o Estado Novo que o futebol brasileiro começa a se institucionalizar, principalmente a partir da instauração da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) como entidade máxima do esporte no país, a criação do Conselho Nacional de Desporto e a legalização da profissão de jogador de futebol (Ribeiro; Souza, 2001, p. 161). A profissionalização do futebolista é muito associada ao regime varguista porque, de fato, é durante o Estado Novo que se percebe uma maior discussão e avanço dessa questão entre as entidades e agremiações esportivas do país. É durante a década de 1930 que o esporte se assenta como uma cultura de massas no Brasil, os clubes e os jogadores passam a ser organizações e figuras de fama nacional. Primordialmente, o intuito do jogo era recreativo, mas não demorou que se popularizasse e que, com isso, houvesse a inevitável comercialização e profissionalização do esporte. Quando as partidas passaram a atrair públicos cada vez maiores e o investimento dos clubes cresceu, os melhores jogadores passaram a ser disputados. Os atletas mais habilidosos tornaram-se verdadeiras estrelas.

Com o esporte veio a possibilidade de praticamente inverter as concepções sobre o corpo no Brasil. Agora, não era o corpo que determinava a posição social, mas, ao contrário, era a posição social que poderia ser modificada e estabelecida com e por meio do corpo: pelo talento e

pelo desempenho nas arenas esportivas (Da Matta, 2006, p. 137-138).

Isso se deve à transição entre o amadorismo e a profissionalização dos atletas desse esporte, mais do que qualquer iniciativa estatal varguista. Isso porque as reflexões sobre esse tema já haviam sido provocadas bem antes de 1930, devido ao intenso fluxo de migração de jogadores, para qualquer clube que lhe oferecesse um maior salário ou condição de trabalho.

As transferências de jogadores em troca de prêmios, empregos e remunerações eram tão constantes que a imprensa esportiva e os clubes começaram a pressionar as ligas e federações para que incluíssem em seus regimentos normas que regulamentassem e inibissem essas transferências. Foi desse modo que surgiu, no Rio de Janeiro, em 1917, a Lei do Estágio, aprovada pela Liga Metropolitana de Desportos Terrestres (LMDT) (Ribeiro; Souza, 2001, p. 166).

Outro fator que distancia a política de Vargas da instauração da profissionalização do jogador de futebol é o fato de que alguns agentes varguistas se posicionaram contrários a transformações do esporte em ferramenta comercial, pois entendiam o futebol como uma importante ferramenta de construção da sociedade cível por eles idealizada.

O grande exemplo de manifestação política de uma entidade futebolística brasileira é o movimento que ficou conhecido como “Democracia Corinthiana”, entre os anos de 1982 e 1984.

A partir desse momento, criou-se uma organização do clube onde os jogadores participavam de todas as decisões, com o respaldo do diretor de futebol. Faziam reuniões e discutiam sobre inúmeras questões referentes ao clube, como contratações, negociações, logísticas de viagem, necessidade de um novo técnico e etc. Decisões grandes e pormenores. Claro que deve-se considerar os limites do alcance das ações dos jogadores, tendo em vista

que o Corinthians, como todo clube de futebol de maior expressão, é uma empresa. (Accorsi *et al.*, 2017, p. 34).

Entre os líderes desse movimento, destacava-se Sócrates, ídolo do clube e da seleção nacional. Porém, fazia-se necessária uma figura centralizadora de influência no clube que pudesse dialogar com as instituições organizadoras do esporte no estado de São Paulo e no país. Por isso, a Democracia Corinthiana se enfraqueceu e dissolveu-se após dois anos.

De todo modo, mesmo após mais de três décadas, segue sendo apontada como um importante movimento histórico do futebol nacional no que se refere ao diálogo da modalidade e da sociedade que se está inserida. É como se os papéis estivessem invertidos: o futebol não mais refletia e adequava-se ao que o país vivia, mas apresentava um modelo de sociedade que deveria ser seguido – é importante lembrar que, a essa altura, o Brasil já passava por uma espécie de saída da ditadura, e a palavra “democracia”, incorporado ao nome que o movimento recebeu, demonstrava o desejo daqueles que o compuseram em viver em um país que respeitasse a soberania popular.

Atualmente, clubes de várias partes do mundo vêm empenhando-se em se posicionar a favor de movimentos de minorias e se adequando aos padrões das sociedades modernas que prezam pela liberdade e pela equidade entre os indivíduos que as compõem. É comum que as entidades esportivas participem de ações sociais de conscientização contra, por exemplo, a discriminação racial e a misoginia. Entretanto, o que se percebe é que os clubes fazem isso apenas tentando evitar críticas de uma parcela da população simpática a essas lutas, restringindo-se a postagens nas redes sociais com pequenos textos que pouco fazem o leitor refletir ou a faixas carregadas pelas equipes na cerimônia de abertura de cada partida, que surtem o mesmo efeito. Ações práticas raramente são adotadas nesse sentido.

Nesse contexto, entre os grandes clubes do futebol mundial, o Club de Regatas Vasco da Gama, um dos gigantes brasileiros, vem se destacando nas manifestações de apoio ao movimento LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e outras identidades de gênero e orientações sexuais alheios ao padrão cis heteronor-

mativo que não são citados antes do símbolo). Esse é um movimento político e social que busca assegurar os direitos dessa parcela da população. Fugindo dos padrões, o Vasco da Gama mantém as cores da bandeira do movimento LGBTQIA+ presente em seu estádio e até lançou camisas oficiais do time com as cores no local em que tradicionalmente fica a faixa transversal branca ou preta, característica do “gigante da colina”, como é popularmente conhecido.

Além disso, as redes sociais do clube, de alguns atletas e de São Januário, estádio da equipe, são palcos de frequentes manifestações de apoio a essa causa. Logo, foi possível perceber que a torcida vascaína “comprou o barulho” do clube – claro que seria leviano falar que toda ela simpatizou com os recentes posicionamentos da direção da instituição. Durante as partidas, as cores do movimento são frequentes no meio da torcida, e os produtos oficiais do time com essa temática são sucesso de vendas entre os torcedores. O futebol no Brasil, apesar de ser popular entre todas as camadas da sociedade, ainda é, infelizmente, um esporte extremamente machista e homofóbico. Ter um clube tão atuante nesse âmbito – mesmo que por motivações de *marketing* ou econômicas, mais do que por uma questão de sensibilidade social – é de grande proveito para que este movimento passe a ser conhecido e respeitado no meio futebolístico nacional.

Para além do resultado de campo, as arquibancadas também são palcos de manifestações políticas e sociais. O Camp Nou, estádio do Futbol Club Barcelona, por exemplo, é constantemente associado como uma espécie de “templo do orgulho catalão”, e manifestações pró-independência da Catalunha são frequentes durante os jogos da equipe culé em sua casa.

Portanto, o futebol tornou-se, ao longo dos anos, um importante “termômetro social” e um instrumento de politização das sociedades em que o esporte está inserido como protagonista de sua classe. Mais do que entretenimento, futebol é cultura, ponte para diálogos, espelho e ferramenta de ascensão social, negócio e, principalmente, política.

Aula Performática

A aula performática proposta na disciplina de Brasil III, em torno da temática, foi um teste de como os alunos reagiriam a incentivos visuais e sonoros. A justificativa no plano de aula consistia-se no entendimento sobre as manifestações de resistência que se tornaram populares nacionalmente no século XX, como o futebol e vertentes relacionadas ao samba durante o Governo de Vargas. A tentativa foi a de ajudar o público-alvo a compreender o protagonismo dos indivíduos negros e pertencentes às classes menos favorecidas que estavam cercadas pela exclusão e pelo preconceito, como também a compreensão do contexto dos sujeitos que estavam inseridos e de como esses movimentos se desenvolveram na sociedade.

Faz-se importante compreender que nenhum elemento consegue dar conta de todas as faces de um país – seja ele religioso, político, artístico ou mesmo esportivo. Uma sociedade é dinâmica e heterogênea, porém alguns de seus componentes contam com o envolvimento de notável parcela da população e conseguem proporcionar recortes úteis e conceder informações relevantes desta mesma sociedade. Este é o caso do futebol e do samba.

Primeiro, a turma foi orientada a escutar, com atenção, um samba da época, que se chama “O Bonde de São Januário”, composta por Ataulfo Alves e Wilson Batista e cantada por Ciro Monteiro. A letra pode ser conferida abaixo:

Quem trabalha é que tem razão

Eu digo e não tenho medo de errar

Quem trabalha é que tem razão

Eu digo e não tenho medo de errar

O bonde São Januário

Leva mais um operário

Sou eu que vou trabalhar

*O bonde São Januário
Leva mais um operário
Sou eu que vou trabalhar*

*Antigamente eu não tinha juízo
Mas resolvi garantir meu futuro
Vejam vocês
Sou feliz vivo muito bem
A boemia não dá camisa a ninguém, é
Vivo bem*

*Antigamente eu não tinha juízo
Mas resolvi garantir meu futuro
Vejam vocês
Sou feliz vivo muito bem
A boemia não dá camisa a ninguém, é
Muito bem!*

Posteriormente a esse momento de escuta, o contexto da música foi explicado, com uma explanação sobre a censura sofrida na letra em 1940, que originalmente afirmava: “O bonde de São Januário/leva mais um sócio otário/só eu não vou trabalhar”. Os versos opostos ao que era imposto pelo Estado Novo eram censurados pelo já mencionado DIP, e essa música é somente um dos exemplos que podem ser usados em sala de aula.

Em relação ao futebol, a intenção foi a de mostrar como o esporte tornou-se instrumento de dominação, manipulação e elemento de integração nacional. Foi feito um apanhado geral de exemplos do diálogo entre a história da modalidade com diferentes processos políticos em

variados países, durante o século XX: desde a suposta interferência de Benito Mussolini nas partidas da seleção italiana da Copa do Mundo de 1934, realizada no próprio país do sul da Europa, ao movimento que ficou conhecido como Democracia Corinthiana, no Brasil dos anos 1980. No entanto, esse momento da performance dedicou-se principalmente a compreender as transformações vividas pelo futebol brasileiro durante o período do Estado Novo, em especial ao processo de profissionalização dos atletas e de massificação do esporte no país.

Conclusão

Diante do exposto, podemos ver que o samba e o futebol, surgidos como formas de expressão das classes populares, excluídas da vida política, foram incorporados pelo Estado como instrumentos de difusão de uma cultura nacional unificada, que buscava superar as diferenças internas e projetar uma imagem positiva do Brasil no cenário internacional. No entanto, esse processo envolveu contradições e dilemas, pois o samba e o futebol também representaram espaços de resistência, criatividade e diversidade, que evidenciaram as tensões e os conflitos existentes na sociedade brasileira.

Assim, concluiu-se que o samba e o futebol são expressões culturais que revelam a complexidade e a riqueza da identidade nacional brasileira, que não se reduz a uma essência ou a um estereótipo. Também se argumentou que o samba e o futebol são fenômenos dinâmicos e flexíveis, que se alteram conforme as circunstâncias históricas e políticas, e que refletem e influenciam a sociedade e a cultura brasileira.

Como limitação, destacou-se a impossibilidade de abordar todas as vertentes e influências do samba e do futebol, e que se recomenda mais pesquisas sobre esses temas. Como perspectiva, sugeriu-se que o samba e o futebol podem ser utilizados como recursos pedagógicos e de conscientização para promover o respeito à diversidade e à cidadania.

Referências

- ACCORSI, A. C.; TAVARES, G. F.; SOUZA, M. G. de; PESSANHA, N. F. Indiretamente pelas diretas: a democracia corintiana no conjunto das manifestações pelas Diretas Já!. *Revista Cantareira*. Niterói, n. 27, p. 32-44, 2017.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, G. F.; BARBOSA, A. de S. Cultura e identidade nacional nos anos Vargas: tensões e contradições de uma cultural oficial. In: *Revice - Revista de Ciências do Estado*, v. 1, n. 2, p. 72-106, 2016.
- BARBALHO, A. *Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença*. Salvador: UFBA, 2007.
- BARCELOS, G. L. Era Vargas: a cultura popular e a legitimação da identidade nacional. In: *VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est*, Espírito Santo. p. 405-418, 2017.
- DAMATTA, R. Antropologia do óbvio: um ensaio em torno do significado social do futebol brasileiro. In: DAMATTA, R. *A bola corre mais que os homens*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 135-171, 2006.
- DE SOUZA, A. C. A origem do samba no Brasil. In: DE SOUZA, A. C. *Humanidades e Ciências Humanas: Uma reflexão social*. Ponta Grossa - PR: Atena, cap. 2, p. 4-16, 2021.
- FRANCO JÚNIOR, H. *A dança dos deuses: futebol, sociedade e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- RIBEIRO, L. C.; SOUZA, J. U. O futebol na proposta autoritária e corporativista da Era Vargas (1930-1945). *Topoi* (Online): *Revista de História*, v. 22, p. 160-181, 2021.
- SILVA, J. C. *As raízes do futebol no Brasil: uma análise dos conflitos e tensões sociais para a sua popularização (1900-1920)*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2014.
- SOIHET, R. O povo na rua: manifestações culturais como expressão de cidadania. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. (org.). *O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Este livro foi composto em fonte Minion Pro, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 164 páginas e em e-book formato pdf. Outubro de 2024.

DA SALA DE AULA AO LIVRO – O PRAZER DA PUBLICAÇÃO COMPARTILHADA

Carlos Augusto Pereira dos Santos

O BRASIL IMPÉRIO EM SALA DE AULA – ENSINO E TEATRO

Everton Pinto Lino

Levi Moraes Timbó

LIBERDADE NA RUA DO OUVIDOR:

UMA ANÁLISE A PARTIR DO LIVRO BRASIL IMPERIAL

Gizele Lima dos Santos

Joycielle Araújo Oliveira

O SEGUNDO REINADO EM DIVERSOS OLHARES DO ENSINO:

O BRASIL PREPARADO PARA DOM PEDRO SEGUNDO

Francisca Milane Ferreira Pinto

Ícaro Janderson Linhares

REVOLTAS DURANTE O SEGUNDO REINADO NO SERTÃO DO CRATO:

METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO DE PERFORMANCES

Felipe Gurgel Fernandes Bernardo

Gabriela dos Santos Albuquerque

A REVOLTA DA VACINA (1904) E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO:

AS DIFICULDADES DO ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE NEGACIONISMO

CIENTÍFICO

Ana Cássia de Sousa Carneiro

Andressa Sâmela Mendes Aragão

A PRIMEIRA FASE REPUBLICANA: MOVIMENTOS RELIGIOSOS POPULARES NO BRASIL

Francisco Denilson Caixeiro da Luz

Lara Malheiro Fernandes

CONHECENDO O MST ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO:

RELATO DE UMA AULA SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Samyr Silveira Dourado

Suellen Maria Félix da Silva

“ELE ACHAVA QUE TINHA QUE SER PELA VIA PACÍFICA E EU, PELA LUTA ARMADA, NA

LEI OU NA MARRA”: LIGAS CAMPONESAS, GÊNERO E O ENSINO DE HISTÓRIA

Nicole Santana de Freitas

Ryan Farias Jorge

IDENTIDADE COLETIVA NACIONAL:

O SAMBA E O FUTEBOL COMO CONSTRUTORES DA IDENTIDADE BRASILEIRA

Andressa Maria Carvalho Alves

Pablo Rocha Sampaio Carneiro

Rodolfo Lincoln França de Vasconcelos

ISBN 978-655421164-2



9 786554 211642

Editora **SERTÃO: CULT**